

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
BELO HORIZONTE, 2020

NARRATIVAS SÓCIO-ESPACIAIS DO BAIRRO SÃO FRANCISCO

ALÍCIA MARIA PIRES NUNES
ORIENTADORA: SILKE KAPP
COORIENTADORA: MARLUCE WALL

Alicia Maria Pires Nunes

Narrativas sócio-espaciais do bairro São Francisco

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para a obtenção do título de mestre em arquitetura e urbanismo.

Área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço

Orientadora: Profa. Dra. Silke Kapp

Coorientadora: Profa. Dra. Marluce Wall de Carvalho Venancio

Escola de Arquitetura da UFMG

Belo Horizonte — 2020

FICHA CATALOGRÁFICA

N972n

Nunes, Alícia Maria Pires.

Narrativas sócio-espaciais do bairro São Francisco [manuscrito] /
Alícia Maria Pires Nunes. - 2020.
155 f. : il.

Orientadora: Silke Kapp.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Escola de Arquitetura.

1. Espaço urbano - Teses. 2. Narrativas - Teses. 3. Cidades e vilas
– História - Teses. 4. Grupos sociais - Teses. 5. São Luís (MA) – Teses. I.
Kapp, Silke. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de
Arquitetura. III. Título.

CDD 307.76098121

Ficha catalográfica: preenchida por Gustavo Las Casas Provetti Gomes CRB-6/3417.



FOLHA DE APROVAÇÃO

Narrativas sócio-espaciais do bairro São Francisco

ALÍCIA MARIA PIRES NUNES

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 21 de dezembro de 2020, pela Comissão constituída pelos membros:

Profa. Dra. Silke Kapp - Orientadora
EA-UFMG

Profa. Dra. Marluce Wall de Carvalho Venancio - Coorientadora
UEMA

Profa. Dra. Rita de Cássia Lucena Velloso
EA-UFMG

Prof. Dr. Carlos Frederico Lago Burnett
UEMA

Belo Horizonte, 21 de dezembro de 2020.

Este trabalho foi realizado com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão — Fapema, por meio do edital de Bolsa de Mestrado no País nº 004/2019 e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (Capes) — Código de Financiamento 001

This study was supported and financed by the Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão — Fapema, through the public notice nº 004/2019, and by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (Capes) — Finance Code 001

AGRADECIMENTOS

Sou muito feliz pelas amigas e amigos que fiz em Belo Horizonte. Gente, vocês fizeram desse trabalho todo uma experiência muito menos solitária, seca e ingrata e uma boa parte do que escrevi veio das ideias que trocamos.

Agradeço aos meus pais que me dão todo o suporte, sempre e às minhas irmãs, pelo companheirismo. Aos meus amigos de São Luís, por estarem ao meu lado mesmo à distância.

À minha avó e ao Marcelo, por terem me ajudado tanto com a pesquisa de campo e aos moradores do São Francisco e Ilhinha, por terem me recebido com paciência e disposição.

À professora Silke Kapp, pelas aulas, orientações e principalmente por ter me ensinado a escrever melhor. À professora Marluce Wall, por ter sido (mais uma vez) muito solícita e compreensiva. À professora Renata Marquez, pelas críticas e considerações que fez na banca de qualificação deste trabalho e que orientaram o recomeço de toda a minha escrita.

Minha gratidão aos professores do NPGAU, pelo ensino de qualidade e à Maria Paula, pela presteza e disposição para auxiliar.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo discutir a produção do espaço do bairro São Francisco em São Luís do Maranhão, sob a perspectiva das narrativas dos moradores do lugar. Na década de 1950, as iniciativas do planejamento urbano em São Luís passaram a designar o local como espaço de expansão da cidade, imbuindo os planos urbanos e as obras públicas dos ideais de progresso, modernidade e de superação da 'cidade velha', representada pelo Centro Histórico, núcleo fundacional de São Luís. A ponte do São Francisco, construída sobre o Rio Anil, e concluída em 1970, em plena ditadura militar no Brasil, foi o símbolo de inauguração da dita 'cidade nova', criada sobre um suposto vazio, num lugar onde se afirmava que nada havia. Porém, essa narrativa, reiterada frequentemente pelos discursos políticos e presente ainda nas memórias dos moradores do bairro, estava respaldada, sobretudo, na deslegitimação e invisibilização do modo de vida existente no espaço antes mesmo de a ponte ser construída, aquele dos imigrantes do interior do estado que tinham a pesca como principal atividade e moravam junto à maré. Atualmente, o espaço do São Francisco é o lugar de um forte antagonismo da classe média, que habita um loteamento residencial na porção central do bairro, em relação aos moradores mais pobres, que residem no entorno, observável tanto nos pontos de vista dos moradores da classe média, quanto nos usos do espaço, que se distingue, para alguns, entre o São Francisco 'de cima' e o 'de baixo'. O conjunto das narrativas dos moradores resultam numa pluralidade de pontos de vista e em conflitos que denotam como o espaço é experienciado e percebido pelas pessoas, levantando questões relativas à segregação espacial, ao tema da violência e mesmo à própria ideia de cidade, expressada pela oposição ao Centro Histórico, inicialmente, e em comparação com os bairros de classes média e alta vizinhos ao São Francisco, na atualidade.

Palavras-chave: produção do espaço, narrativas, São Luís, história urbana.

ABSTRACT

The discussion brought by this dissertation mainly concerns the production of the São Francisco neighborhood's space, in São Luís, Maranhão, under the perspective of its inhabitants' narratives, as they were interviewed during the field research. The urban planning initiatives, that took place in São Luís throughout the 1950s, designated that space, by that time classified as a settlement, apart from the city, as the place for expanding São Luís' limits, embedding urban plans, and public construction works with ideals of progress and modernity, and also with the concept of surpassing São Luís' historical center, the foundational core of the city, characterizing it as the 'old city' in opposition to the 'new city' that was to be founded. This new city was supposed to be inaugurated by the construction of a bridge over the Anil river, connecting the historical center to the soon to be São Francisco neighborhood. This plan, however, was both justified and based on the claim that such space was a void ready to be filled with middle and upper classes housing and public spaces that could embody the ideals of the current dictatorial government in Brazil, when in fact, the basis of this whole discourse was the invisibility of a different way of living, especially connected to activities such as fishing, that was conceived as non-legitimate. In the present time, the space of São Francisco is the place where two ways of living, very distinct from each other, coexist. The one inhabited by the middle class, the other, the place of the lower classes. Between them, issues concerning social and spatial segregation, urban violence and insecurity and the very concept of city, as expressed by opposition to São Luís' center, or comparison with nearby neighborhoods.

Key-words: production, space, narratives, urban history, São Luís.

SUMÁRIO

1 Introdução	09
2 O campo e a escrita	15
2.1 Interlocutores e mediadores	18
2.2 Lá e de volta (outra vez)	24
2.3 Topônimos	26
2.4 No que pensamos?	31
Elias Centro, fevereiro de 2020	37
Ribamar Ilhinha, fevereiro de 2019	43
3 Rumos embaixo de caminhos	47
3.1 Caminhos	47
3.2 Presenças de ausências	61
3.3 Rumos	65
Faustino Ilhinha, fevereiro de 2019	80
Laura São Francisco, dezembro de 2019	85
4 Esquisitos	91
4.1 São Francisco e Ponta D'Areia depois da ponte	92
4.2 Privilégios de classe e exclusão	100
4.3 Nós e eles	103
4.4 O estigma em números	107
4.5 Táticas no cotidiano	110
4.6 Fragmentação	116
Francisco e Rosa São Francisco, janeiro de 2019	137
5 Onde será cidade agora?	143
5.1 No São Francisco, de agora em diante ..	149
5.2 Isolamento social	149
6 Referências	152
7 Lista de entrevistas	156

1 INTRODUÇÃO

O texto desta dissertação é o resultado de uma pesquisa de campo feita entre os anos de 2018 e 2020 e que teve início no São Francisco, em São Luís do Maranhão. O ponto de partida dessa pesquisa de campo e, portanto, da discussão que proponho, foi a minha experiência como moradora do bairro desde 1994 e as percepções que foram consequências dessa experiência.

Percepção é a palavra mais correta para definir o que motivou esse trabalho, pois expressa a elaboração e a significação daquilo que recebemos através dos sentidos e a construção de representações e interpretações com base em experiências, sensações e memórias. A percepção que construí ao longo de décadas de vivência do cotidiano do São Francisco tem como ponto central o antagonismo da classe média do bairro em relação aos moradores das áreas mais pobres, assim como as manifestações desse antagonismo no cotidiano.

Isso me levou a compreender o São Francisco como um espaço em que coexistem vários outros espaços, cujos modos de vida, ainda que próximos fisicamente, são muito distintos entre si e se traduzem em pontos de vista igualmente diversos. Com base nisso, parti da perspectiva do ‘meu lado’ do bairro, o espaço da classe média, em direção ao ‘outro lado’, os espaços onde moram os mais pobres, para conhecer as diferentes narrativas envolvidas no contexto do cotidiano desses lugares e relacioná-las com a produção do espaço do São Francisco.

O enfoque da pesquisa é o espaço limitado pelas águas da Lagoa da Jansen, do mar e do Rio Anil e pela Avenida Castelo Branco, mais precisamente os conjuntos de moradias da classe média, Sítio Campinas e Basa, e a Ilhinha. As menções aos bairros vizinhos da Ponta D’Areia, Renascença e Centro, assim como aquelas às outras áreas menores dentro dos bairros, como o Conjunto Residencial Ana Jansen, o Morro e as comunidades que ocupam áreas de manguezal, de nomes Vila Jumento, Vila Maruim e Portelinha, aparecem com certa frequência nas entrevistas conduzidas durante a pesquisa de campo e são importantes pela grande relevância desses lugares para a história do São Francisco, nas relações de vizinhança entre os moradores e na percepção das pessoas quanto aos seus espaços de moradia.

O intuito deste estudo é o discernimento crítico do que contam os moradores de classe média e a compreensão de outras narrativas sobre o lugar, construídas por outros grupos de moradores. A esse objetivo, adiciono ainda a perspectiva dos políticos e planejadores urbanos desde a década de 1950, época em que surgiram as primeiras intenções de planejamento do que viria a ser o bairro do São Francisco, até as décadas de 1970 e 1980, quando, com a construção da Ponte do São Francisco, os ideais de progresso e modernidade e a utopia da criação de uma ‘cidade nova’ avançaram de forma mais expressiva em direção à outra margem do Rio Anil, se afastando do Centro de São Luís.

O texto desta dissertação configura uma representação, dentre tantas, da realidade daquele espaço e o que escrevo se baseia na minha relação com o que me foi narrado pelos meus interlocutores durante a pesquisa de campo. Isso pressupõe, primeiramente, a minha implicação no campo de pesquisa, como pesquisadora e moradora. O capítulo “O campo e a escrita” tem por

tema principal as reflexões concernentes à pesquisa de campo e ao lugar de que parto para compor este texto.

As ideias contidas nessa representação de que falo têm início na discussão que trago no capítulo “Rumos embaixo de caminhos”, que trata das origens do bairro do São Francisco. Ela segue no capítulo seguinte, intitulado “Esquisitos”, tratando do aprofundamento das divergências e do antagonismo entre os diferentes modos de vida e de suas consequências no cotidiano do espaço. Por fim, o capítulo “Onde será cidade agora?” traz as considerações finais e inclui uma nota sobre o período de isolamento social no São Francisco.

Esta dissertação começou a ser escrita pouco antes de o mundo conhecer a epidemia causada pelo Novo Coronavírus e assim que o governo do Maranhão decretou isolamento social saí de Belo Horizonte, onde pretendia permanecer até a defesa da dissertação e mudei-me de volta para São Luís. Todo o processo de escrita deste texto se deu durante o isolamento na casa de meus pais, no São Francisco, portanto, faço algumas observações sobre o cotidiano do bairro durante esse período.

Esses quatro capítulos contêm a discussão teórica acerca das narrativas com as quais tive contato durante a pesquisa de campo estabelecendo um diálogo com as teorias do filósofo Henri Lefebvre, no livro *The production of space*¹ e também com autores como Marcelo Lopes de Souza² e Michel de Certeau³. A aproximação com a análise do sociólogo Jessé Souza quanto à estrutura de classes em *A ralé brasileira, Os batalhadores brasileiros* e *A classe média no espelho*⁴ fundamenta a compreensão daquele espaço.

Paralelamente ao texto que escrevi, decidi incluir transcrições de algumas das conversas que tive com os moradores. Os textos encontram-se à parte dos capítulos da dissertação para que seja possível lê-los tanto de maneira avulsa, quanto seguindo a ordem em que aparecem junto aos capítulos. Essas transcrições são narrativas que têm em si um sentido independente, mas que também se relacionam umas com as outras e com o que venho discutir na minha escrita. Entretanto, para que sejam de mais fácil compreensão e clareza, foi necessário fazer algumas edições nos trechos transcritos, sem que isso excluísse os regionalismos, modos de falar, ou alterasse o sentido do texto.

¹ LEFEBVRE, *The production of space*, [1974] 1991.

² SOUZA, *Fobópole*, 2008.

³ CERTEAU, *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*, [1980] 2003.

⁴ SOUZA, *A ralé brasileira*, [2009] 2011; *Os batalhadores brasileiros*, 2012; *A classe média no espelho*, 2018.

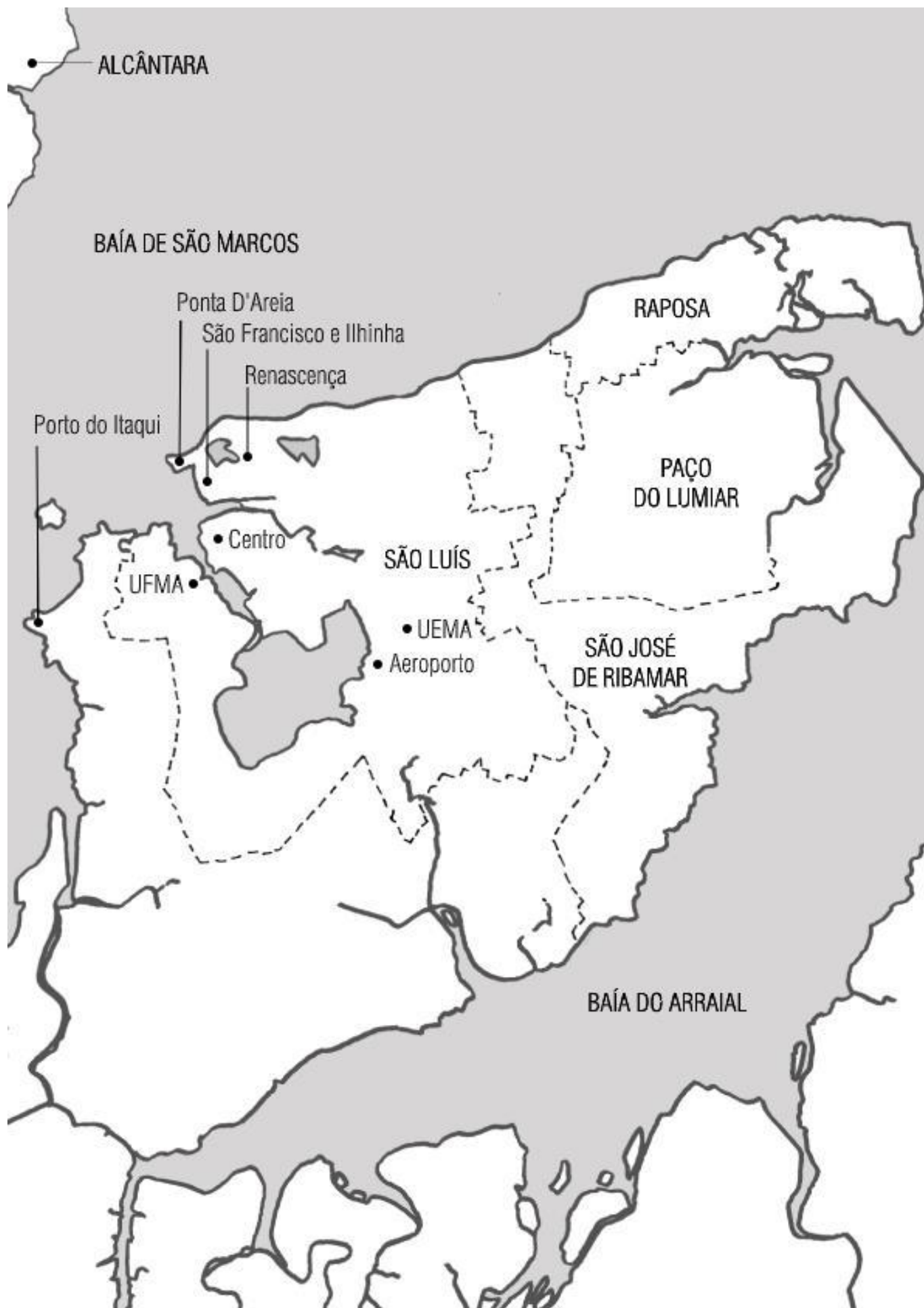


Figura 1: Localização do São Francisco na Ilha do Maranhão. Fonte: Elaboração própria, 2020.



Figura 2: Bairros de São Luís. Fonte: Elaboração própria, 2020.

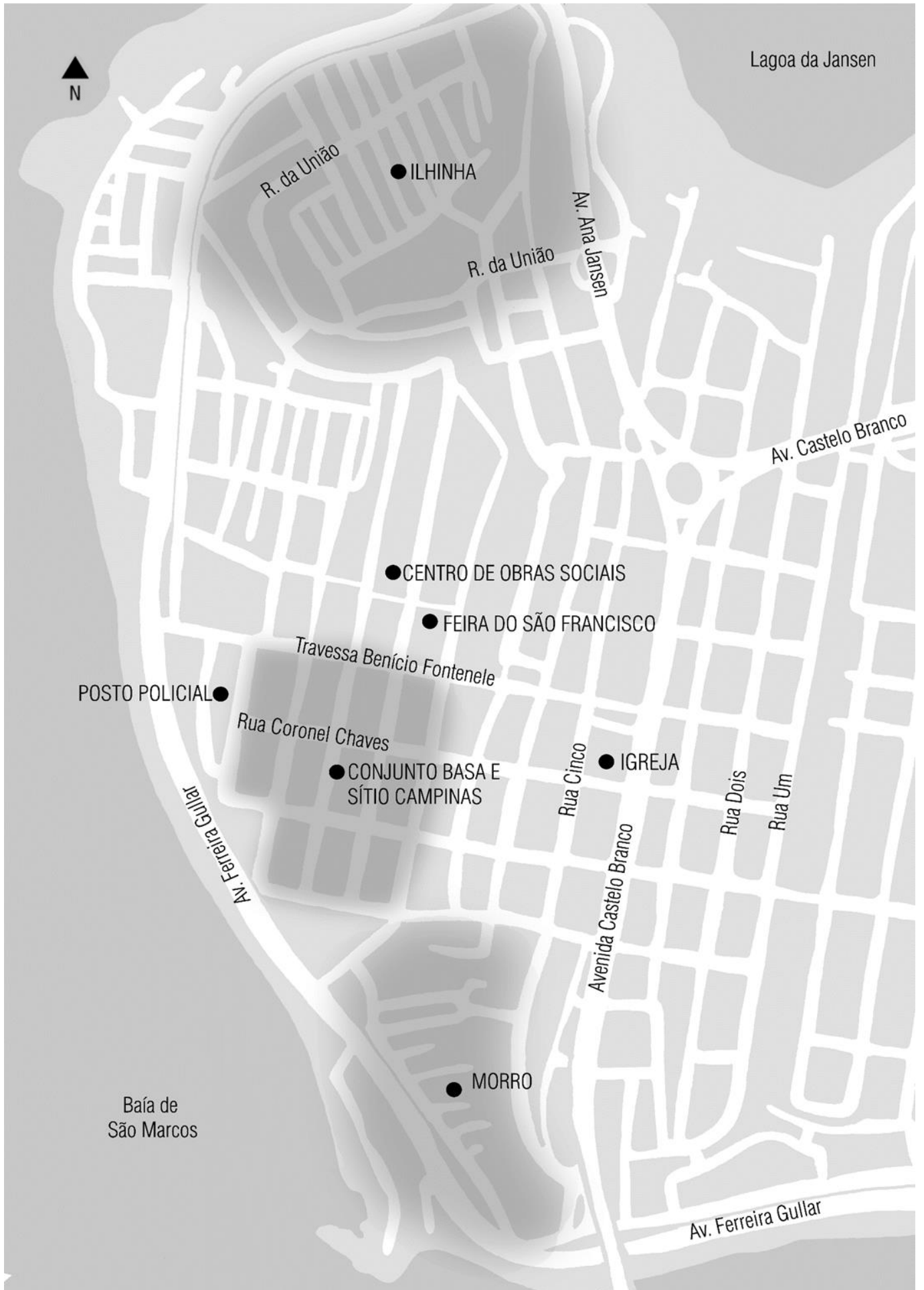


Figura 3: Ruas, lugares e pontos de referência no São Francisco. Fonte: Elaboração própria, 2020.



Figura 4: Avenida Marechal Castelo Branco no São Francisco e bairro do Centro, na outra margem do Rio Anil. Nessa foto, os telhados das casas do Morro podem ser vistos à direita, na beira do mar. Fonte: Fotografado por mim, 2019.



Figura 5: Telhados de partes do São Francisco, incluindo a Ilhinha, e prédios da Ponta D'Areia ao fundo. Fonte: Fotografado por mim, 2019.

2 O CAMPO E A ESCRITA

Eu vou pra todo lugar, mas a minha irmã... pelo amor de Deus... Ela tem receio de sair. Os filhos começam a meter medo também: *mamãe, onde a senhora vai com essa bolsona?*¹ Os filhos dela, três homens. Até eu, quando chego lá, às vezes eles dizem: *dindinha, a senhora vai?* Eu digo: meu filho, mas o quê que eu... Eu não vou ficar dentro de casa. Eu tenho que sair!

E ninguém nunca, nunca, nunca!

Ah! Uma vez um cara me olhou e eu disse: esse vai me assaltar. Eu pensei, Graça. Ele me olhou assim, esquisito. O cabelo tinturado de loiro. Não sei se eu é que já olhei esquisita pra ele. Mas, olha, passei por ele, ele passou por mim...

Nunca, nunca, nunca.²

No bairro do São Francisco, em São Luís do Maranhão, há uma rua onde as pessoas andam 'olhando esquisitas' umas para as outras. Essa rua é a Coronel Chaves, também conhecida como Travessa da Rua Seis. Ela liga a igreja da Paróquia São Francisco de Assis, na esquina com a Avenida Marechal Castelo Branco, a um posto da Polícia Militar, na Praça Botafogo. Seu trajeto corta os conjuntos de casas de classe média conhecidos como Conjunto Basa e Sítio Campinas, esse último meu lugar de moradia desde 1994, e o primeiro, onde fica a casa de minha avó paterna, moradora do bairro desde 1975.

Caminhar por essa rua é uma experiência solitária e silenciosa. Comprida, ladeada por muros altos e cegos, deserta em boa parte da sua extensão, a Coronel Chaves, na minha experiência, faz jus ao seu nome de patente superior e delinea uma fronteira, que vai de um espaço público a outro, cada um marcado pela presença de uma instituição forte no cotidiano do bairro, a Igreja e a Polícia Militar. Eu raramente desviava meu caminho dessa linha reta, sempre me restringia a alcançar, no máximo, duas ruas paralelas a ela por conta da ideia incutida na minha cabeça de que *lá embaixo* é perigoso.

Lá embaixo é como eu e meus vizinhos costumamos nos referir às ruas e quadras que se situam num desnível em relação às quadras do Basa e Sítio Campinas e que incluem tanto as partes do São Francisco onde vivem os mais pobres, quanto o bairro vizinho, a Ilhinha, que é comumente considerado pelos moradores de classe média como um espaço dentro do São Francisco e não como um bairro à parte. Nesta dissertação, seguirei essa concepção, com o intuito de facilitar o entendimento do texto, mas também como forma de deixar claro e de fazer lembrar ao longo do texto que parto da minha posição de moradora de classe média do Sítio Campinas para escrevê-lo. Essa distinção entre *em cima* e *embaixo* segue a lógica já clássica da oposição entre cidade alta e cidade baixa, ricos e pobres, formal e informal, para além das características físicas dos espaços e em direção aos conflitos e questões de classe.

¹ As falas dos entrevistados no corpo do texto, ou de diálogos citados por eles em suas falas, são representadas em itálico para destacá-las do texto da dissertação e diferenciá-las das citações do referencial teórico, que aparecem sempre entre aspas duplas.

² Entrevista número 12, concedida por Maria em 11 de dezembro de 2019, no Conjunto Basa, São Francisco.

Entre *em cima* e *embaixo*, o território é percebido por mim como uma gradação entre o espaço mais seguro e o espaço interditado, respectivamente. Por meio das conversas com meus vizinhos, na ocasião da pesquisa de campo, entendi que partilhamos a seguinte percepção: quanto mais distante do miolo do Basa e Sítio Campinas, para um lado ou para o outro da Rua Coronel Chaves, mais alheio o espaço, torna-se mais perigoso andar pelas ruas, até que de determinado ponto em diante, não se caminha.

Durante décadas, meu trânsito foi o da linha reta da Rua Coronel Chaves. Já nesta dissertação, meu trânsito é outro: o deslocamento entre *em cima* e *embaixo*, que em nada se assemelha à linearidade costumeira da Rua Coronel Chaves. Entre o São Francisco que me é familiar e aquele que se encontrava fora dos limites, incluindo a Ilhinha, que pude conhecer melhor durante a pesquisa de campo. O que venho escrever aqui parte da extrapolação das fronteiras percebidas por mim em toda a minha experiência como moradora do São Francisco, da minha relação com os pontos de vista de meus interlocutores na pesquisa de campo e a consequente reflexão acerca dos pressupostos com os quais iniciei a pesquisa.

O espaço onde o estranhamento e o antagonismo marcam limites e onde o senso comum me diz que não posso andar, foi o campo da pesquisa que deu origem a esta dissertação de mestrado. E como fazer uma pesquisa de campo com medo de caminhar? Partindo das relações de vizinhança já estabelecidas entre as pessoas, direta ou indiretamente ligadas a mim. Dessa forma cheguei até a figura de dois principais mediadores, as minhas “senhas para acessar”,³ aqueles que vieram a ser meus interlocutores.

³ PORTELA, Cartografias da ação e as grafias (im) possíveis no território usado das cidades contemporâneas, 2014, p. 27



Figura 6: Minha diferenciação dos espaços de acordo com a sensação de insegurança numa gradação entre *em cima* (cor verde, mais seguro) e *embaixo* (laranja, espaço inseguro, interditado). Fonte: Elaboração própria, 2020.

2.1 Interlocutores e mediadores

No final de 2018 fui a campo pela primeira vez, buscando conversar com meus vizinhos. Nessa ocasião dirigi pelas ruas do Conjunto Basa e do Sítio Campinas — aos quais irei me referir somente como Basa de agora em diante — abordando as residências. Eu me identificava como estudante de arquitetura e urbanismo e moradora do bairro e explicava brevemente o meu trabalho. Todas as pessoas, por meio do interfone ou por detrás das portas fechadas, recusaram meu contato. A sensação era de que o sentimento de desconfiança era dominante entre os moradores.

Quanto às entrevistas que eu desejava realizar no restante do espaço do São Francisco, meus maiores empecilhos eram justamente o antagonismo, o estigma da violência, o meu sentimento de insegurança e o preconceito. Aqueles, especialmente a Ilhinha, eram espaços tidos como adversos e hostis para mim, pessoa desconhecida naquelas áreas e cujos corpo e modos encarnavam a classe média branca do bairro.

Por fim, escolhi partir do lugar que concentra uma quantidade diversa e significativa de moradores da região: a Paróquia São Francisco de Assis, igreja matriz do bairro. Na secretaria da igreja fui informada de que existem vários grupos com reuniões periódicas e, com uma lista de contatos dos representantes de cada um desses grupos em mãos, enviei algumas mensagens. Obtive duas respostas positivas.

A primeira foi a da responsável pelo grupo Ministério Eucarístico da Juventude, que, apesar de informar que não havia como conversar com o grupo, me apresentou seus avós, Francisco e Rosa, com quem pude conversar em janeiro de 2019.⁴ Eles tinham setenta e cinco e setenta e um anos de idade, respectivamente, são filhos de agricultores e artesãos. Francisco nasceu no litoral ocidental do Maranhão e Rosa, na região da Baixada Maranhense.⁵ Antes de mudarem para o São Francisco, moravam no João Paulo, bairro próximo ao Centro de São Luís, cuja ocupação se deu entre as décadas de 1950 e 1960. Atualmente moram perto de um lugar no São Francisco que é conhecido como Morro, a duas quadras da Avenida Castelo Branco, onde as residências são menores, têm um padrão diferente daquelas do Basa, mais simples, e o movimento de pessoas nas ruas é maior. Nas ruas há pequenos estabelecimentos, como uma galeteria, salão de beleza, lojas de roupas, ateliês de costura, entre os quais o mercadinho do casal.

A segunda resposta positiva foi da responsável pela Pastoral Familiar, que me convidou para ir a uma reunião, onde eu poderia explicar melhor o meu trabalho e conversar com mais pessoas.

O contato com esse grupo da igreja provou-se tão cheio de dificuldades quanto as aproximações que tive nas ruas do bairro, anteriormente. Fui a duas reuniões da Pastoral, que tinha muitos membros e de fato contava com moradores de todas as partes do São Francisco, sendo pessoas de diversas faixas etárias e perfis socioeconômicos. Entretanto, naquele contexto as interações estavam mesmo circunscritas aos assuntos e atividades da igreja, o que tornou difícil estabelecer algum diálogo relacionado à pesquisa.

Contudo, entre os presentes na segunda reunião de que participei estava uma antiga colega de trabalho de minha mãe, que me acompanhava na ocasião. A partir dela, consegui dois outros

⁴ Entrevista número 1, concedida em 25 de janeiro de 2019, na Rua Seis, próximo ao Morro, no São Francisco.

⁵ A Baixada Maranhense é uma microrregião do estado situada a Oeste e Sudeste da Ilha de Upaon-Açu (Ilha do Maranhão/de São Luís), da qual fazem parte vinte e um municípios, sendo o maior entre eles, Pinheiro, a cerca de 120km de São Luís (via balsa no Terminal do Cajupe) e cuja característica mais marcante é a presença de muitos lagos e planícies alagáveis.

contatos importantes. O primeiro, da diretora do Centro de Obras Sociais Frei Antônio Sinibaldi, vinculado à igreja onde crianças da Ilhinha e de outras áreas próximas vão para complementar os estudos e participar de atividades após o turno escolar. O segundo foi o contato de Marcelo, membro ativo da Paróquia, que havia sido morador da Ilhinha durante toda a infância e juventude e estudado nas Obras Sociais. Ele se dispôs a me contar a história do lugar, fazendo um passeio pelas ruas e me apresentando alguns dos moradores mais antigos.

A pesquisa nas Obras Sociais requereu de antemão meus serviços como arquiteta. Minha conversa com as crianças seria possível em troca de uma proposta de novo leiaute para as salas. Assim, iniciei os contatos com os grupos de crianças com uma conversa sobre o espaço do Centro de Obras Sociais, a fim de entender quais seriam as suas demandas e percepções sobre o lugar. Esse trabalho, porém, não pôde ser realizado da melhor forma, haja vista o tempo que eu tinha disponível com os grupos entre suas atividades cotidianas e o desencorajamento por parte da diretoria do Centro em relação à participação das crianças nas decisões.

De toda forma, cumpri o combinado e pude entrevistar quatro grupos de cerca de dez crianças cada, com idades entre seis e treze anos. Os meninos moram tanto na Ilhinha, quanto em outras partes do São Francisco, como a vila de palafitas Portelinha e o Morro.

Já na Ilhinha, Marcelo me apresentou o lugar enquanto eu dirigia pelas ruas e introduziu um pouco da sua história, que foi completada pelas entrevistas com cinco senhores, que moravam ali há pelo menos quarenta anos.⁶

O fato de Marcelo ser graduado em História pela Universidade Federal do Maranhão imagino que tenha sido decisivo para sua postura como mediador das conversas com os moradores. As conversas eram pautadas por eventos bem definidos, tais como uma inauguração de avenida, determinado mandato político e nomes de figuras influentes no bairro.

No final de 2019 e início de 2020 recorri à minha avó, Graça, para falar com alguns dos seus vizinhos e conhecidos do bairro. Ela foi a mediadora das quatro entrevistas que fiz no Basa e na Rua Coronel Chaves, mais próximo à Igreja. Duas moradoras entre os entrevistados, Laura e Maria, são vizinhas de convívio mais próximo da minha avó desde a década de 1970. Laura tinha setenta e seis anos de idade quando conversamos e é pedagoga aposentada. Morava no bairro do Anil, bairro distante do Centro, que era considerado povoação até quase a década de 1960 antes de mudar-se para o São Francisco em 1975. Maria tinha setenta e cinco anos e é professora aposentada. Sua irmã era funcionária do Banco da Amazônia e as duas, junto com os pais, se mudaram do Centro para o São Francisco assim que o Conjunto Basa foi inaugurado, em 1971.

Os outros três moradores com quem conversei nas duas últimas entrevistas, Bento, Raimundo e Emanuel, também residem no São Francisco há décadas. Bento e Emanuel moram na Rua Coronel Chaves, um tinha setenta e três anos de idade e é policial rodoviário aposentado. Morava antes na Rua Cinco e então, por volta de 1964, se mudou para a casa onde vive hoje. O outro, filho de agricultores, nascido na Baixada, tinha sessenta e nove anos e era comerciante, mas atualmente, além da aposentadoria, vive com os rendimentos de quitinetes que ele construiu e aluga naquela rua. É morador do bairro desde 1967.

⁶ Um deles, José, nasceu na Ilhinha em 1978. Os outros nasceram na Baixada Maranhense, entre 1945 e 1955, e suas famílias migraram para São Luís quando ainda eram crianças. Os irmãos Nonato e Faustino (pai e tio de Marcelo) moraram inicialmente perto do Centro, no Bairro de Fátima. Já Ribamar, nascido também nas Baixadas, e Luís, nascido em São Luís, no bairro do João Paulo, moraram no São Francisco antes mesmo de a ponte ser construída. Todos esses entrevistados participaram da construção das primeiras casas na Ilhinha, as casas 'pé-de-palito', e todos trabalharam na construção civil em algum momento de suas trajetórias.

Raimundo, também nascido na Baixada, é morador do Morro e dono de uma sapataria pequena na Coronel Chaves, onde conversamos. A casa na qual mora hoje foi comprada pelo seu patrão na época que era vendedor em uma loja no Centro, onde morava antes de mudar-se para o São Francisco, por volta de 1970.

Com Graça de mediadora, as conversas iniciavam num tom de reencontro entre velhos conhecidos e era ela que, assim como Marcelo, indicava o término da entrevista. Os diálogos com essas pessoas foram pontuados por memórias de nós três, notícias do bairro, de vizinhos que se mudaram etc.

Em quase todas as entrevistas, Marcelo e Graça faziam uma introdução na qual me apresentavam e explicavam a conversa que teríamos. Após essa introdução a conversa prosseguia seguindo a lógica das entrevistas guiadas,⁷ com a pergunta sobre as memórias e a história da pessoa no seu lugar de moradia. Outras perguntas, pensadas de antemão, mas organizadas de forma pouco rígida, eram introduzidas de acordo com os temas que o entrevistado abordava em sua fala.

As entrevistas tiveram um caráter narrativo bastante presente pelo incentivo à “contação de casos”.⁸ As respostas que obtive não seguiram todas a mesma ordem e, portanto, a minha forma de analisá-las não se restringiu a tópicos, deu-se antes por temas, os quais percebi como mais significativos nas falas das pessoas e compartilhados entre os entrevistados de acordo com seu local de moradia.

O caráter etnográfico das entrevistas, que indica a inserção num contexto sócio-espacial concreto,⁹ foi o aspecto mais forte na pesquisa como um todo. Entretanto, ainda que o São Francisco tenha sido meu local de moradia e o de boa parte da minha família por décadas, no período de desenvolvimento da pesquisa que deu origem a esta dissertação, a minha vivência no campo foi descontínua, se concentrando em alguns meses dos anos de 2018 e 2019, quando fiz a maioria das entrevistas, e em 2020, durante a escrita da dissertação.

A pesquisa incluiu ainda visitas ao Arquivo Público de São Luís, onde busquei informações sobre as iniciativas de planejamento urbano em São Luís. No acervo do Arquivo Público, pude consultar algumas publicações que concernem a formação, expansão e o planejamento urbanos de São Luís. Na Biblioteca Pública Benedito Leite, no Centro, o objetivo era encontrar reportagens, notícias e fotografias que permitissem conhecer como era retratado o espaço do São Francisco pela imprensa e que tipo de ideias e imagens sobre o lugar circulavam na cidade nas décadas passadas.

Em uma das tardes de pesquisa foi possível realizar ainda mais uma entrevista. A oportunidade de ter uma conversa mais longa com Elias, pesquisador assíduo da Biblioteca Pública, deu-se de forma espontânea, pois desde o início do meu trabalho ali, ele se mostrou disponível para entender e auxiliar minha pesquisa.¹⁰

Os jornais consultados no acervo da Biblioteca foram: *O Imparcial*, *O Estado do Maranhão* e o *Diário do Norte*, além do *Jornal da Cidade*, disponibilizado digitalmente. As pesquisas concentraram-se nas décadas de 1950 a 1980 e basearam-se em datas de acontecimentos (inaugurações, obras de infraestrutura e demais fatos marcantes) mencionados nas entrevistas com os

⁷ KAPP, Entrevistas na pesquisa sócio-espacial, 2020, p. 9.

⁸ Ibidem, p. 16.

⁹ Ibidem, p. 15.

¹⁰ Entrevista número 15, concedida em 13 de fevereiro de 2020, no Centro.

moradores para nortear a consulta dos exemplares no acervo. O trabalho resultou em cerca de cinquenta menções ao São Francisco e proximidades, sendo a maioria pequenas notas referentes às condições de infraestrutura do bairro na década de 1970. Os resultados dessa etapa da pesquisa não foram expressivos quantitativamente, considerando o número de ‘achados’ em centenas de exemplares pesquisados, mas permitiu concluir que, nesse período, o São Francisco e as imediações como o bairro da Ponta D’Areia e a Lagoa da Jansen eram lugares apartados do cotidiano da cidade, com vários problemas sociais e de infraestrutura, mesmo após a construção da ponte que os conecta com o Centro de São Luís.

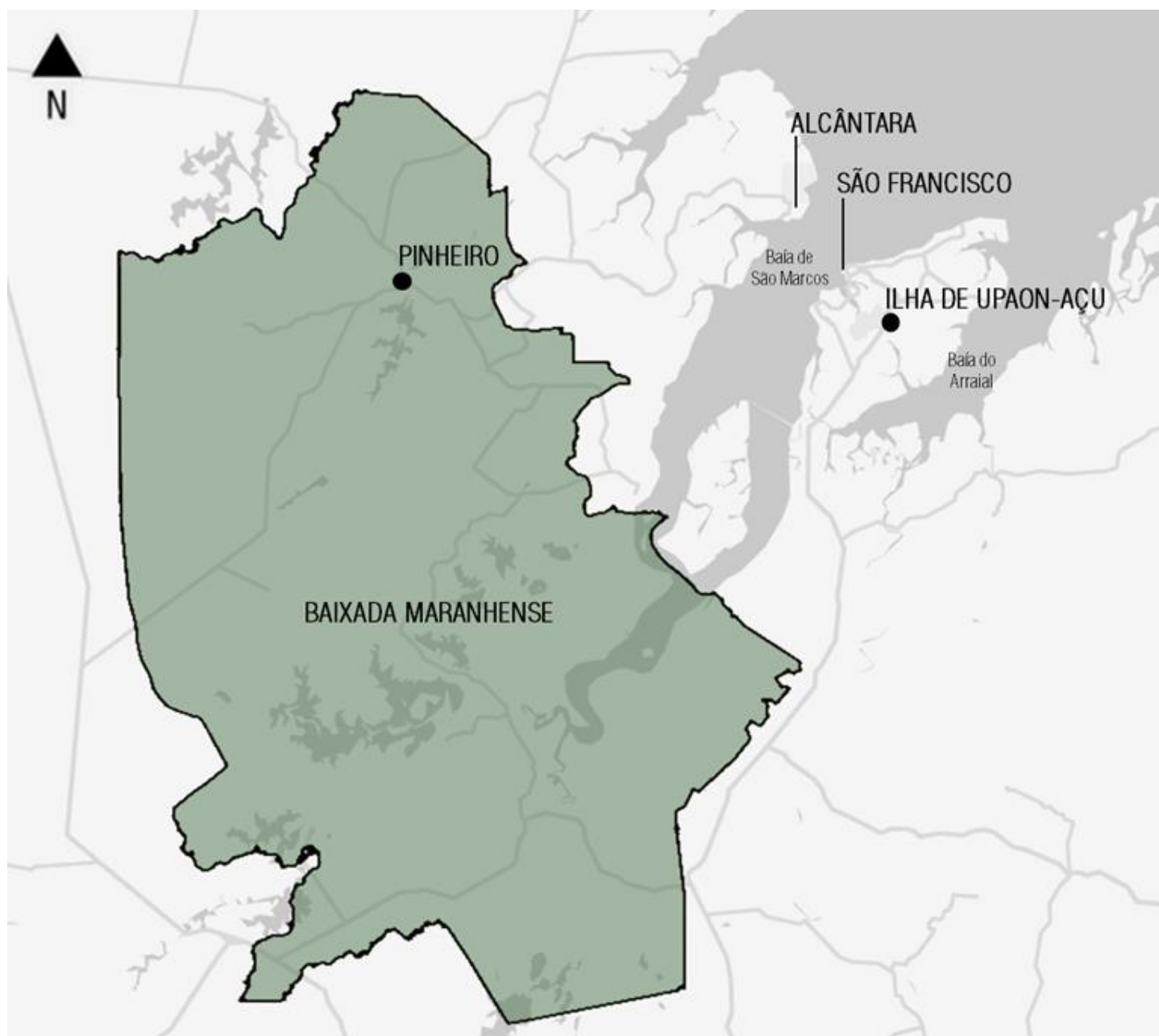


Figura 7: Localização da microrregião da Baixada Maranhense. Fonte: Elaboração própria, 2020.



Figura 8: Igreja da Paróquia São Francisco de Assis na esquina com a Av. Marechal Castelo Branco e Rua Coronel Chaves. Casas do Basa e Sítio Campinas ao fundo. Fonte: Fotografado por mim, 2019.



Figura 9: Posto policial na Praça Botafogo, na Rua Tijuca. Prédios do Residencial José Chagas ao fundo. Fonte: Fotografado por mim, 2017.

Figura 10 (p. 24): Notas da sessão Geral do jornal *O Estado do Maranhão*, 1974. Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite, consultado em fevereiro de 2020.

DMER NÃO EXECUTOU ASFALTO NO S. FRANCISCO

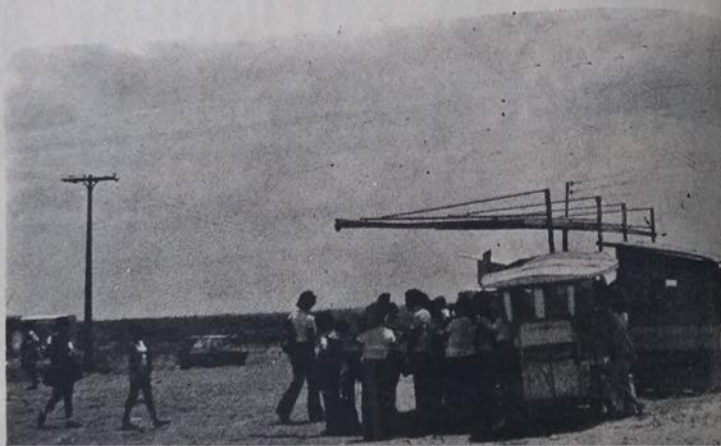
Uma leve camada de pixe na avenida Mal. Castelo Branco, no trecho que passa defronte ao prédio do Jornal "O ESTADO DO MARANHÃO", já há uns dois meses, não significa ter o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem executado qualquer serviço.

A pavimentação desse trecho consta do plano de asfal-

tamento de avenidas, ruas e travessas do bairro de São Francisco, pretendido pelo prefeito Haroldo Tavares, ainda não cumprido pelo diretor do DMER.

Que o prefeito da cidade determine o DMER pavimentar o quanto antes, o trecho que passa defronte ao jornal. A poeira é demais. (Foto).

ÔNIBUS CONTINUAM SENDO UM DRAMA SEM FIM



SÃO FRANCISCO - O problema de transportes coletivos praticamente não existe nesse bairro. Os poucos ônibus que fazem a linha são precários e diariamente pregam à toa. As autoridades do Trânsito já deveriam ter tomado qualquer iniciativa com vistas a eliminar a empresa concessionária e entregar para outra. A Empresa São Luiz, segundo se sabe, tem interesse na linha.

CUIDADO:

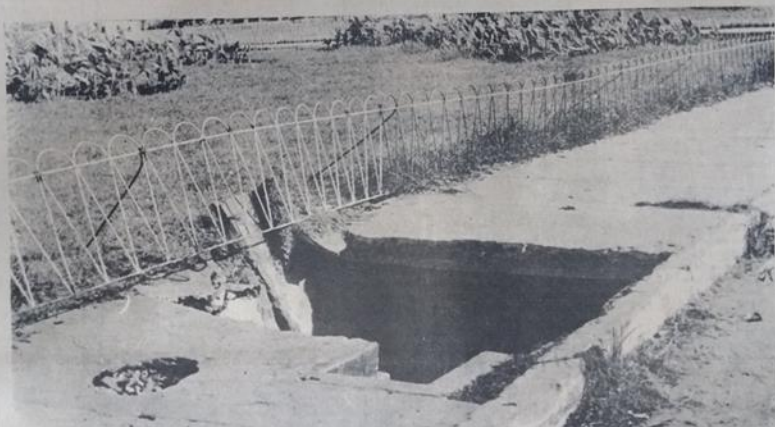
PERIGO A FRENTE

Completam hoje quatro meses que um buraco vem causando acidentes em pessoas que trafegam por cima da calçada da Praça Mal. Castelo Branco, no bairro de São Francisco.

Diariamente empregados da Prefeitura trabalham naquela praça e nunca trataram de realizar qualquer serviço visando tapar o buraco. Ontem mesmo uma senhora desprevenida caiu

e fraturou um braço, sendo socorrida por operários deste jornal.

Resta aguardar se esse buraco vai permanecer por mais quatro meses oferecendo perigo.



A EIT recuperando a avenida Marechal Humberto Alencar Castelo Branco, no bairro de São Francisco, trecho que passa defronte ao Jornal "O ESTADO DO MARANHÃO", para receber asfalto.

DMER NÃO ASFALTA AV. CASTELO BRANCO



Não é mais possível continuar a poeira que vem prejudicando o maquinário da Gráfica Escolar, na avenida Mal. Humberto Alencar Castelo Branco.

O Departamento Municipal de Estrada de Rodagem

apenas jogou uma leve camada de pixe no trecho que passa defronte ao prédio do Jornal "O ESTADO DO MARANHÃO", e nada mais.

Como observam os leitores quando um veículo passa a poeira toma conta de

tudo. A vitracaria de no so prédio permanece dia noite fechada, pois ninguém suporta a poeira. Até mesmo o Telex do Jornal vez por outra tem problema de ordem técnica causada pela poeira. Assim é demais.

2.2 Lá e de volta (outra vez)

A minha experiência nessa pesquisa como nativa e pesquisadora, num campo cujo espaço oscila entre o alheio e o próprio, o exótico e o familiar, me fez ponderar a respeito do que diz Gilberto Velho sobre estarmos sempre pressupondo familiaridades e exotismos como fontes de conhecimento ou desconhecimento, respectivamente:

O fato é que dentro da grande metrópole, seja Nova York, Paris ou Rio de Janeiro, há descontinuidades vigorosas entre o “mundo” do pesquisador e outros mundos, fazendo com que ele [...] possa ter experiência de estranheza, não-reconhecimento ou até choque cultural comparáveis à de viagens a sociedades e regiões “exóticas”.¹¹

A realidade do São Francisco e a minha experiência no campo confirmam essa afirmação. Não somente nas grandes metrópoles, mas também num contexto como o do bairro, esses limites são evidentes e os confrontos são diários, ainda que muitas vezes se apresentem de forma sutil ou sejam tratados com naturalidade.

Gilberto Velho discorre sobre como a hierarquia das sociedades mapeia e encaixa cada categoria social em estereótipos, que são evocados de pronto quando os representantes de diferentes realidades sociais entram em contato. A associação imediata com esses estereótipos confere insensibilidade aos estranhamentos e choques culturais provocados pelas descontinuidades entre realidades diversas. Sustentadas pela distribuição desigual de poder e pelas relações de dominação, essas classificações estereotipadas e hierarquizadas, ‘viciam’ o olhar que lançamos aos cenários e interações sociais do cotidiano, não nos deixam conhecer os “pontos de vista e a visão de mundo dos diferentes atores em uma situação social nem as regras que estão por detrás dessas interações, dando continuidade ao sistema”.¹²

Com a pesquisa busquei superar essa insensibilidade ao estranhamento e essas categorizações imediatas, revelar os dissensos e fissurar o acordo tácito entre os indivíduos e seus papéis. Assim, torna-se essencial revelar as condições deste trabalho, não só pela marcação dos pontos de vista e das relações que se deram, como também pelo reconhecimento do meu corpo no campo e da reflexão sobre os “desafios da experiência próxima”.¹³ Acerca desse assunto, a antropóloga Silvana de Souza Nascimento explica:

Estar em campo e escrever a partir dele, é deparar-se com a evidência de seu corpo e lidar com sua visibilidade material e simbólica, colocando-o em questão. Sua presença material, que ocupa um determinado espaço, que se move de uma certa maneira, que possui uma certa linguagem, que expressa marcas de gênero, sexualidade, geração, raça/etnia, região, nacionalidade etc., provoca efeitos nos lugares e situações onde se realizam as interações entre as antropólogas e seus(as) interlocutores(as). Nossos corpos marcados nos tornam materialmente visíveis. Esta visibilidade corpórea se faz pelo que suscita em determinada localidade ou contexto, que pode ler nosso corpo a partir dos seus.¹⁴

¹¹ VELHO, *Individualismo e cultura*, [1981] 2004, cap. 9, Observando o familiar, pp. 126–127.

¹² *Ibidem*, p. 127.

¹³ NASCIMENTO, *O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima*, 2019.

¹⁴ *Ibidem*, p. 460.

Mais que pela expressão e visibilidade do meu corpo no campo, os meus pressupostos, traduzidos em impedimentos e constrangimentos a ele, pautaram a minha aproximação do campo. Não posso descer até ali, pois sou claramente uma das moradoras de cima. Não devo andar sozinha por essas ruas, pois sou mulher. Devo evitar determinadas pessoas, pois não se encaixam na descrição de corpos inofensivos. Em outro momento, a atitude do outro de não abrir a porta, de me enxergar por uma câmera, ou somente ouvir minha voz, sem me ver, traduz seus próprios pressupostos: um corpo na rua, sem convite, sem ‘senha’, está interdito e, portanto, lhe será negado o contato.

A experiência que tive com a pesquisa de campo baseou-se em mediações, seja por meio de tecnologias de segurança domiciliar, da presença de corpos familiares aos meus interlocutores (Marcelo e Graça) ou da concessão de favores (no caso do Centro de Obras Sociais), e também em traduções, considerando que a ideia central da pesquisa de campo foi primeiramente apresentada nos meus termos, para meus mediadores e em seguida por eles aos nossos interlocutores, partindo do próprio entendimento.

Essas experiências são implicações da presença do meu corpo no campo que não são sempre incluídas na escrita, mas carregam em si “silenciamentos, marcas, ruídos que não caminham necessariamente num único sentido e não produzem uma visão unilateral e sim caleidoscópica”.¹⁵ Ao assumir tanto a minha experiência corporal no campo, expondo meus constrangimentos e interdições, quanto o trânsito que faço na escrita e no mundo (de cima para baixo e de volta. De São Luís para Belo Horizonte — para a UFMG — e de volta, outra vez) componho uma escrita que busca trazer reflexões sobre esses limites, sobre as fronteiras e que deixa claro que este texto segue longe de ser um resultado acabado e objetivo, mas que pretende trazer a marcação do lugar de onde parto para escrevê-lo, aprofundar as desigualdades, já tão presentes no espaço físico, e as particularidades das narrativas sócio-espaciais do São Francisco.

É uma relação na qual eu, como pesquisadora, detenho certa posição na produção do conhecimento e, portanto, me encontro numa relação de poder perante os corpos não inscritos da mesma maneira. Há ainda a minha posição socioeconômica em relação àquela de meus interlocutores, ora muito desigual, ora muito próxima. As narrativas produzidas a partir dessa minha posição, como este texto de dissertação, alcançam seu efeito de verdade e sua aparência de neutralidade e participam na manutenção das estruturas de privilégio e dominância, da violência primeira confrontada pelos ativismos do lugar de fala.¹⁶

O meu deslocamento para falar sobre São Luís na UFMG, como disse anteriormente, é mais um trânsito entre territórios. A questão era como me fazer entender, como fazer entender o meu próprio espaço junto à realidade do Sudeste brasileiro, de uma Universidade Federal distante da Estadual na qual estudei, distante da realidade do campo sobre o qual escrevo.

Inúmeras vezes, durante o tempo em que morei em Belo Horizonte e frequentei a Escola de Arquitetura, me foi requisitada a explicação ou a apresentação desse lugar sobre o qual falava. O que mais uma vez é uma forma de tradução. Por outro lado, o espaço de Belo Horizonte, na minha experiência e no contexto das discussões acadêmicas — mesmo contexto que me requeria traduzir São Luís e o São Francisco — aparecia sem explicações.

Não exponho o pensamento sobre isso no sentido de dispensar a apresentação dos espaços e suas traduções, que são diversas, de acordo com a perspectiva de quem fala e da discussão

¹⁵ NASCIMENTO, O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima, 2019, p. 469.

¹⁶ MOMBAÇA, Notas estratégicas quanto aos usos políticos do conceito de lugar de fala, 2017, s.p. [on-line].

proposta, e que são sim muito necessárias (mesmo que apresentem Belo Horizonte para ‘belorizontinos’, por exemplo) justamente por essa diversidade, mas sim no sentido de entender que prescindir de apresentação alguns espaços, ainda que sejam próximos da realidade que se vive no momento, e requerê-la invariavelmente de outros, é um pressuposto: aquele que toma certos espaços como de conhecimento estabelecido e de domínio público, e outros como ‘fora do mapa’.

Esse modo de pensar, que coloca certos lugares, seus limites e suas nomeações como sendo determinações consolidadas e informações de conhecimento estabelecido e bem difundido, existe também na minha experiência como moradora do São Francisco e nas narrativas de meus interlocutores.

2.3 Topônimos

Quando nos referimos aos espaços e os descrevemos é natural diferenciarmos muito bem o que nos é familiar e incluímos o que está distante de nós em um aglomerado indistinto de espaços nomeados de forma genérica. Esse ato de definir os topônimos, e ainda limites e fronteiras, de acordo com a própria perspectiva lembra as expedições de ‘descobrimento’ que batizavam acidentes geográficos e povos, distribuindo seus nomes a esmo ao longo do caminho percorrido. A minha expedição na pesquisa de campo, entretanto, resultou no inverso e na recíproca. Tanto desbatizei alguns espaços, quanto pude conhecer a nomeação atribuída ao meu espaço pelos outros.

A minha percepção do bairro do São Francisco e do que era compreendido por esse espaço era balizada por quatro pontos de referência: a praça e Igreja do São Francisco na esquina da Avenida Castelo Branco com a Rua Coronel Chaves, a Ponte do São Francisco, o mar da Baía de São Marcos, a Oeste, margeado pela Avenida Ferreira Gullar, e a Feira do São Francisco, na Rua Oito, assim como as barracas dos feirantes instaladas ao longo da Travessa Benício Fontenele, que marcavam um espaço fronteiro entre São Francisco e Ilhinha. E era essa percepção que eu tomava como correta, enquanto as demais formas de nomear, delimitar e referenciar o espaço eram ignoradas.

Com a pesquisa de campo, a extrapolação de fronteiras não se deu somente pela minha presença física no espaço além do Basa, mas também pela inclusão de outras referências e pelo redesenho dos limites desse espaço que eu concebia como bairro do São Francisco. Isso teve como fundamento o contato com um conhecimento que eu não tinha antes de conhecer meus interlocutores, os diversos nomes dos lugares dentro e fora do São Francisco.

O fato é que ser nomeado de diversas maneiras é uma característica que eu pensava ser particular das ruas do bairro, sempre identificadas por números (Rua Um, Rua Dois, até Rua Onze) e também por nomes de figuras maranhenses (José Carlos Macieira, Maria Firmina dos Reis etc.) ou bairros do Rio de Janeiro (Tijuca, Andaraí etc.), mas descobri ser extensiva aos lugares dentro desse território, distintos entre si por origem, formas de moradia, sentimento de comunidade entre as pessoas e ainda outros tantos aspectos que desconheço. Os vários nomes que me foram apresentados não só representam a diversidade de modos de morar no espaço que eu conheço como São Francisco, como também são um testemunho da percepção e experiência que cada um tem do e no espaço do bairro.

Na perspectiva dos meus vizinhos, que eu compartilhava até pouco tempo atrás, o São Francisco engloba a Ilhinha, que seria *uma periferia [...] do centro* ou, *um braço do São Francisco*,¹⁷ e o Morro, conjunto de moradias mais pobres, nas proximidades da Ferreira Gullar e da cabeceira da ponte. As palafitas e moradias improvisadas sobre o mangue, nas margens da Ferreira Gullar, tanto do lado do Rio Anil, quanto da Baía de São Marcos, são nomeadas *invasões*, ou somente *palafitas*. No São Francisco, em cima, a divisão entre Conjunto Basa e Sítio Campinas fica muito bem definida para os moradores com quem conversei. Há ainda uma terceira nomeação dentre as quadras de cima, que surgiu em uma das conversas, as casas da Mota Machado, construídas após o Basa.¹⁸ Entretanto, para a maioria das pessoas que não são moradores antigos ou que não têm familiaridade com o São Francisco, o nome de todo o espaço das residências de classe média do bairro nas imediações da Rua Coronel Chaves, com exceção das primeiras três quadras mais próximas da igreja, é Conjunto Basa, ou Basa somente.

O Morro é conhecido há décadas pelos moradores do Basa e, assim como a Ilhinha, faz parte dos espaços *lá embaixo*. Entretanto, para os moradores daquele lugar, existe ainda uma divisão interna entre Morro e Morro de Baixo, sendo o primeiro, o espaço de ocupação mais antiga, mesmo antes da construção da ponte sobre o Rio Anil, e o segundo, de ocupação mais recente, às margens da Ferreira Gullar.

Já sob o ponto de vista dos moradores da Ilhinha que participaram da pesquisa de campo, seu lugar de moradia é um bairro à parte do São Francisco, tal como Marcelo me explicou e como o faz a cartografia oficial da Prefeitura de São Luís,¹⁹ tendo como principal limite em relação ao bairro vizinho, a Rua da União, primeira rua do lugar, aberta pelos moradores no início da ocupação.

Quanto às vilas de palafitas ao longo da Avenida Ferreira Gullar, denominadas *invasões* pelos moradores do Basa, e classificadas como aglomerados subnormais pela Prefeitura de São Luís e pelo IBGE,²⁰ elas se dividem em três lugares diferentes: a Vila Maruim, a Vila Jumento e a Portelinha. Na vizinhança imediata dessas vilas, há ainda o Conjunto Residencial Ana Jansen, cujo nome é geralmente ignorado pelos moradores do Basa.²¹

Essas áreas junto ao manguezal e às margens do mar e do rio constam no zoneamento urbano de São Luís como Zonas de Interesse Social (ZIS), sendo a área do Morro classificada como *ZIS 1 São Francisco*, o bairro da Ilhinha como *ZIS 1 Ilhinha*, e as vilas Maruim e Jumento, assim como a Portelinha, classificadas como *ZIS 2 Ilhinha*. Há ainda uma porção do espaço próximo à Lagoa da Jansen, classificada com *ZIS 1 Lagoa*. O restante do espaço do bairro entra no zoneamento como Zona Residencial 2 (ZR2).²²

Alguns dos limites que determinam essas nomeações são fluidos. Nessa pesquisa de campo não foi possível — e nem era um objetivo — conhecê-los com precisão, determinar exatamente qual rua separa uma vila da outra ou o Morro do Morro de Baixo, por exemplo. Nem foi possível retratar fielmente como cada grupo nomeia o espaço, pois mesmo entre pessoas do mesmo grupo sócio-espacial, há controvérsias e dúvidas.

¹⁷ Entrevista número 14, concedida por Raimundo e Emanuel em 12 de dezembro de 2019, na Rua Coronel Chaves próximo à Igreja do São Francisco.

¹⁸ Ver figura 11, p. 28.

¹⁹ SÃO LUÍS, Mapa de arruamento e bairros de São Luís, 2010; Bairros, corredores e zonas urbanas de São Luís do Maranhão, 2003.

²⁰ INSTITUTO DA CIDADE, São Luís em dados, 2013, p. 6.

²¹ Ver figura 12, p. 29.

²² Ver figura 13, p. 30.

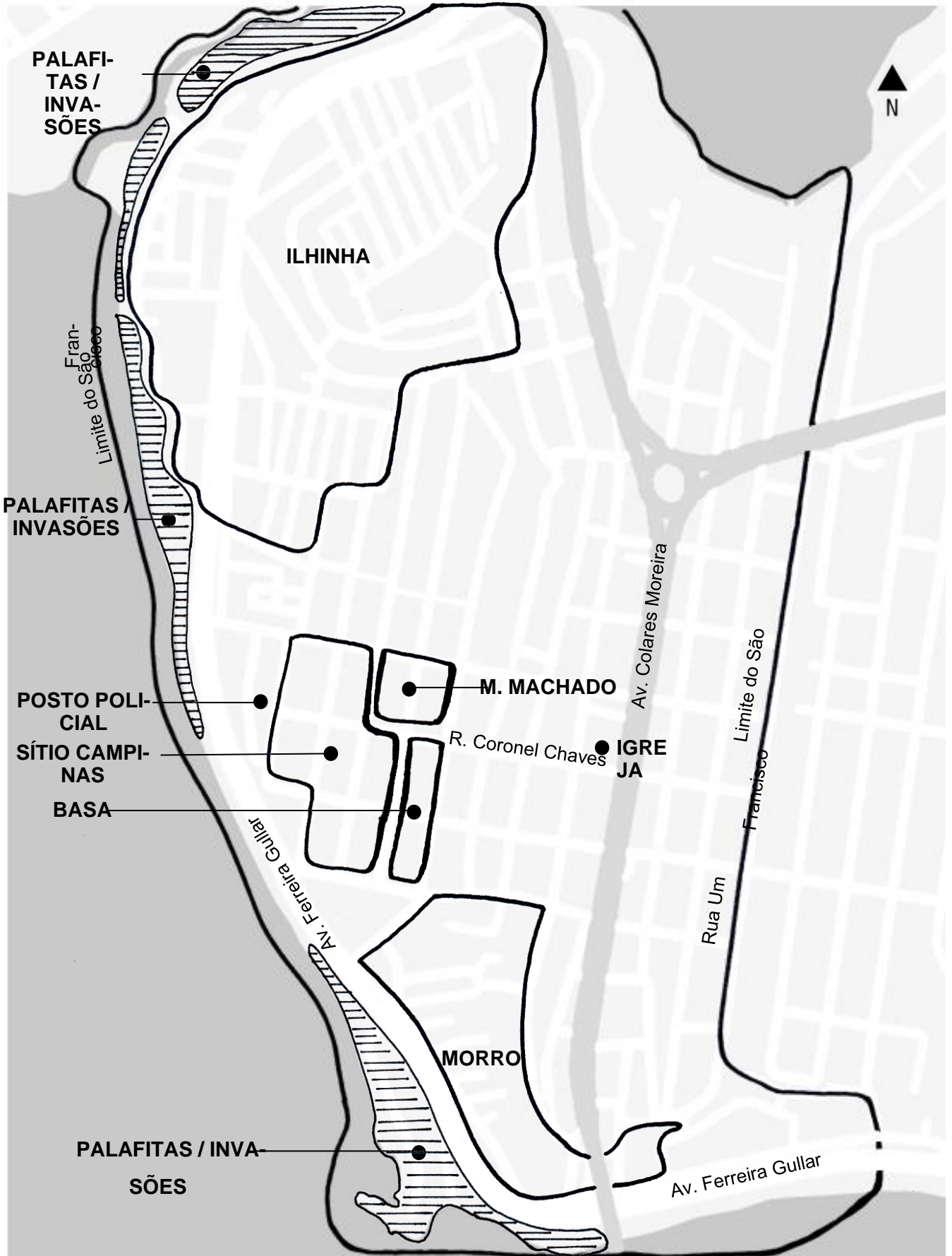


Figura 11: Topônimos usados pelos moradores do Basa e Sítio Campinas. Fonte: Elaboração própria, 2020.



Figura 12: Topônimos usados pelos moradores da Ilhinha e do Morro. Fonte: Elaboração própria, 2020.

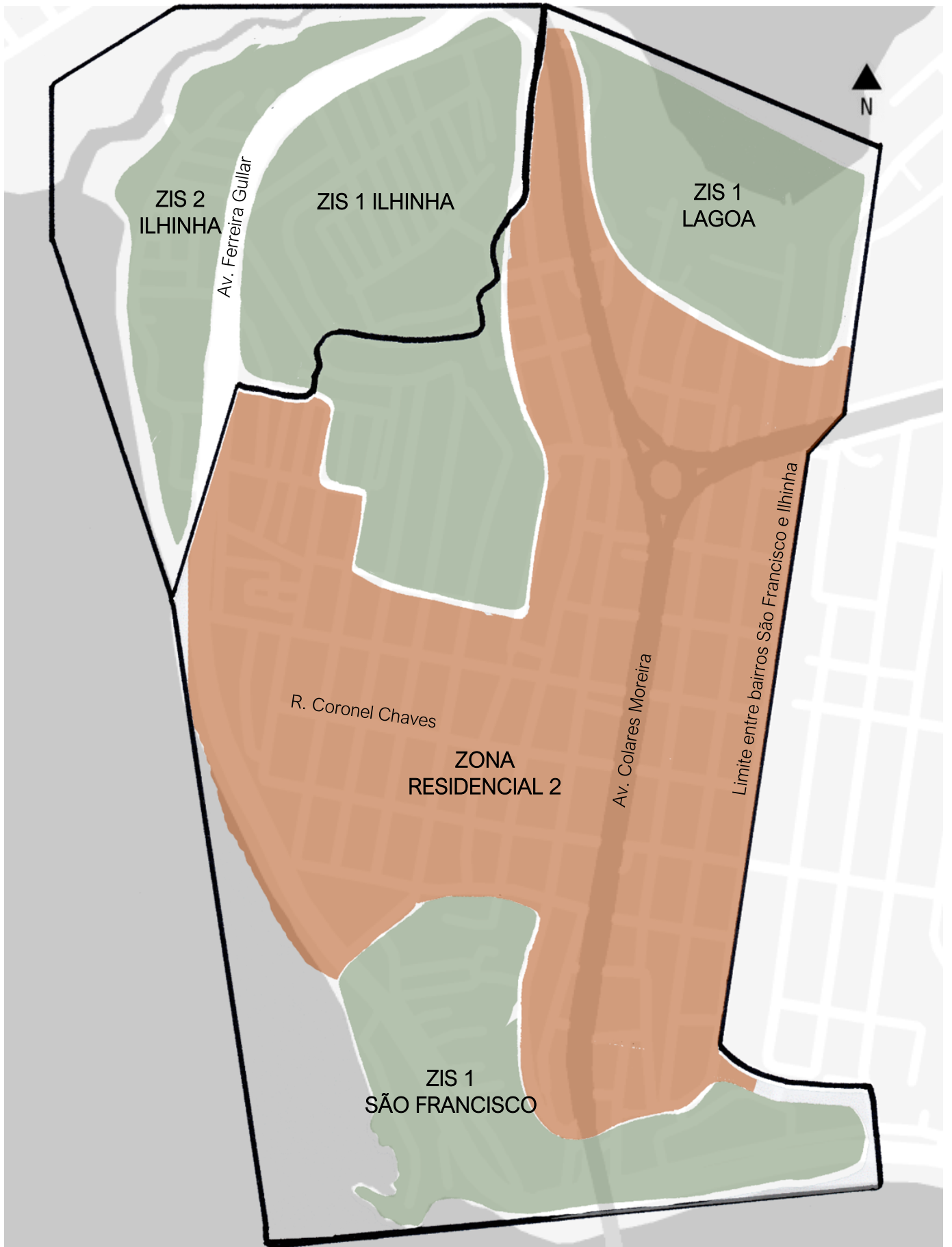


Figura 13: Zoneamento e limite de bairros - São Francisco e Ilhinha. Fonte: Elaboração própria, 2020. Dados: SÃO LUÍS, 2003; 2010.

2.4 No que pensamos?

Tia, posso contar uma história?

Claro!

Uma vez eu ia pro jogo com meu pai, com meu irmão e a minha mãe. E o meu irmão, o meu pai mandou ele ir com outro motoqueiro e... você sabe o que é cavalo?

Sei.

Aí o cavalo tava na frente. Ele foi passando assim e o cavalo não queria sair e a moto coisou e eles caíram.²³

No primeiro dia em que fui conversar com as crianças do Centro de Obras Sociais, Evelyn, de oito anos de idade, me fez a pergunta acima. Ela depois continuou a contar sobre esse acidente e quando terminou a história foi logo seguida pelas falas das outras crianças. Continuei a conversa com os meninos sem dar muita atenção ao pequeno trecho do diálogo com Evelyn.

Já em casa, ao transcrever as entrevistas, pude escutar a pergunta da menina mais uma vez: *Você sabe o que é cavalo?* Achei muito curiosa a sua interrupção no que contava para fazer esse esclarecimento, para garantir que eu soubesse o que era um cavalo. Porque ela não simplesmente presumiu que eu soubesse? Mais tarde cheguei a contar o ocorrido para algumas pessoas, achando graça da maneira de pensar da menina. No entanto, essa pergunta me levou a uma reflexão.

E se pensarmos na pergunta de Evelyn como uma pausa necessária em qualquer diálogo? Para ela, pareceu essencial que eu soubesse do que se tratava um cavalo antes de prosseguir com a história. Se eu desconhecesse, como poderíamos seguir nos compreendendo sem antes garantir as explicações necessárias? O exemplo pode parecer ingênuo, mas a questão é que em qualquer diálogo é preciso partir de um plano comum aos interlocutores. É preciso que eles se encontrem no meio do caminho, onde os termos da conversa são inteligíveis para todos os envolvidos.

Essa não é uma constatação fenomenal, é o básico da comunicação entre pessoas, faz parte da função fática da linguagem garantir o estabelecimento de uma comunicação sólida, mas foi o que me levou a pensar sobre meu objeto de estudo.

Evelyn e eu, ainda que tenhamos duas décadas de diferença de idade e vivamos cada qual no seu contexto social e econômico, compartilhamos o mesmo bairro, a mesma cidade, a mesma cultura. Seria imediato pressupor que essa semelhança bastasse para garantir um ponto comum para o diálogo. Entretanto, a minha relação com a nossa cultura não é a mesma que a de Evelyn,²⁴ o que possibilita, por exemplo, que haja um mundo onde para uma menina de oito anos, uma mulher de vinte e oito, moradora do mesmo bairro que ela, não saiba o que é um cavalo.

Tentando me aproximar do que escreveu Viveiros de Castro, busco enxergar como meu objeto de pesquisa menos o modo de pensar dos meus interlocutores e mais os objetos desse pensar,²⁵ afastando-me da análise seguida de uma interpretação e aproximando-me da ideia de que o conhecimento que produz tem uma “objetividade intrinsecamente relacional”.²⁶ Minha

²³ Entrevista número 7, concedida em 20 de fevereiro de 2019, no Centro de Obras Sociais, São Francisco.

²⁴ VIVEIROS DE CASTRO, O nativo relativo, 2002, p. 114.

²⁵ Ibidem, p. 123.

²⁶ Ibidem, p. 128.

perspectiva nesta dissertação não é aquela de Evelyn ou dos meus outros interlocutores da pesquisa de campo, mas sim a de minha relação com essas demais perspectivas ou pontos de vista. A intenção é aprofundar as disparidades entre os discursos, meu e de meus interlocutores. Isso pressupõe compreender que parto de uma cultura que media minha relação com essas narrativas.

A escrita que resulta disso tem, então, uma nova organização, que não é nem a de meus interlocutores, nem a do campo tal qual me foi apresentado e nem bem a de meus pressupostos e ideias no início da pesquisa. O “arranjo” deste texto é um “novo lugar é [...] um entre-lugar, nem lá, nem cá”.²⁷

A exposição do conhecimento acerca do espaço e a maneira de visibilizar os resultados de campo na pesquisa e expor as narrativas devem ainda explicitar que a distinção entre os grupos se dá no domínio de certa cultura e no teor simbólico das suas existências naquele espaço, sem pressupor como essa distinção se manifestará. Tomar as narrativas como inteiramente distintas seria ignorar sua submissão real a uma lógica comum e perder de vista a estrutura maior na qual se inserem, enquanto anular suas forças individuais, submetê-las uma à outra, faz perder de vista peculiaridades e contradições que necessariamente fazem parte da compreensão do espaço.

Tendo isso em mente, numa investigação acerca da produção do espaço é necessário primeiramente concebê-lo, assim como a arquitetura nesse espaço, não somente como um objeto, mas também como um processo de produção coletiva em contínua negociação.²⁸ Não se trata de contrapor, mas sim de expor as diferenças e aprofundá-las. Em seguida, compreender o texto acadêmico como um documento a ser arquivado e, portanto, como algo que ganhará um “status de prova” e ainda um “status imaginário”.²⁹

O filósofo e historiador Achille Mbembe, quando fala de status, se refere primeiramente ao status material do arquivo, ao arquivo como prova, que atesta, pela sua materialidade, que algo de fato aconteceu e assim afasta toda dúvida. Em segundo lugar, ao status imaginário, relacionado ao destino final desse arquivo e à história possibilitada por ele, que tem por objetivo disseminar a ideia de um tempo comum à sociedade, de propriedade coletiva. Marcar as diferenças e contradições entre os pontos de vista num texto como esse significa possibilitar uma alternativa às provas irrefutáveis na forma de um arquivo.

Através dos documentos arquivados, nos deparamos com porções desse tempo a serem montadas, com fragmentos de vida a serem organizados, cuja montagem alimenta “uma ilusão de totalidade e continuidade”³⁰ e pressupõe um evento fundamental: a morte. “Em um nível mais básico, o arquivo impõe uma diferença qualitativa entre a propriedade comum do tempo morto (o passado) e o tempo vivo que é o presente imediato”.³¹ Condições de silenciamento desse tempo morto, a despersonalização e a descontextualização seguem como essenciais também para a manutenção, tanto da autoridade do historiador, quanto do domínio de determinada sociedade. Escrever história envolve manipular arquivos, remontando porções que, antes mortas, agora são trazidas de volta à vida e reincorporadas no tempo vivo, que é o presente

²⁷ URIARTE, O que é fazer etnografia para os antropólogos, 2012, p. 9.

²⁸ DE BIASE, Por uma postura antropológica de apreensão da cidade contemporânea, 2012, p. 197.

²⁹ MBEMBE, The power of archive and its limits, 2002, p. 21. Tradução minha. No original: status of proof e imaginary status.

³⁰ Ibidem, p. 3.

³¹ Ibidem, pp. 20–21. Tradução minha. No original: On a more basic level, the archive imposes a qualitative difference between co-ownership of dead time (the past) and living time, that is, the immediate present. (...) A death has to occur to give rise to a time characterized by not belonging to a private individual, precisely because this time, from that moment on, founds or institutes something.

imediatamente, “de tal forma que consigam encontrar no texto [...] um lugar para habitar, de onde possam continuar se expressando”.³²

Esta dissertação, portanto, é um desses ajuntamentos de recortes, fragmentos e destroços e, como tal, participa da lógica que mantém o silenciamento e alimenta não só a ilusão de continuidade e totalidade, de que fala Mbembe, como também a da objetividade e neutralidade da minha figura como pesquisadora/escritora. Enquanto escrevo apagando as marcas da minha própria racialidade e classe e colocando o pensamento alheio, a fala de meus interlocutores, no lugar de ilustração de certas noções, como explicável por conceitos pré-estabelecidos, enfim, neutralizando-o, naturalizo a minha própria autoridade.

A autora Diana Taylor,³³ ao traçar uma genealogia dos estudos da performance, escreve que a ideia do “nós” que estuda e escreve sobre “eles” é parte de um projeto colonialista do qual provinha a tradição antropológica e que, ainda que haja esforços contrários a isso em direção ao rompimento com a fetichização do local, a negação da agência aos povos estudados e sua exclusão do acesso ao conhecimento produzido sobre eles mesmos por parte dos pesquisadores, essa comunicação permanece unilateral, na maioria dos casos. “Eles” não têm acesso à “nossa” escrita.³⁴

Essa unidirecionalidade da comunicação e da criação de sentido, argumenta Taylor, tanto provém quanto reflete o privilégio do conhecimento escrito em relação àquele incorporado. Além disso, a autora argumenta que pouco se pensava sobre “como o contato com o ‘não-ocidental’ havia, durante séculos, moldado a própria noção de identidade ocidental”.³⁵ Pensar esse paralelo é também verificar os efeitos que o pensamento dos interlocutores de uma pesquisa de campo, daqueles que são ‘objeto’ de estudo, pode produzir no pensamento do pesquisador, observador objetivo pretense. Isso pressupõe refletir sobre o pensamento nativo como algo alheio às estruturas de explicações e conceitos dos quais dispõe o pesquisador.

Ainda que partindo de esforços descolonizantes, o emprego dessas estruturas e conceitos na formulação de teorias e na observação de um objeto com uma suposta objetividade, além de marcar a desproporção dessa dualidade observador-objeto, revela mais sobre a perspectiva da qual partiu o pesquisador, de sua “lente”, do que sobre aquilo do que ele fala. “A lente [...] revela nossos desejos e interesses” e, ainda que haja uma interdependência, analogias ou homologias entre as estruturas de explicação trazidas pelo pesquisador e o que é observado por ele, é importante que haja também o questionamento acerca dessa interdependência, se, e como ela atravessa culturas.³⁶

O que escreve Diana Taylor encontra proximidade com a concepção de que o trabalho do pesquisador deve ser pensado menos nos termos de encontrar soluções diversas para problemas universais, geralmente propostos pela lente do pesquisador e previamente conhecidos por ele, e mais sobre compreender quais os problemas postos por cada cultura.³⁷

³² MBEMBE, *The power of archive and its limits*, 2002, p. 25. Tradução minha. No original: in such a way that they find, in a text (...) a place to inhabit, from where they may continue to express themselves.

³³ Diana Taylor é professora nos departamentos de Estudos da Performance e Espanhol da New York University (NYU). Seus estudos e escritos giram em torno da arte, política, história, mídia, a escrita e a memória.

³⁴ TAYLOR, *O arquivo e o repertório*, 2013, cap. 1, Atos de transferência, p. 34.

³⁵ *Ibidem*, p. 34.

³⁶ *Ibidem*, p. 35.

³⁷ VIVEIROS DE CASTRO, *O nativo relativo*, 2002, p. 117.

Neste trabalho, afirmo que as narrativas diversas são paralelas entre si e que com a pesquisa pretendo expor essas outras existências, essas outras falas. Não se trata de compreendê-las como equivalentes, porém. É notável que existe um jogo de forças embutido em toda ação e em toda narrativa, e que, no contexto socioeconômico em que vivemos, a narrativa e as ações do poder público, dos interesses imobiliários, do capital, têm um peso muito diferente daquelas das ‘pessoas comuns’. Contudo, ao aprofundar essas desigualdades, entendemos que não existe fala sem disputa de espaço, que essa disputa é desigual e que existem vozes e modos de vida invisibilizados que operam na mesma realidade, ou seja, em paralelo às forças hegemônicas. O primeiro passo para isso é:

Por exemplo, pôr entre parênteses a questão de saber se e como tal pensamento ilustra universais cognitivos da espécie humana, explica-se por certos modos de transmissão social do conhecimento, exprime uma visão de mundo culturalmente particular, valida funcionalmente a distribuição do poder político, e outras tantas formas de neutralização do pensamento alheio.³⁸

Não escrevo como se desse voz aos meus interlocutores. Parto da minha relação com as suas vozes e penso que, evitando encerrar este texto nessas “formas de neutralização do pensamento alheio”, posso pensá-lo “apenas (digamos assim) como uma atualização de virtualidades insuspeitas do pensar”.³⁹

Sob a perspectiva de Diana Taylor, com a colonização, a relação entre a escrita e a cultura incorporada mudou, de forma que a legitimação da primeira se sobrepôs em relação a outras formas de conhecimento e de memória. Aqueles que controlavam a escrita ganharam um grande poder e através dela era possível que o colonizador controlasse, mesmo à distância, as populações colonizadas, enquanto estas e suas práticas incorporadas permaneciam deslegitimadas e oprimidas, deixavam de conter valor legal e aqueles que detinham esse conhecimento não eram mais vistos como especialistas. Quem passava a deter esse título eram aqueles que escreviam e liam, mantinham o conhecimento atrelado aos livros.

Taylor acrescenta que, em face disso, a cisão percebida por ela não se dá entre “palavra escrita e palavra falada, mas entre o arquivo de materiais supostamente duradouros (isto é, textos, documentos, edifícios, ossos) e o repertório, visto como efêmero, de práticas/conhecimentos incorporados (isto é, língua falada, dança, esportes, ritual)”. A memória do arquivo seria supostamente resistente à mudança e estreitamente relacionada ao Estado, ao Governo. “O arquivar, desde o começo, sustenta o poder. A memória arquivar trabalha à distância, acima do tempo e do espaço”.⁴⁰

O objeto da teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre e, portanto, o espaço do qual trato nesta dissertação, é aquele da prática social, ocupado por tudo aquilo apreensível pelos sentidos, assim como por símbolos e utopias, projetos e projeções. Esse espaço envolve os campos físico, mental e social, e evocar esse conceito implica discutir aquilo que o ocupa e como o faz, considerando ainda o tempo e, conseqüentemente, a mudança e o movimento. Isso leva à afirmação de que o “espaço considerado em isolamento é uma abstração vazia”.⁴¹

³⁸ VIVEIROS DE CASTRO, *O nativo relativo*, 2002, p. 129.

³⁹ *Ibidem*, p. 129.

⁴⁰ TAYLOR, *O arquivo e o repertório*, 2013, cap. 1, Atos de transferência, p. 49.

⁴¹ LEFEBVRE, *The production of space*, [1974] 1991, cap. 1, Plan of the present work, pp. 11, 12.

O trabalho à distância, acima do tempo e do espaço, da memória arquivada é incompatível com a concepção de espaço como produto social. Assim, o arquivo, como a hegemonia da escrita, pode servir para ocultar essa concepção. Lefebvre teoriza que esse ocultamento se dá por meio de uma dupla ilusão: a ilusão da transparência e a ilusão realística, que se retroalimentam e escondem uma à outra.

O espaço transparente, aquele que pode ser apreendido e conhecido pelos sentidos de uma só mirada, pressupõe uma coincidência entre espaço social e espaço mental, esse último, o espaço do pensamento e da expressão verbal. Nesse contexto, primeiramente o discurso e então a escrita decifram com prontidão e fidelidade a realidade desse espaço facilmente inteligível, sem “armadilhas ou espaços secretos”. Tomar como fato a transparência do espaço, torna a escrita e o discurso, dominantes. Objetos inquestionáveis de uma crença inabalável, o sustento da ilusão que mantém a ideia de espaço como produto social ocultada.

A ilusão realística, por sua vez, representa a crença de que as coisas materiais têm uma existência mais relevante que o sujeito (no espectro do pensamento e dos desejos). Rejeitar essa ilusão significa priorizar o “pensamento puro”, o que nos levaria de volta à ilusão da transparência.⁴²

Para discutir, então, a produção do espaço sob a perspectiva das narrativas sócio-espaciais, num contexto acadêmico, cujo resultado é um texto como este, sem corroborar com a hegemonia da escrita e, assim, compreender o espaço social à maneira que Lefebvre propõe, é preciso então pensar a cisão que Diana Taylor aponta entre o arquivo de materiais supostamente duradouros e o repertório, na face dos conhecimentos incorporados. Por meio do aprofundamento das diferenças entre as narrativas, da marcação dos pontos de vista e da situação da minha figura como autora em determinado lugar de fala, direciono este texto ao que fissa a lógica de superioridade do saber acadêmico e técnico e entende o espaço como concreto.

Entretanto, o repertório, assim como o arquivo, é mediado e ambos trabalham em conjunto, “inúmeras práticas nas sociedades mais letradas requerem tanto a dimensão arquivada quanto a incorporada — os casamentos precisam tanto da declaração performativa do ‘sim’ quanto do contrato assinado”.⁴³ A tendência é associar o repertório ao passado, ao mito, ou ainda ao local espontâneo e não mediado da “memória verdadeira”, enquanto o arquivo permanece como a perspectiva moderna, ficcional e altamente mediada oposta a isso.

Taylor, ao contrário, pensa mais em uma relação não sequencial, não binária entre arquivo e repertório. “Não se trata de verdadeiro versus falso, mediado versus não mediado, primordial versus moderno [...] do não hegemônico em oposição ao poder hegemônico”, “as performances pertencem tanto aos fortes quanto aos fracos”.⁴⁴ Dessa forma, é possível enxergar que o conhecimento incorporado também tem servido para perpetrar a opressão.

Isso claramente sustenta o intuito desta dissertação, não como uma forma de produzir um conhecimento antagônico ao escrito, até porque me utilizo da linguagem escrita, além do fato de que a dissertação, ela mesma, irá se tornar um arquivo, cujo acesso será facilitado e mesmo direcionado aos membros da academia, assim como eu, mas como forma de compreender duas dimensões de conhecimento às quais tive acesso e que permeiam meu trabalho.

Perceber o repertório como passível de agenciamentos e de fazer perdurar a opressão proporciona uma dimensão realista, não romantizada, contrária àquela que coloca certos espaços

⁴² LEFEBVRE, *The production of space*, [1974] 1991, cap. 1, Plan of the present work, pp. 27–30.

⁴³ TAYLOR, *O arquivo e o repertório*, 2013, cap. 1, Atos de transferência, p. 51.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 53.

e a memória como o bem, enquanto outros espaços, tidos como formais, por exemplo, a academia e o conhecimento técnico e acadêmico, como o mal. Isso reorienta o pensamento para as relações, em vez de concentrá-lo nas oposições pura e simplesmente, o que representa uma forma menos maniqueísta de enxergar as narrativas e também de pensar criticamente sobre o produto final do meu trabalho, meu texto escrito a ser arquivado.

ELIAS
BIBLIOTECA PÚBLICA
FEVEREIRO DE 2020

Elias é um senhor que conheci na Biblioteca Pública Benedito Leite, na época, com setenta e cinco anos de idade. Ele me foi apresentado pela bibliotecária quando pedi informações e expliquei o objetivo da minha pesquisa, com a justificativa de que Elias poderia me ajudar melhor do que ninguém, por já frequentar o acervo da biblioteca há vários anos e saber indicar os exemplares onde eu poderia achar fotografias e reportagens sobre o bairro do São Francisco. Elias tem o hábito de pesquisar temas de seu interesse relacionados à cidade de São Luís, tais como política, notícias da cidade e fatos históricos, e se interessou muito pela minha pesquisa. A primeira vez que conversamos ele me indicou exemplares de jornais das décadas de 1970 e 1980, nos quais encontrei algumas pequenas notas sobre o bairro e poucas fotografias. Na segunda conversa que tivemos, ele me contou que mora no Centro, mas que sempre frequentou o São Francisco, bem antes de a ponte passar. Falou sobre a Ilhinha, o Morro e suas impressões sobre o São Francisco no passado e no presente. Parte dessa conversa está transcrita abaixo.⁴⁹

Elias

Quando inventaram essa Ilhinha, na avenida, foi aquele negócio, começou aquilo: *não, porque não se pode passar, não se pode andar*.⁵⁰ E eu, eu gosto de ir na procissão de São Francisco de Assis, todo quatro de outubro. Quando foi esse ano eu virei e disse: *rapaz, eu vou acompanhar. De onde ela sair, eu vou acompanhar*. Aí eu: *de onde vai sair? Rapaz, lá da Ilhinha*. Eu digo: *bem onde? Da Ilhinha, do outro lado e tal*. Aí eu fiquei assim... e disse: *eu vou lá*. Então eu falei com o rapaz: *tu tá de carro, me leva na Ilhinha e de lá tu vai embora. Não, não vou em Ilhinha que tem assalto. Rapaz, o quê que é isso, rapaz, que conversa é essa? Aí o quê que eu fiz? Eu fui, peguei um ônibus*.

Antes de chegar na padaria [na Avenida Castelo Branco] eu falei com o motorista e ele disse: *o senhor salta ali na rotatória, aí você entra...* Aí eu saltei, atravessei pro outro lado, passei pelo parquinho que tem lá, com umas coisa de brinquedo para criança, fui-me embora, tranquilo.

Depois olhei lá o movimento, atravessei pro outro lado, que era uma igreja que tem lá. A procissão veio por dentro. Aí tem casas boas, tudo... essas coisas, a pessoa até pensa que não tem ali. Totalmente diferente, urbanizada, tudo bonitinho. Porque perigo tem em qualquer lugar, né?

Quando começou, quer dizer, quando fizeram essa avenida, a Ferreira Gullar... esse circuito é ela todinha, né? Até sair ali por debaixo da ponte, passa, vai por lá e vai embora, Jaracaty, vai embora. Aí que fizeram o São Francisco. Tem até uma casa lá que morava um amigo meu, um dos primeiros moradores que chegaram lá. Uma casa do lado esquerdo, quem vai daqui pra lá [...] Na avenida mesmo, primeira casa que fizeram lá. E outro dia até um rapazi-

⁴⁹ Entrevista número 15, concedida em 13 de fevereiro de 2020, na Biblioteca Pública de São Luís, Centro.

⁵⁰ As falas e trechos de diálogos citados pelos entrevistados no corpo do texto são representadas em itálico.

nho que morava lá, família humilde, eu digo: *rapaz, tu ainda tá ali na avenida? Tô*. Até que parece que conseguiram vender. Venderam a casa. Tava um pessoal em cima pra comprar, que turma quer fazer comércio ali e tudo. Compraram. Eles venderam e foram embora.

Mas é uma história interessante [...] Não tinha a avenida que vai pra Ponta D'Areia, ainda não tinha. Aí pra ir pra Ponta D'Areia tinha que dar a volta.

Alicia Não tinha a avenida que passa pela Mirante?⁵¹

E. Ali não tinha. Aí fizeram até ali na Mirante. Depois aterraram a parte da lagoa e abriram. Aí urbanizaram tudo, Ponta D'Areia, ali do lado esquerdo de quem vai. [...] Porque começou essa urbanização do São Francisco de setenta pra cá, depois da ponte. Tudo do São Francisco é depois da ponte. Antes da ponte era um povoado. [...]

Já esse Morro foi muito depois! Por sinal esse Morro, teve uma vez que a procissão saiu de lá. Eu tava lá na igreja, aí: *não, rapaz, parece que vai sair lá do Morro. Tô indo pra lá. Então vamo embora*. Aí eu acompanhei eles e quando chegou lá que eu vi. Essa igreja, você passa na pista, você vê ela.

A. É uma azulzinha?

E. Azulzinha, essa mesmo! É toda organizadinha, tudo, tavam fazendo essa igreja, tavam fazendo ela e a procissão ia sair de lá. Quando foi, minha filha me ligou: *papai o senhor tá onde? Minha filha, tô aqui no Morro. Mas, papai!*. [...]

Mas comigo não tem esse negócio. Eu digo, gente, se Sarney descer ali na Ilhinha, tu sabe o que vai acontecer? O pessoal vai dizer: *olha o senador passando aqui! Como é que tá senador?* Ninguém nem vai perto dele. Sabe por quê? Porque não é o que nêgo tá pensando. Ninguém vai dizer pra ele: *ô, senador, me ajude aqui*. Eu duvido! Ele pode andar é sozinho. Sozinho com Deus. Vai embora que ninguém vai nem... [pausa longa]

A. E nessa época que o senhor ia de canoa, o senhor não se lembra do Morro? Não morava ninguém ali?

⁵¹ Prédio do Grupo Mirante de Comunicação, afiliado à Rede Globo, que fica na Avenida Ana Jansen, próximo à lagoa e à Ilhinha.

E. Não tinha! Olha, ali é o seguinte: aquele lugar que você passou... Eu não sei... não, mas acontece, eu tenho certeza que eu não sou... Você tem quantos anos?

A. Vinte e nove.

E. Vinte e nove. Aí na época que você tinha sete anos — preste bem atenção no que eu vou lhe dizer, que eu tenho certeza que acontece — no lugar que você andava, com sete anos... sete anos com vinte e nove são o quê? São vinte e dois. Se você voltar lá de novo, você: *rapaz, eu já passei aqui, eu era menina, mas eu já passei aqui*. Todo mundo tem aquele... [pausa longa]

Então é o seguinte: você vai na ponte, aí você olha pra esquerda, aí você vê umas pedras, tipo assim um caminho, um caminho de pedra. [...] elas tão lá, na lama. Saltava ali da canoa, ali você saltava da canoa e vinha embora.⁵² Não tinha a ponte. Vinha embora, a primeira coisa que tinha na subida, do lado aqui, você quando passa você olha uma subida, era uma quitanda. Aí você parava lá, tomava umas duas lá e tal, fazia uma parada pra poder... salpicava umas duas cachaças, aí subia. Subia. Chegava lá no campo, o campo era lá em cima, tinha uma casinha pouca, tinha lugar que não tinha nem casa! Tinha nada! Aí você jogava bola, tudinho, quando pudesse voltava. Aí atravessava de novo, vinha pra cá, vinha embora.⁵³

É como a Ponta D'Areia. Ponta D'Areia você saltava lá onde é o late,⁵⁴ na parte de lá. [...] Ali não tinha nada, eu conheci ali era só um povoado, uma casinha aqui, outra casinha ali. Aquela coisa saudável, aquela coisa boa.

A. Um moço me disse que era cheio de pé de murici.

E. Na praia, na beira da praia. [...] Camapu e murici e maria pretinha!⁵⁵ Tinha nada ali! Aí saltava ali na frente e tinha uma casa com um cidadão que morava lá. Até hoje eu penso: *rapaz aquele cara lá era feliz e não sabia*. Pô, o cara morava em frente do mar! Uma vez eu fui lá, nessa casa. Um amigo disse: *rapaz bora lá na Ponta D'Areia que um amigo meu tá aniversariando. Ele me convidou, bora lá?* Aí saltamos já no late e a casa ficava logo assim. [...]

Era uma casa bem confortável. Só de ser de frente pro mar, o cara olhando o mar todo tempo ali. [...] tem hora que eu me lembro disso, rapaz. Aquilo

⁵² 'Vir embora' é uma expressão que geralmente tem o sentido de prosseguir no caminho em direção a algo. Nesse caso vir embora significa continuar em direção ao São Francisco e não voltar para o Centro, ou para onde ficou a canoa.

⁵³ Já aqui, 'vinha embora' quer mesmo dizer voltar para o lugar de onde veio. Nesse caso, o Centro, local de moradia de Elias.

⁵⁴ Late Clube de São Luís na Rua Dr. Jackson Kepler Lago, na Ponta D'Areia.

⁵⁵ *Physalis angulata*, *Byrsonima crassifolia* e *Solanum americanum*.

me marcou. A gente chegava na janela olhando a cidade todinha, lá da janela. Eu me lembro dessa casa, o caboco era feliz e não sabia. [...]

Era de taipa. A maré enchia e batia na porta, aquela água batendo, né. [Pausa longa]

A. Eu imaginava que quando as pessoas vinham de canoa, vinham pela Rua Um, mas então era do lado esquerdo que saltava?

E. Não, não, a canoa quando as pessoas vinham para o São Francisco era ali, na cabeceira da ponte.

A. E já tinha o asilo?⁵⁶

E. Asilo tinha. Esse asilo eu conheci [...] hoje o povo não sabe nem onde é o asilo. Mamãe tinha uma amiga... eu tinha, mais ou menos, meus oito anos, sete anos, pegava a canoa — tinha uma canoa pra atravessar no Jenipapeiro⁵⁷ — aí atravessava, saltava no ponto, subia — tinha uma pontezinha — e aí chegava na casa, casa grande. [...] ela era bem confortável, eu me lembro dela. Aí tinha o pessoal lá, idoso, e a amiga de mamãe morava ainda mais pra trás. Aí a gente passava por dentro do asilo, tinha uma senhora que até hoje eu me lembro dela, quando ela me via ela ficava... aquilo me marcou! Quando eu me lembro dela... quer dizer, uma coisa que aconteceu com oito anos. Eu tô com setenta e cinco. Mas aquilo, eu me lembro como se fosse hoje. Olha, minha filha, eu tô te contando uma coisa, Alicia, parece que eu tô olhando! Parece que eu tô ouvindo! Ela na cama, aí quando ela me via ela ficava... e eu com medo dela, aquele negócio todo, aí eu ia pra lá... ela tinha dois cachorros. Rompinuve e Tenerife. Olha o nome dos cachorros! [risos] uns cachorros bonitos, nunca me esqueço deles. Ah, isso faz sessenta e poucos anos. Aí fizeram a avenida, fizeram tudo e ninguém mais sabe nem onde é o asilo.

Pois é, o São Francisco era isso.

Aí depois veio Ilhina, veio Morro, mas começou São Francisco quando fizeram essa Avenida Castelo Branco. Não tinha nada. Se não me engano, se não me falha a memória, esse Conjunto Basa, ainda não tinha a ponte. Eu ouvi falar nesse Conjunto Basa... ou iam fazer o Conjunto. [Pausa]

Ah! Foi isso mesmo. Tinha um projeto. Eles tavam urbanizando, antes de fazer a ponte tavam vendendo terreno, tavam urbanizando lá. Ia papai com os

⁵⁶ O asilo é o Abrigo de Mendicidade de São Luís, que atualmente fica na Rua das Paparaúbas, no bairro Jardim São Francisco.

⁵⁷ Complexo Jenipapeiro, na Avenida Beira Mar ao lado da Capitania dos Portos do Maranhão.

amigos dele. Depois mamãe disse que eles iam era atrás de mulher. Eles iam pra lá e uns amigos meus iam também. Então nesse tempo já tavam fazendo esse projeto. Já tavam urbanizando, porque o projeto da ponte já vinha de muito tempo, desde o governo de Newton Belo e quando Sarney assumiu o governo, aí ele botou pra frente.

Eu ainda trabalhei vendendo coisa pra aproveitar a inauguração da ponte.

Aí com o tempo, começou a vir o progresso, aí faz aqui faz ali, faz edifício, mas era isso. São Francisco era isso.

**RIBAMAR
ILHINHA
FEVEREIRO DE 2019**

Ribamar tinha sessenta e cinco anos quando o entrevistei. Nasceu na região da Baixada Maranhense, município de São João Batista, onde até então mantinha uma roça que visitava de quinze em quinze dias. Filho de lavradores, já trabalhou como pedreiro e feirante. Antes de morar na Ilhinha, era morador do São Francisco, mais precisamente da Rua Dois desde os doze anos de idade. Marcelo o avistou sentado na porta de casa, na calçada, nos apresentou e introduziu o objetivo da entrevista. Conversamos ali mesmo enquanto ao lado uma radiola tocava forte num bar onde um grupo de homens jovens bebiam na calçada. Era por volta das cinco e meia da tarde, numa quinta-feira, e o movimento de pessoas na rua era intenso. Algumas mulheres instalavam carrinhos de lanche e mesas nas portas de suas casas, havia pessoas que aparentavam estar voltando do trabalho e crianças que brincavam em grupo. Muitos dos passantes cumprimentavam Ribamar, que respondia sempre com um aceno. Ele compartilhou suas memórias da Ilhinha comigo numa conversa que, por vezes, parecia mais ser entre ele e Marcelo, apenas.⁵⁸

Ribamar Ah, aqui é muito bom! [...] Aqui, a gente mora... tu tá lembrando, Marcelo? Quarenta anos, eu acho, né, Marcelo? Ou mais. [...] Aí aqui, nós passávamos de canoa. Eram as casas pé-de-palito, depois fez de taipa, depois a draga veio e entulhou, né, Marcelo? [...]

Isso aqui era um igarapé, que passava bem aqui entre uma casa e outra. Nós pegávamos caranguejo pra caramba! [risos] Quando a gente ia pro serviço, era a mulher mais a cunhada que pegavam. Era um mangal grande demais aí pra trás. Era bom, era divertido. Aqui sempre foi bom e sempre foi um lugar legal pra gente morar. [...] Isso aqui sempre foi assim, a rua da União, até a outra avenida. [...] Daqui eu só saio pro cemitério! [Todos riem]

Marcelo Se Deus quiser! E ele é natural da Baixada.⁵⁹

R. É, mas fui criado aqui no São Francisco. Vim com doze anos, na época que tavam fazendo essa ponte. [...]

Atravessava de canoa, Marcelo. Ih, pra ir na cidade era muito longe, Marcelo. Não tinha ônibus, depois foi que botaram ônibus. Nós íamos pro Mercado Central, íamos aqui pela Ponta D'Areia, depois foi que fizeram o chamado Cocó da Ema, aqui defronte à Mirante. Era Cocó da Ema. Esse igarapé, nós passávamos de canoa. Isso era uma tabatinga, Marcelo, tu precisava de ver! Conversa com teu pai, pra tu ver! [...]

⁵⁸ Entrevista número 2, concedida em 14 de fevereiro de 2019, na Ilhinha.

⁵⁹ A Baixada Maranhense é uma microrregião do estado situada a Oeste e Sudeste da ilha de Upaon-Açu (Ilha do Maranhão/de São Luís), da qual fazem parte vinte e um municípios, sendo o maior entre eles, Pinheiro, a cerca de 120km de São Luís (via balsa no Terminal do Cujupe) e cuja característica mais marcante é a presença de muitos lagos e planícies alagáveis.

Nessa época eu não morava aqui. Morava ali na Rua Dois. [...] Aqui, eu já vim pra cá depois de casado.

M. Arrumou o lugarzinho dele pra cá, mas foi criado lá. Vinha pra cá pra pescar...

R. É, tinha um campinho de bola ali...

M. Famoso areal, né?

R. Ali mais ou menos onde é a casa de gás, né? Ali era um areal. Aqui bem de frente da casa de vocês [da família de Marcelo] tinha uma porção de pés de murici, tinha tudo! Aí nós descíamos aqui, pegava aqui e ia pro campinho, quando a maré tava seca, porque quando a maré enchia, tomava tudo. [...] Detrás do prédio, não tinha nada, era só um tucunzal. Passávamos por detrás de onde hoje é a delegacia, era um pedregulho danado, aí a gente descia. Aí tinha esse motel aí, que sempre existiu, quando eu me entendi já achei ele aí. Era só uma estradinha de andar carro mesmo. A gente descia era toda hora da noite, toda hora, ninguém mexia com ninguém. Sempre foi assim, esse pedaço nosso aqui sempre foi assim, nunca ninguém mexeu com ninguém. [...] Quando eu cheguei aqui, já achei o pai de Marcelo aqui. Nós nos conhecemos há muito tempo, nós trabalhávamos juntos. [...]

É, era casa pé-de-palito, aí a gente fez de taipa. Aí foi aterrando. Eu tenho uma casa aqui enterrada. Só fiz botar as paredes. A cinta dessa casa passa bem aqui, ó. [ergue a mão a uma altura de cerca de trinta centímetros] Tá todinha pra baixo. É a mesma coisa a casa de Marcelo. Não sei nem quantas casas Cachorro⁶⁰ já fez em cima daquela ali. O aterro vai subindo e as casas vão descendo. [...] Piche, como esse que tá aí, quantos são, Marcelo? Parece que são três. O primeiro cano, que era um chafariz [...] nem sei quantos metros abaixo ele tá. [...]

Pela tampa de esgoto você tira. Ah, a primeira encanação aí passa longe! Agora, esse pedacinho aqui sempre foi bacana. Desde quando a maré tava seca. A maré tava seca, pronto, não atolava, era tudo areia. Mas quando a maré tava cheia... o jirau da minha casa era dessa altura assim [marcando com o braço uma altura de mais ou menos um metro] Ainda caiu uma filha minha, uma vez, a Patrícia!

M. Maré cheia, ou maré seca?

⁶⁰ Acho que se trata do apelido do pai de Marcelo, não tenho certeza.

R. Maré cheia, rapaz! A casa era uma tábua aqui, outra ali, aí caiu. Ela tinha um cabelão. Aí quando eu cheguei, o cabelão boiando, aí eu cheguei e agarrei. Ela era como Sofia.

M. Nossa! Pequeninha! Sofia é a neta dele.

R. Sofia é uma loirinha, que tava ainda agorinha aqui. E Lícia era pequeninha, aprendeu a andar dentro do berço, um berço que eu trouxe da casa da minha irmã, porque não podia... [...]

Aí, aqui nessa casa [a casa vizinha] era a casa do Louro, ele tem uma filha, Katia, que hoje é corretora de carro. Aí um dia nós estávamos sentados, eu, João e meu cunhado. Katia era como Sofia também... rapaz, esses pequenos aqui dessa rua, a gente só não viu nascer na maternidade! Esse [se referindo à Marcelo], aquele ali que vai ali [apontando para um rapaz que caminhava na rua], tudo nasceram e se criaram aqui.

Aí Katia caiu, acertou a carinha na lama, rapaz, chupou lama pra caramba! Aí eu mais João corremos em cima, tiramos lama da boca dela, chupamos no nariz dela pra não morrer! Ajeitamos Katia! Hoje Katia tá aí, é uma mãe de família, trabalhadeira pra caramba. É, é assim que é. O pessoal são tudo bacana aqui, graças à Deus! [...] Só não vive um na casa uns dos outros, mas aí o que precisar, é na hora. [Pausa longa] [...]

M. Não, com certeza. Ribamar tá aí sempre contribuindo com a comunidade, não é? Porque isso é um trabalho de pesquisa e também serve de preservação da própria história do bairro. [...]

R. É, porque tem muita gente que não sabe. Olha, lá no meu interior, eu fui nascido e criado lá e até hoje não saio de lá. Eu digo pra turma: *nem eu morrendo não saio daqui!* Hoje lá tem umas estradas, lá no interior, não são mais aqueles caminhos, fizeram rodagem, né? E eu digo pra turma: *olha, isso aqui não era estrada, isso aqui era rumo.* Aí eu tenho uns cercados lá e digo: *olha, a estrada passava por aqui que é o mangal, por lá que a gente andava antigamente.* [...] Então, hoje onde é caminho, não era caminho, era rumo, porque vieram demarcar as terras e: *essa tua é pra cá, a desse outro é pra lá,* tá entendendo? E aí que fizeram os caminhos

3 RUMOS EMBAIXO DE CAMINHOS

No último dia de pesquisa no acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite, já na saída, Elias me entregou uns papéis que trazia nas mãos. Era a primeira página e parte de um caderno da edição de fim de semana do jornal *O Estado do Maranhão*, na qual constava uma reportagem sobre a Ponte do São Francisco, na ocasião do seu aniversário de cinquenta anos desde sua inauguração em 14 de fevereiro de 1970. Elias disse que havia guardado aquelas páginas para caso precisasse em alguma de suas pesquisas, mas resolveu entregá-las a mim, pois pensou que me seriam mais úteis.

A manchete da primeira página do jornal traz a frase: “mudança veio pela ponte” e o primeiro artigo da reportagem começa narrando como a ideia de construí-la teria sido suscitada na mente do então governador José Sarney: “foi a partir de uma visão do local onde despachava [...] que José Sarney teve uma antevisão, ao olhar através da janela para um dos braços do Rio Anil, em direção ao antigo São Francisco.” A chamada ‘ponte da esperança’ é retratada como uma “ousada jornada comandada por um grupo de engenheiros e outros visionários, que viram na construção da Ponte a oportunidade de incluir o Maranhão no rol dos estados em franca ascensão no país.”

O texto explica mais à frente que, assim como a Ponte do São Francisco, obras como a Ponte do Caratatiua — também sobre o Rio Anil, entregue em 1968 — fizeram parte da “estratégia sarneyista de [...] possibilitar o erguimento de símbolos, configurando a ideologia do progresso e fomentando a transformação do que era abstrato (projetos) para algo concreto (obras em si)”.¹ O artigo dá um tom de inspiração quase poética para uma obra pública que se sustenta em princípios e ideais correntes na cidade de São Luís há algumas décadas.

3.1 Caminhos

São Luís veio de um passado colonial de prestígio, cujo legado a levou a ser considerada, em 1819, a quarta cidade brasileira em termos de riquezas e população, atrás somente do Rio de Janeiro, de Salvador e de Recife.² Palacetes, solares, várias igrejas, um teatro de renome nacional e um comércio muito expressivo ocupavam o centro da cidade no século XIX, cujo desenho era ainda o traçado original de sua fundação em 1612.

Já no final do século, entre os anos de 1872 e 1900, instalaram-se na capital vinte e quatro fábricas.³ A produção de tecido, anil, sabões, cerâmica etc., distribuída em estabelecimentos no entorno do Centro, contribuiu para a descentralização das atividades e da ocupação do espaço, que passou a rumar no sentido da povoação do Anil, no percurso do Caminho Grande. Dessa forma a cidade passou as primeiras décadas do século XX crescendo ao longo das linhas de bonde elétrico e das estradas, junto às fábricas.

¹ BASTOS, “Ponte da Esperança”: o desenvolvimento do outro lado do Rio Anil, 2020, p. 1. Ver imagens, pp. 59, 60.

² LOPES, São Luís: história urbana, 2008, p. 19.

³ Ibidem, p. 25.

Na década de 1930, Era Vargas no Brasil, o pensamento de superação da cidade colonial, tida como velha e insalubre, era expressivo e suscitava o debate público. A atividade fabril, especialmente a têxtil, entrava em crise e nessa nova conjuntura política e econômica São Luís, passou a ter a função de sede administrativa.⁴ Nesse contexto, o advogado maranhense radicado no Rio de Janeiro, Paulo Ramos, então governador do Estado e interventor federal no período de 1937 a 1945, indica o engenheiro cearense Octacílio Saboya Ribeiro para assumir a Prefeitura de São Luís.

Saboya ocupou o cargo entre setembro de 1936 e julho de 1937, sendo substituído em 1938 pelo médico maranhense Pedro Neiva de Santana. As figuras de Ramos, Saboya e Santana se tornaram elementos-chave da aproximação entre a administração estadual e os ideais ditos modernizadores do governo Vargas no período do Estado Novo, de 1937 a 1946, sendo representantes da imagem do líder de perfil técnico, afastado de questões partidárias e comprometido com a evolução e o progresso.⁵

Como prefeito, Saboya instituiu um novo Código de Posturas para São Luís e dispôs uma série de posicionamentos e diretrizes para as mudanças que deveriam ocorrer na cidade que, em suas palavras, era “uma cidade em desespero, aguardando a morte próxima e que ele sabia ser tão bela quanto decadente”, onde era possível sentir a “falta do sopro do progresso realizador”.⁶

Já em fevereiro de 1937, o prefeito apresentou o primeiro esboço do *Plano de remodelação, extensão e embellezamento da cidade de São Luís* — que viria a se tornar o *Anteprojetado de remodelação da cidade* — aos moldes do plano de mesmo nome proposto para a cidade do Rio de Janeiro, em 1930, pelo urbanista francês Alfred Hubert Agache. Nesses planejamentos, os posicionamentos e as diretrizes de Saboya em relação às mudanças para São Luís seguiam a lógica de “três ideias distintas e complementares: as representações negativas da cidade antiga, o atraso cultural em que São Luís estava imersa e o alcance parcial das intervenções anteriores sobre a cidade”.⁷

As ideias expressadas pelo prefeito desqualificavam a cidade de São Luís de forma a justificar o sentido higienista da política que tinha como base, o combate às moradias tidas como inadequadas, por meio de desapropriações e da taxaço de moradias multifamiliares no Centro, a fim de acabar com o que chamava de cortiços. Havia também a preocupação com a mudança dos padrões estéticos da cidade, destacando o *Art Déco* como estilo preferível, e com os costumes dos habitantes.

O sucessor Pedro Neiva de Santana tomou as providências necessárias para efetivar as exigências do código de posturas de Saboya e, dando continuidade aos propósitos higienistas, manteve as taxaço aos cortiços e também às moradias populares no Centro, às casas porta-e-janela. Na legislação estavam previstas ainda exigências quanto à iluminação e ventilação nos cômodos internos das edificações, o que caracterizava, conseqüentemente, boa parte dos sobrados de arquitetura colonial, que possuíam quartos do tipo alcova, por exemplo, como insalubres. Entre as medidas de higienização da cidade e substituição da arquitetura tradicional luso-brasileira esteve a demolição do mercado da cidade para a construção do Mercado Central, prédio de linhas modernas que se mantém até hoje em funcionamento no Centro de São Luís.

⁴ LOPES, *Capital moderna e cidade colonial*, 2004, p. 123.

⁵ COSTA, José Octacílio Saboya Ribeiro: o saber urbanístico e as propostas de reestruturação de São Luís do Maranhão durante a Era Vargas, 2015, pp. 159–161

⁶ RIBEIRO, Mensagem apresentada na ocasião do início dos trabalhos da Câmara Municipal, 1937. Grafia atualizada de acordo com o acordo ortográfico ratificado no Brasil em 2008.

⁷ LOPES, *Capital moderna e cidade colonial*, 2004, p. 99; A cidade como um jogo de espelhos, 2018, p. 4.

Neiva de Santana propôs ainda um novo zoneamento para a cidade em 1938. De caráter funcional, esse zoneamento se restringia à parte central e mais antiga de São Luís, dividindo-a entre um centro administrativo, ou cívico, e quatro zonas: comercial, industrial, residencial e agrícola. Enquanto Saboya, em 1936, havia incluído toda a ilha de Upaon-Açu em seus planos, dividindo-a em zona urbana, zona suburbana e zona rural, o zoneamento de Neiva de Santana anunciava que a cidade moderna deveria se construir sobre a colonial.⁸

O *Novo plano da cidade* trazia uma série de intervenções que significavam a substituição do colonial pelo moderno, especialmente por meio de reformas no sistema viário. As opiniões em favor de preservar as edificações e o traçado histórico não foram suficientes para fazer frente às iniciativas de Neiva de Santana que, para reformar a principal rua de comércio da cidade, a Oswaldo Cruz, demoliu a Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Mulatos,⁹ em 1939, sob protestos da população comovida. A Rua Oswaldo Cruz, conhecida popularmente como Rua Grande, encontra-se mais adiante com a Avenida Getúlio Vargas, aberta em 1940 e ambas se assentam sobre o Caminho Grande, ao longo do qual se orientava o crescimento de São Luís.

Em 1940 também, a abertura da Avenida Magalhães de Almeida cortou em diagonal várias quadras do Centro, ligando a Praça João Lisboa ao novo Mercado Central, às custas de dezenas de demolições. Seguindo essa obra, a prefeitura promoveu ainda a “reurbanização do Largo do Carmo e da Praça João Lisboa [...] Tal reforma, no entanto, torna-se polêmica ao cortar as árvores existentes, sob as quais as pessoas reuniam-se para conversar, ou seja, onde ‘funcionava um poderoso mecanismo de censura social’”.¹⁰

As avenidas Getúlio Vargas e Magalhães de Almeida, foram símbolos da modernidade. A primeira, em especial, é uma avenida larga, com canteiros arborizados e linhas de bonde e estabelecia a comunicação com o bairro do João Paulo, nos subúrbios da cidade. Ali já estava presente o ideal ressuscitado nas décadas de 1950 e 1970, nos planos urbanos e na construção da Ponte do São Francisco: a ideia de ligação entre a cidade velha e a nova. Com a abertura dessa avenida, parte da população das classes mais altas se mudou para os seus arredores, deixando o Centro, que passou a sofrer um processo de desvalorização.

Durante o Estado Novo, uma parte da Praia Grande e do bairro do Desterro foi destinada pelo governo à concentração do meretrício, em uma zona de prostituição legalizada, o que incentivou o afastamento das famílias que ali residiam e a desvalorização dos sobrados, gradualmente transformados de boates e bares em cortiços ou pensões para pessoas de baixa renda chegadas do interior maranhense e de outros estados.¹¹

Ao passo que se dava o processo de deslocamento dos mais ricos em direção à nova cidade, a construção de prédios como o Palácio da Justiça, de estilo eclético, a sede do Banco do Brasil, em estilo moderno e o prédio do Palácio do Comércio, no estilo *Art Déco*, marcavam ainda o posicionamento dos mesmos ideais de progresso e modernidade no espaço da cidade antiga. Esse último, construído no lugar do casarão colonial conhecido como Palácio dos Holandeses,

⁸ LOPES, *Capital moderna e cidade colonial*, 2004, p. 127.

⁹ Ver figura 16, p. 55. No lugar da igreja foi construído na década de 1960 o prédio que ficou conhecido como o primeiro ‘arranha-ceu’ de São Luís, o Edifício Caiçara, com dez andares e usos residencial e comercial.

¹⁰ LOPES, *São Luís: história urbana*, 2008, p. 31.

¹¹ *Ibidem*, pp. 32, 33.

sediava o Hotel Central e passou a ser o local de vários bailes da alta sociedade, ganhando o apelido de ‘palácio encantado da cidade’.¹²

O movimento duplo de avançar sobre o território, ao longo da Getúlio Vargas, e ainda permanecer no Centro, condiz muito bem com a lógica da invenção dessa cidade nova, tendo nas edificações como o Palácio do Comércio e mais tarde a Ponte José Sarney — cada qual com sua alcunha, palácio encantado e ponte da esperança — a declaração clara dos princípios que norteavam as reformas e demolições. Não basta expandir, mudar para outros espaços, criar do ‘nada’ o lugar onde deve habitar a civilidade e inculcar um novo modo de vida, é preciso também dar conta de desclassificar e manter sob a imposição dos símbolos do progresso tanto os modos de vida que já existiam ali — na presença-ausência das demolições e na permanência de algumas ocupações e usos do espaço — quanto aqueles que se instalaram como consequência direta das próprias intervenções do Estado —aquele dos migrantes e dos pobres que passaram a morar no Centro.

Esse pensamento viria a sustentar o planejamento de expansão de São Luís, no qual já estava prevista a construção da ponte sobre o Rio Anil e cujos princípios tinham afinidade com os ideais do período desenvolvimentista pelo qual passava o país, na década de 1950, e o Maranhão, entre as décadas de 1960 e 1970, o chamado Maranhão Novo.

Em 1950 São Luís tinha cerca de cento e vinte mil habitantes, dos quais aproximadamente oitenta mil habitavam a zona urbana da capital. Nessa época, eram considerados zona urbana somente os distritos central e do Anil. O que viria a mudar somente em 1990, quando foi promulgada a Lei Orgânica do Município, na qual se instituiu como zona urbana de São Luís as áreas de edificação contínua das povoações e áreas adjacentes que atendessem aos seguintes critérios: possuir arruamento com calçamento e meio-fio, abastecimento de água e sistema de esgoto, iluminação pública, escola primária, postos de saúde e ainda templos religiosos. Essas disposições seriam ainda ratificadas em dezembro de 1992 com a Lei Complementar de nº 3253 que dispõe sobre zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo de São Luís.¹³

Nesse contexto, Ruy Ribeiro de Mesquita, engenheiro civil nascido em Sergipe e formado pela Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, ocupando o cargo de diretor geral do Departamento de Estradas e Rodagens - DER, segue a mesma lógica de Octacílio Saboya: São Luís precisaria passar por uma remodelação, superar o Centro, crescer em direção às terras ainda inexploradas, para então se conformar como uma cidade moderna e desenvolvida.

Mesquita descreve a ocupação da cidade de São Luís como de acordo com a sua topografia. Nas áreas mais altas, nos espigões dos rios Anil e Bacanga, formam-se os bairros e abaixo, onde existem os manguezais às margens desses rios, ficam as ocupações indevidas dos pobres:

Nessas áreas insalubres, especialmente nas mais próximas dos centros de trabalho, desenvolvem-se os mocambos, abrigando homens, geralmente depauperados, vencidos pelo trabalho e sem a educação necessária para melhorar as suas condições de vida. Esse fenômeno tem como principal causa, o crescimento da cidade, em um só sentido, através de uma faixa estreita, devido à limitação da área pelos rios Anil e Bacanga.¹⁴

¹² LOPES, *Capital moderna e cidade colonial*, 2004, p. 130.

¹³ RIBEIRO JÚNIOR, *Formação do espaço urbano de São Luís*, 1999, pp. 88; 96.

¹⁴ MESQUITA, *Plano de expansão da cidade de São Luís*, 1958, p. 2.

Segundo Mesquita, a cidade cresceu caótica e desorganizada, e o rumo a tomar deveria ser o do crescimento para além dos rios, pois o Centro encontrava-se limitado. O crescimento vertical, por sua vez, seria desaconselhado, pois o relevo acidentado, o desenho das ruas e a infraestrutura existente não suportariam a maior concentração de pessoas e a velocidade de tráfego necessária para que a cidade tomasse “proporções de uma grande metrópole”.¹⁵ Novamente um parecer técnico, vindo de fora do Maranhão, supostamente isento e objetivo, desqualificava a realidade de São Luís como forma de justificar intervenções em função do progresso.

As propostas do engenheiro se resumiram a dois planos. O *Plano rodoviário da ilha de São Luís*, de 1950 e, o *Plano de expansão da cidade de São Luís*, publicado em 1958. Nesse plano, o ideário de desenvolvimento e progresso, que nas décadas passadas se manifestava em reformas e expansões no Centro da cidade e adjacências, cruza o Rio Anil e alcança as terras que hoje são o bairro do São Francisco. O enfoque maior era nas obras de infraestrutura viária, que deveriam conduzir a modernização e a expansão dos limites horizontais da cidade, de forma a ultrapassar o miolo de povoação mais densa.

O planejamento de Mesquita previra para o espaço entre o Rio Anil e o mar uma região de forte vocação habitacional, mas também a inclusão de um centro cívico e administrativo, além da fomentação da diversidade de usos, por meio da definição de áreas comerciais e de serviços. Num percurso pelo bairro planejado, a partir do que hoje é a Avenida Castelo Branco, seria possível observar uma São Luís com aspectos de cidade linear, com quadras dispostas em uma malha ortogonal, repleta de áreas verdes, dotada de um caráter progressista e com um forte apelo cívico.

A primeira visão dessa cidade nova seria a Praça dos Três Poderes, cercada pelas zonas social-administrativa e residencial-comercial, nas proximidades da cabeceira da ponte e no local onde atualmente se encontra o Morro. O restante do espaço seria demarcado como zona residencial de segunda classe. Onde hoje é da Ponta D’Areia seria a zona residencial de primeira classe, assim como o restante das terras na faixa junto ao mar, que incluíam também uma zona residencial de luxo. O planejamento contava ainda com a previsão de um parque da cidade no local onde, já em 1958, havia o Asilo de Mendicidade.¹⁶

A população urbana na capital continuou crescendo de forma acelerada após os anos 1950, tendo um salto especial em 1960, chegando ao total de 158 mil habitantes, dos quais 137 mil ocupavam as zonas urbanas. Na década seguinte, quando a ocupação do São Francisco se tornou mais expressiva, a população total de São Luís já era de 265 mil habitantes, sendo 205 mil na zona urbana.¹⁷

Os novos rumos da expansão de São Luís tinham o significado primeiro de romper com o velho e abrir caminhos para o novo. Isso se traduzia numa oposição clara entre o Centro e a cidade nova, o que permaneceu na memória das pessoas e nos significados atribuídos a cada um dos espaços até hoje:

¹⁵ MESQUITA, *Plano de expansão da cidade de São Luís*, 1958, p. 2.

¹⁶ Ver figura 21, p. 58.

¹⁷ RIBEIRO JÚNIOR, *Formação do espaço urbano de São Luís*, 1999, pp. 87–89.

Aqui, apesar de ter sido na canoa, porque ainda não tinha a ponte quando eu me mudei, mas depois da ponte cresceu. O São Francisco era considerado um bairro pobre e depois da ponte cresceu... ficou... cada dia que passa... [...] nós agradecemos a ponte ter passado, que cresceu rapidamente. [...] aqui eu considero a cidade nova, ali ficou a cidade velha já quase isolada.¹⁸

Essa cidade nova, porém, teria como ponto de partida a ponte, que melhoraria, consolidaria e ordenaria a ocupação na localidade. Mas essa foi uma das únicas intervenções propostas por Mesquita a ser executada e só foi inaugurada em 1970, com o governo de José Sarney — de 1965 a 1970, sob a legenda da Aliança Renovadora Nacional (Arena) — de forma a servir de propaganda para o que o político chamava de Maranhão Novo. Como alardeado no filme *O milagre do Maranhão*, a Ponte do São Francisco traria orgulho aos maranhenses por ser a maior ponte do Nordeste brasileiro, símbolo do progresso e da modernização trazido pela chamada ‘revolução’, apelido publicitário designado no curta-metragem ao golpe militar de 1964.¹⁹

São Luís absorveu grande parte da população rural do estado, excluída da posse de terras, entre as décadas de 1960 e 1970. O quadro social resultante da migração campo-capital foi o do desemprego em larga escala, infraestrutura precária e um grande número de pessoas ou desabrigadas, ou vivendo em situação de insalubridade e insegurança. Em 1968 cerca de metade da população da capital declarava não exercer qualquer atividade remunerada e somente um quarto do espaço da cidade era assistido por rede de esgoto, o que correspondia à porção central de São Luís.²⁰ A estimativa para o ano seguinte, 1969, seria de que cerca de quarenta mil habitantes estariam residindo em palafitas.

Entre a publicação do plano de Mesquita e alguns anos antes da inauguração da ponte sobre o Rio Anil, o crescimento de São Luís continuou seguindo os rumos do Caminho Grande, o mesmo do século XIX, ao longo da Avenida Getúlio Vargas, adentrando a Ilha e ocupando os bairros do Monte Castelo, João Paulo, Alemanha etc. A lógica da urbanização de São Luís era a que mantinha um padrão compacto e contínuo no tecido urbano, como o desenho original do Centro, do século XVII. Desde então, essa lógica foi reorientada em direção à configuração da cidade dispersa. Uma rede ampla de longas avenidas que permitiam a circulação em alta velocidade, se tornou a base de todo o planejamento urbano da cidade e as novas áreas residenciais foram distribuídas ao longo dessas avenidas. Esse período, encabeçado pelo processo de industrialização, deveria resgatar da falência a cidade que no período colonial vivera tempos de riqueza e prestígio e então, nas primeiras décadas do século XX, se encontrava isolada e decadente.²¹

Somente de 1970 em diante, a cidade passou a crescer de forma mais expressiva para além dos rios Anil e Bacanga, em duas frentes, a Norte, que inclui a ocupação do São Francisco e da área tida como nobre na capital (ao longo do litoral), e a Sudoeste, que viria a ser a zona de ocupação periférica. Entre 1970 e 1980, houve a maior taxa de crescimento anual da população de São Luís desde 1940, superando mesmo a década de 1960, com uma nova onda de imigrantes vindos do campo. Como consequência e de acordo com a política nacional de habitação sob gestão e financiamento do Banco Nacional de Habitação, o BNH, entre os anos de 1967 e 1980 foram construídas cerca de doze mil unidades de habitação em conjuntos na cidade de São Luís

¹⁸ Entrevista número 1, concedida por Francisco e Rosa em 25 de janeiro de 2020, na Rua Seis, próximo ao Morro, no São Francisco.

¹⁹ ROZENBERG, *O milagre do maranhão*, 1970.

²⁰ BANCO DO NORDESTE DO BRASIL [1968] apud RIBEIRO JÚNIOR, *Formação do espaço urbano de São Luís*, 1999, p.87.

²¹ VENANCIO, *A cidade dispersa no Brasil. O caso de São Luís*, Maranhão, 2017, p. 4.

para atender às classes média e baixa. No São Francisco, esse período corresponde à implantação do Conjunto Basa, por volta de 1971, e das residências do bairro vizinho, o Renascença.²²

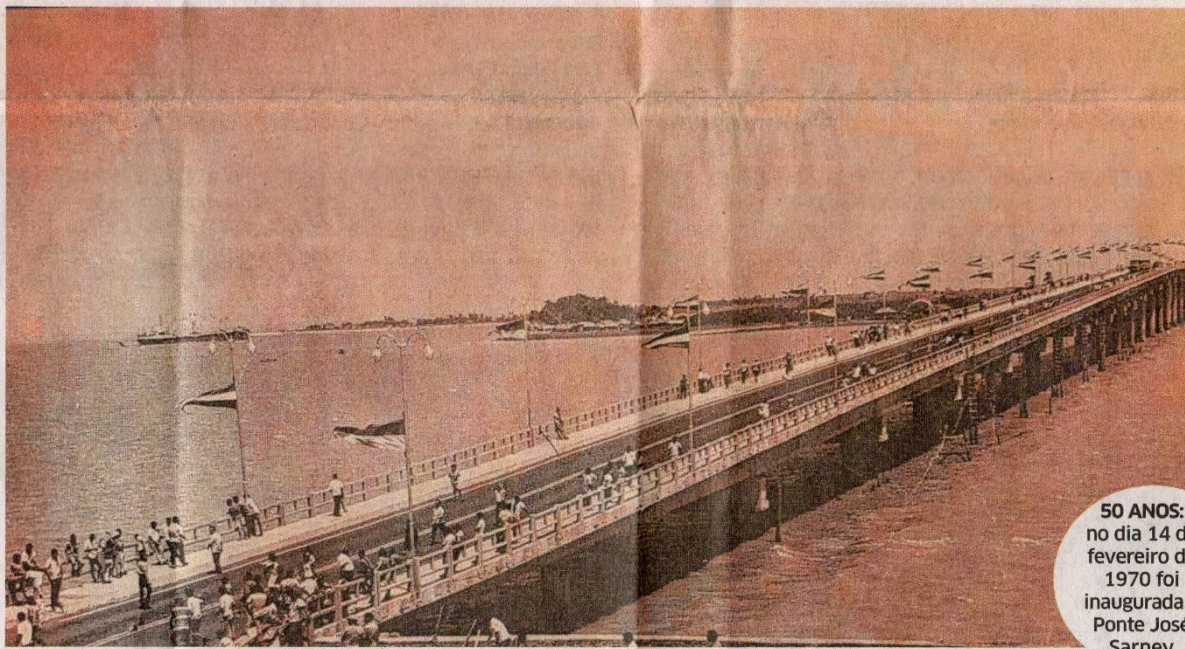
Ao mesmo tempo que passava por grandes mudanças no tocante à habitação popular, São Luís era, na década de 1980, uma cidade onde cerca de metade das habitações eram consideradas rústicas ou improvisadas e se espalhavam pelas áreas de mangue nos rios Anil e Bacanga, como a Ilhinha, mas também em terra firme, as chamadas ‘invasões’.²³



Figura 14: Recortes da primeira página do jornal *O Estado*, edição de 1º e 2/02/2020. Fonte: O ESTADO, 2020.

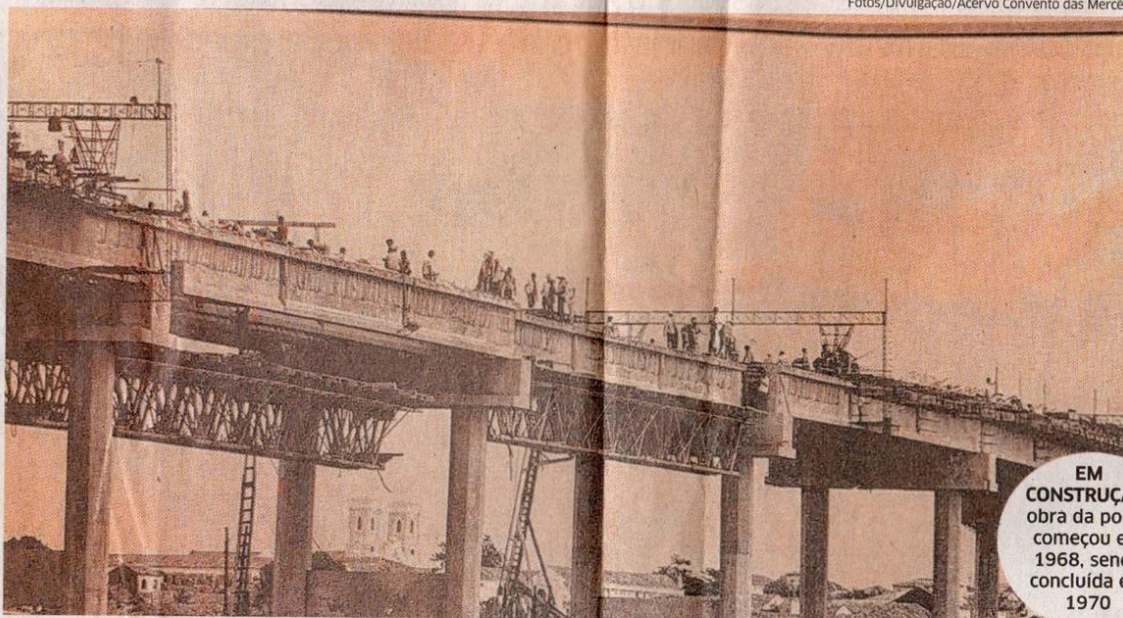
²² RIBEIRO JÚNIOR, *Formação do espaço urbano de São Luís*, 1999, pp. 91, 92; 94, 95.

²³ *Ibidem*, p. 99.



50 ANOS:
no dia 14 de
fevereiro de
1970 foi
inaugurada a
Ponte José
Sarney

Fotos/Divulgação/Acervo Convento das Mercês



**EM
CONSTRUÇÃO:**
obra da ponte
começou em
1968, sendo
concluída em
1970

820
METROS

3
PISTAS

2
ANOS, aproximadamente,
o tempo de construção

“Ponte da Esperança”: o desenvolvimento do outro lado do Rio Anil

Conhecida popularmente como Ponte do São Francisco, peça da engenharia de 1970 completa, neste mês, cinco décadas de história

riamente, milhares de veículos de pequeno, médio e grande portes. Para isso, os engenheiros responsáveis elaboraram a execução de tubulões – tipos de fundações profundas de concreto – que se somariam às colunas de sustentação para, sob solo considerado mole, possibilitar que a pista suportasse o fluxo e peso dos veículos e fiação da iluminação pública.

Segundo Vicente Fialho, somente o suporte físico da ponte demorou quase metade do tempo de execução dos serviços. “Se fizemos tudo em pouco mais de dois anos, quase um ano foi usado somente para estas fundações, elementos imprescindíveis nos serviços”, afirmou.

De acordo com o ex-membro do DER, para suportar o alto peso, as fundações eram pressurizadas. o

Figura 15: Recortes do jornal *O Estado*, edição de 1º e 2/02/2020, p. 2. Fonte: O ESTADO, 2020.



Figura 16: Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Mulatos. Fonte: CUNHA, 1908.



Figura 17: Palácio dos Holandeses. Fonte: CUNHA, 1908.



Figura 18: Palácio do comércio. Fonte: JORGE, 1950.

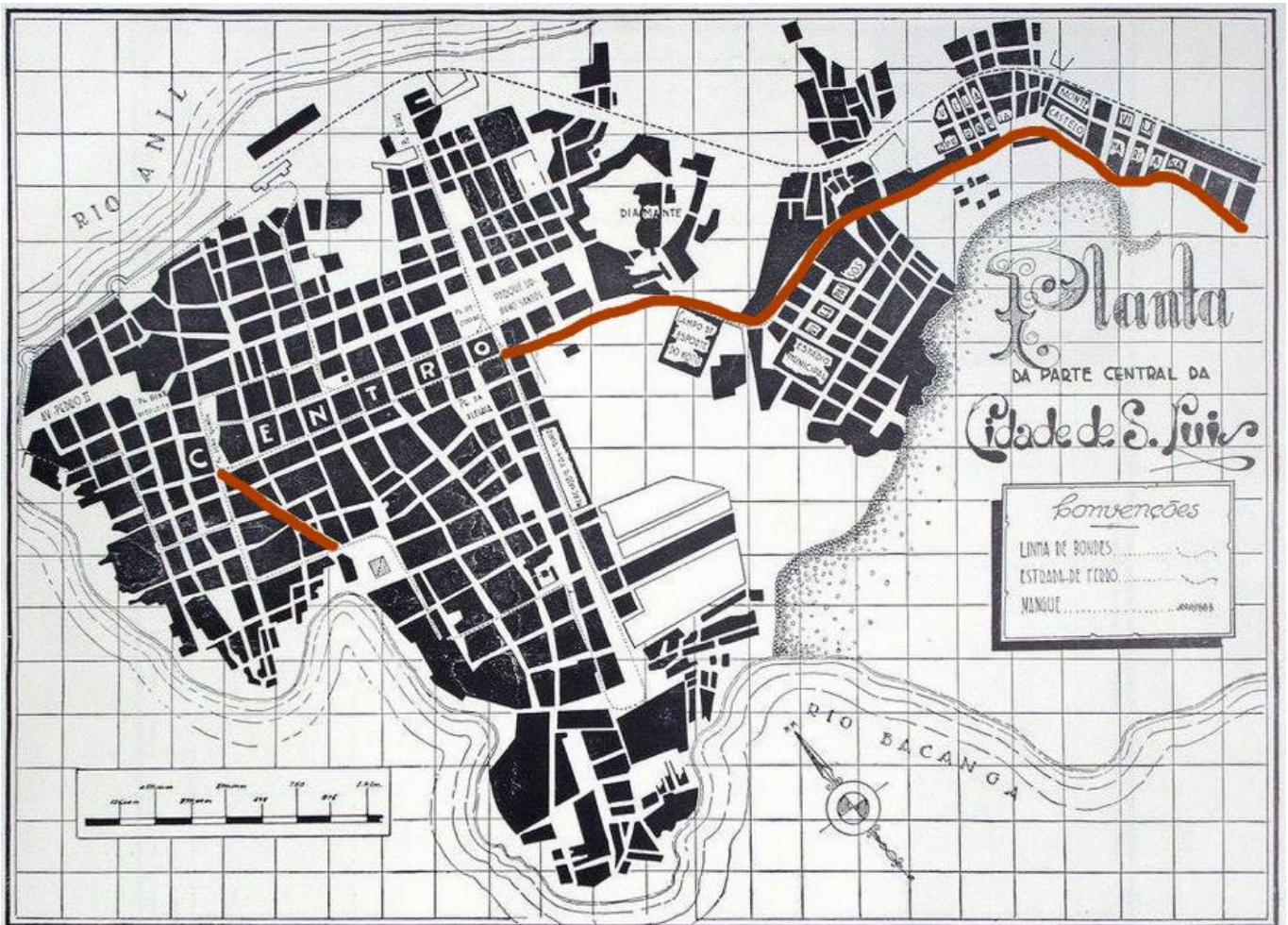


Figura 19: Centro da cidade de São Luís com destaque para as avenidas Magalhães de Almeida (traço de cor laranja à esquerda) e Getúlio Vargas (traço à direita). Fonte: JORGE, 1950.



Figura 20: Diferentes vistas da Avenida Getúlio Vargas. Fonte: JORGE, 1950.



Figura 21: Planta do Plano de Expansão da cidade de São Luís com zoneamento das áreas que hoje são o São Francisco e a Ponta D'Areia. Fonte: MESQUITA, 1958. Com alterações minhas.

■ CENTRO HISTÓRICO

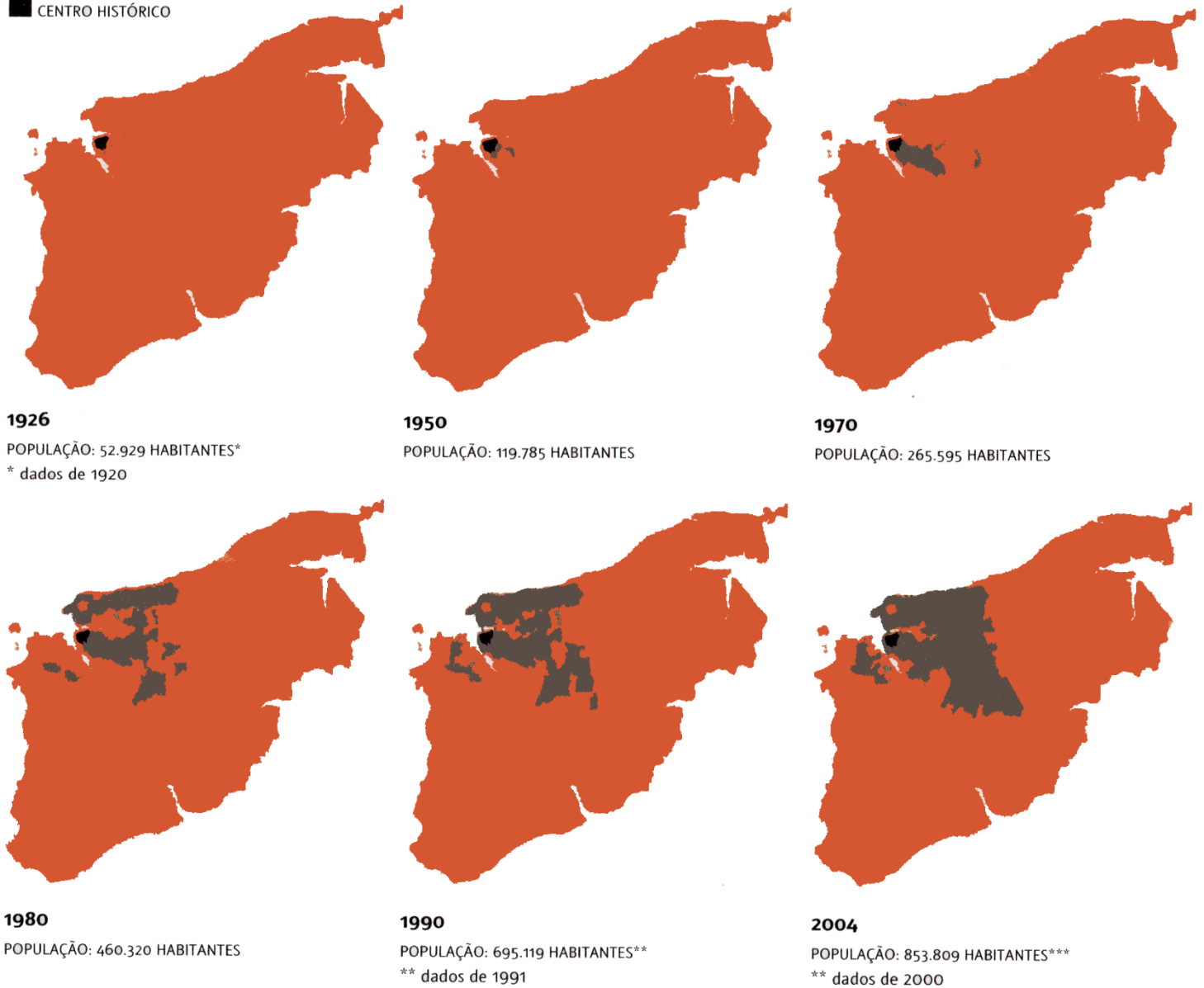


Figura 22: Evolução da mancha urbana de São Luís. Fonte: LOPES, 2008.

MAPA DA URBANIZAÇÃO DE SÃO LUÍS

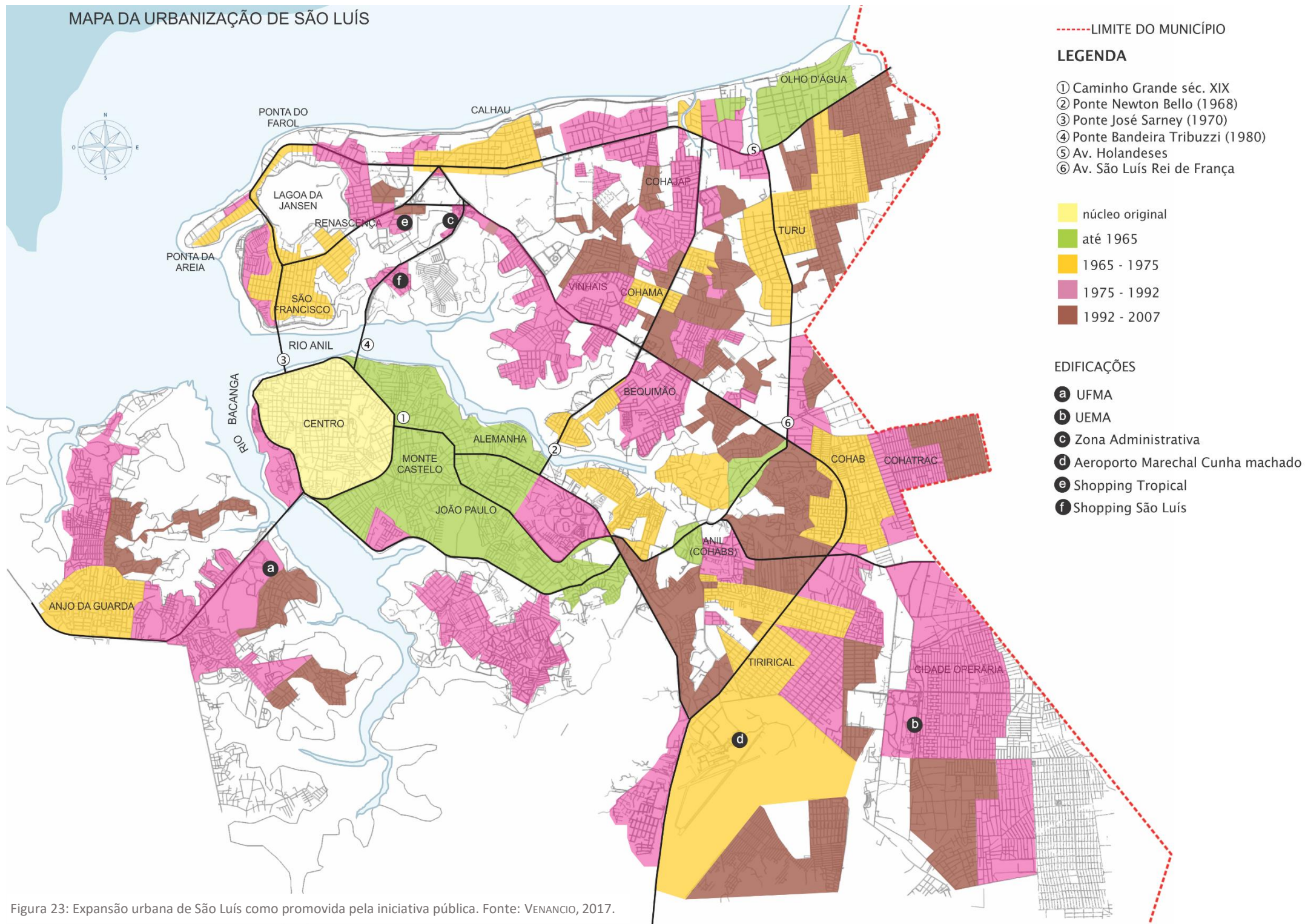


Figura 23: Expansão urbana de São Luís como promovida pela iniciativa pública. Fonte: VENANCIO, 2017.

3.2 Presenças de ausências

A afirmação de que do outro lado do Rio Anil ‘não tinha nada’ é reiterada diversas vezes desde a década de 1950. Em colocações como a do dono da empresa que foi responsável pela construção da Ponte do São Francisco, Eduardo Torres, da Construtora Itapoã, é possível ver quais eram as impressões sobre o lugar: “quando eu passei de canoa para olhar do lado de cá, para saber onde é que eu faria o canteiro de obra e tal, encontrei galinhas e porcos no meio da rua. Não tinha nada”. A redação do artigo do jornal *O Estado* que traz a fala de Torres, confirma essa visão, narrando que naquela “grande área de mato”¹ alguns poucos pescadores moravam em casas de taipa e viviam não só dos pescados, mas também do transporte de pessoas e objetos que faziam de um lado para o outro do rio.

A atividade de transporte em canoas fazia parte do modo de vida existente ali antes de a ponte ser construída, mas perdeu o sentido após a obra, o que causou a desaprovação de José Sarney nas urnas. Ele conta, aos risos, que “em eleições seguintes, as urnas do outro lado da cidade eram negativas para nós. Os canoeiros passaram a não votar mais em mim”.² Os moradores que ocupavam as áreas onde as obras se instalaram, foram removidos e indenizados, e a fala de Sarney reitera ao longo das décadas a invisibilização dessa realidade, como no seguinte trecho, do ano de 2013, no aniversário de quarenta e três anos da ponte:

Ela [a ponte] libertou São Luís de sua prisão histórica e abriu os braços para o outro lado, onde nada existia, possibilitando a criação da nova cidade — o bairro São Francisco, 400.000 habitantes em 40 anos — e dando condições de preservar o tesouro da cidade velha que a ponte salvou.³

A Ponta de São Francisco nem sequer era parte da cidade, noção partilhada entre a população, a mídia e o poder público. Nesse contexto, a ideia da ponte como grande símbolo se fortalece e se formaliza no discurso de José Sarney, na ocasião da inauguração da obra em 1970:

Falando perante grande multidão concentrada na Avenida ‘Marechal Castelo Branco’, na Ponta de São Francisco, na ocasião da inauguração da Ponte ‘Governador Sarney’, o Chefe do Executivo maranhense assim se pronunciou: ‘aqui estou e é bem certo que cada um possa avaliar a minha emoção nesse instante em que, quatro anos depois de Governador, chego ao poente do meu mandato e vejo ao meu lado [...] o Povo da minha terra. [...] Os senhores sabem porque o Maranhão é hoje o Estado que mais cresce no Nordeste do Brasil. Aí estão as estradas, as escolas, os hospitais e a preocupação permanente, que é uma obra que não tem placa do Governo — é a mudança de mentalidade que se operou no Maranhão. O Povo passou a acreditar no Governo porque o Governo passou a ser uma cadeia difícil e espinhosa, depois que o Brasil mudou e o Nordeste e o Norte mudaram, graças à Revolução de março de 1964. [...] Nós sabemos o que foi o passado; nós sabemos o que é o presente e nós temos confiança do que será o futuro. Aqui, àqueles que nos visitam, a ponte parece apenas uma ponte. Embora não seja a maior ponte de concreto do Brasil; para nós do Maranhão essa ponte é muito mais [...] ela é a

¹ BASTOS, “Ponte da Esperança”: o desenvolvimento do outro lado do Rio Anil, 2020, p. 1.

² BASTOS, Grande festa de inauguração da ponte: acesso a área nobre e problemas atuais, 2020, p. 2.

³ SARNEY, Ponte do São Francisco: 43 anos, 2013, s.p. [on-line].

afirmação de todos nós, quando nós julgávamos que não podíamos mais ser afirmados, porque quando a maré enchia a ponte do passado enchia e quando a maré vasava a ponte do passado vasava.⁴

O sentido geral das palavras de José Sarney salta aos olhos. A associação dos ideais de progresso e superação ao símbolo da ponte extrapola a simplicidade da relação entre obras públicas de grande impacto e a modernização dos espaços, e cria quase uma sinédoque, que faz tomar o todo — na figura do povo de São Luís e do futuro da cidade — pela parte, representada pela ponte.

Faria todo sentido nesse contexto (e nesse texto) ler: sabemos o que é o presente e temos confiança do que será a ponte, pois essa representa o futuro. Ou que o (novo) povo do Maranhão foi construído a partir do avanço sobre o Rio Anil, encerrando a intermitência da conexão entre passado e futuro, à mercê das marés, e inaugurando o vínculo estável entre essas duas realidades, pautado na ideia de superação. Nas palavras do governador e no simbolismo da ponte, fica implícito o juízo de um tempo presente que se resume a uma ligação entre passado e futuro, cuja materialidade mais tem cunho de trânsito, de passagem e, na melhor das palavras, de ponte.

Segundo Henri Lefebvre, para que se crie um espaço é necessário, entre outros aspectos, que o espaço, sendo ele natural ou social, prático ou simbólico, seja habitado pelo que o autor chama de “realidade superior”.⁵ Essa realidade deve se manifestar tanto de forma material, quanto pelo conteúdo associado a essa materialidade, ou seja, deve ser o resultado da associação entre significante e significado.⁶ Como exemplo, essa realidade superior pode ser aquela representada pela luz em oposição às sombras, ou ainda, os conceitos de vida, verdade e saber, em oposição aos de morte, farsa e ignorância, associados a eles.

Os ideais de progresso e de modernidade, assim como autoridade do Estado, na figura de José Sarney, instituem essa realidade superior, se opondo ao atraso e ao arcaico, representados pelo colonial. O modo de vida na Ponta do São Francisco, antes da fundação desse novo espaço, não participa nem mesmo dessa oposição, justamente por não ser uma existência reconhecida. A fundação dessa nova cidade não se relaciona com o espaço onde ela viria a se materializar, e sim com a dita cidade velha, a qual ela devia superar.

Como conta Ribamar, que morou no São Francisco na década de 1960, a cidade era longe. Não tinha ônibus e se atravessava de canoa, para ir ao Mercado Central.⁷ Essa distância colocava o São Francisco de antes da ponte como não-cidade. Um contraponto ao Centro, aquele espaço foi caracterizado como uma aldeia, um povoado onde tudo que há foi consequência da obra⁸ e que não haveria de ter futuro sem ela, como narra Raimundo:

A gente vinha pelo Morro. Pegava uma canoinha lá de baixo na beira-mar e vinha. Chegava ali e saltava, mas tinha que andar um pouco pela lama, depois tinha que lavar os pés. Até tinha pedra, mas a gente sujava os pés de qualquer jeito. [...] a ponte foi a base do melhoramento do São Francisco. [...]

⁴ O IMPARCIAL, A União faz a ponte da esperança do Maranhão no seu grande futuro, 1970, s.p.

⁵ LEFEBVRE, *The production of space*, [1974] 1991, cap. 1, Plan of the present work, p. 34.

⁶ *Ibidem*, p. 34.

⁷ Entrevista número 2, concedida em 14 de fevereiro de 2019, na Ilhinha.

⁸ Entrevista número 15, concedida por Elias em 13 de fevereiro de 2020, no Centro.

Sem a ponte, era muito difícil isto aqui ir pra frente. Ia acabar. Se não tivesse a ponte, ele ia acabar por melhorar, porque não fica como aldeia como era antes, né? Mas da forma como ele cresceu...⁹

Essa noção não só coloca o São Francisco em oposição ao Centro, como pressupõe a ideia de cidade como condição a ser almejada, a ser atingida após a sucessão linear de certos eventos, que colocariam aquele espaço no patamar acima de quaisquer outras formas de ocupação humana (povoados, aldeias). Graça, moradora do Conjunto Basa desde 1976, compartilha da opinião que classifica o São Francisco como um povoado e adiciona que o Basa também foi um dos marcos do desenvolvimento do espaço.¹⁰ Raimundo, por sua vez, explica:

A ponte foi o principal. Eu creio que o conjunto Basa foi em decorrência da ponte. O Banco da Amazônia, que é o Basa, não construiria isso aqui sem ter uma mínima infraestrutura, minha irmã, sem um começo, sem uma base de crescimento. Não ia fazer, porque ninguém ia querer estar morando aqui.¹¹

Em 1950, o mapa da cidade de São Luís retratado no *Álbum do Maranhão*, coletânea de fotos e textos de autoria do jornalista Miécio Jorge,¹² representa a classificação das terras da margem do Rio Anil oposta ao Centro como um povoado, naquela época denominado Campinas. Elias, que sempre foi morador do Centro, me contou que nessas terras, mesmo antes de a ponte passar, já havia moradias e que o aspecto do lugar era de um povoado.¹³

Ali onde 'não tinha nada', funda-se um espaço social que tem como base um vazio inventado, calcado na invisibilidade de certos modos de vida em um espaço que já existia, mas que, destituído desses símbolos representativos da autoridade e da ordem hegemônica, não tem forças frente aos interesses do poder público e às intervenções do planejamento urbano. Assim constrói-se uma narrativa que parte da afirmação de que não há nada ocupando aquele espaço, que há um vazio, para então instituir com solidez um símbolo como a Ponte do São Francisco. Na memória de quem presenciou a obra e a inauguração da ponte, ela se mantém com suas características míticas. Um feito grandioso, inacreditável.

Essa ponte, que eu achava que era algo impossível de ser feito... Eu do interior, nunca tinha ouvido dizer que se fizesse uma ponte dentro d'água! [...] Em cima do mar! [...] Eu digo: *isso não existe, isso aí não vai acontecer*. Eu, fora da tecnologia [...] Mas tudo bem, [...] fizeram realmente a ponte.¹⁴

Entretanto, muitas pessoas não só moravam na Ponta do São Francisco, como tiravam o sustento do lugar, principalmente pela pesca. E é óbvio, mas não menos necessário apontar, que pescadores, casas de taipa, canoas, galinhas, porcos e uma rua, só constituem um vazio quando essa afirmação precisa servir de argumento em favor dos interesses do poder público e das intervenções promovidas pelo planejamento urbano. A questão não é se havia ou não algo ali, mas se o que existia era considerado legítimo, se era reconhecido como espaço.

⁹ Entrevista número 14, concedida em 12 de dezembro de 2019, na Rua Coronel Chaves, próximo à Igreja do São Francisco.

¹⁰ Idem.

¹¹ Idem.

¹² JORGE, *Álbum do Maranhão*, 1950, p.39. Ver figura 24, p. 65.

¹³ Entrevista número 15, concedida em 13 de fevereiro de 2020, na Biblioteca Pública de São Luís, Centro.

¹⁴ Entrevista número 14, concedida por Raimundo e Emanuel em 12 de dezembro de 2019, na Rua Coronel Chaves, próximo à Igreja do São Francisco.



Figura 24: Ilha de São Luís, estradas, vilas e povoados. Destaque para o local onde viria a ser o São Francisco.
 Fonte: JORGE, 1950. Com alterações minhas.

3.3 Rumos

O espaço é o efeito produzido por aquilo que lhe confere circunstância, orientação, temporalidade. Na sua concepção é necessário considerar movimento e tempo. É um “lugar praticado”, cuja prática depende de diversas convenções e se situa no presente, sem contar, portanto, com uma estabilidade. Por exemplo, “a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres”. Partindo dessa perspectiva, os espaços são tão diversos quanto as experiências e têm sua produção condicionada pelo movimento e pela história.¹⁵

Antes de a ponte que liga o São Francisco ao Centro ser inaugurada, o espaço do bairro, onde se afirmava não haver nada e sobre o qual deveria ser fundada a cidade nova, era o lugar de um modo de vida que se baseava principalmente na relação entre as pessoas e a natureza, por meio da pesca, em especial, mas também do lazer. Nesse espaço, em continuidade com aquele que veio a ser o bairro da Ponta D’Areia e a área da Lagoa da Jansen, o aspecto mais presente nas narrativas dos moradores que o habitavam e daqueles que o frequentavam antes e pouco depois da ponte, nas décadas de 1960 a 1980, era a liberdade de ir e vir, de caminhar ou navegar pelos lugares que hoje são avenidas e bairros de ocupação consolidada. A relação das pessoas com a natureza se manteve da mesma forma mesmo alguns anos após a construção da ponte, como bem retratada por José, que nasceu na Ilhinha em 1978.

Tinha muito espaço, mas a população foi acabando... você já passou de carro ali onde tem um monte de palafita? Ali era só areal, era só mangue. Acabou com tudo. [...] Antes a gente, quando dava cinco horas, a gente pegava a bicicleta e ia olhar o pôr do sol. Hoje em dia acabou, não tem mais essa cultura. Cansei de dar cinco horas da tarde e ir pra lá, ficar sentado nas pedras olhando o pôr do sol. A coisa mais linda do mundo! A gente podia olhar, era no quintal de casa. [...] Encheram de prédio, agora a gente não pode mais... agora ali é só prédio, antigamente era só murici, aonde tem aqueles prédios da Ponta D’Areia? Ali era só murici! [...] tinha as dunas e tinha as lagoas de água doce. Numa época dessa eu ia banhar lá, onde tem aqueles prédios ali. [...] Eu ia banhar, a água cristalina...¹⁶

Por outro lado, o trabalho antes da década de 1970 integrava as realidades e os espaços do Centro e da Ponta de São Francisco.

[...] eu trabalhava lá nessa mercearia, aí o meu patrão morava aqui numa... aqui nesse tempo tudo era mato, aqui não se falava em casa. [...] Em [19]64, exatamente. Olha, isso bem aqui era um poço que servia à população daquela época. Isso bem aqui, essa garagem minha, aqui ao lado, era um poço que servia à população. Só funcionava até a Rua Seis, que é essa bem aqui. Funcionava que eu digo era aberto, não passava carro. Carro nem pensar! Só passava gente. Isso aqui tudinho era mangue, era um bocado de mato. [...] A igreja ainda não tinha. [...] Naquele tempo se transportava mercadoria pra cá, mercadoria de alimentação, era na cabeça e eu fiz muito isso. [...] Era umas caixas de madeira meio leve, né? [...] Não tinha nada! [...] Carro, quando eu me mudei pra cá, carro só vinha até aí. [...] Esse

¹⁵ CERTEAU, *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*, [1980] 2003, cap. 9, Relatos de espaço, pp. 201–203.

¹⁶ Entrevista número 4, concedida em 14 de fevereiro de 2019, na Ilhinha.

terreno aqui eram dez metros [...] aí a prefeitura em 1974 quando veio fazer essa ampliação em outubro, novembro e dezembro de 1974, alargaram aqui pra fazer a rua e eu fiquei só com sete metros e oitenta.¹⁷

Na teoria de Henri Lefebvre, a proposição “espaço social é um produto social” traz consigo quatro implicações: o desaparecimento do espaço físico natural, a ideia de que cada sociedade (cada modo de produção) produz seu próprio espaço, a participação do conhecimento na reprodução e exposição do processo de produção do espaço e o fato de que estamos lidando, sobretudo, com a história.¹⁸ A segunda implicação faz emergir o que Lefebvre chama de “tríade conceitual”.

Os aspectos dessa tríade, representam a interação entre produção e reprodução no espaço social e corroboram para a manutenção da coexistência e coesão entre ambas, em uma relação essencialmente dialética, que se afasta de uma interpretação dualista.

Entre eles, o conceito de “prática espacial” se encontra na dimensão do que o autor chama de “espaço percebido”, aquele que pode ser apreendido pelos sentidos e que se relaciona diretamente com a materialidade dos elementos que o constituem. Tendo como constituinte essencial essa percepção, a prática espacial garante um certo grau de coesão entre o espaço social e os membros de determinada sociedade e inclui atividades e interações como, por exemplo, a conexão entre os espaços fragmentados no cotidiano, a casa e o trabalho, e as relações de produção e troca.¹⁹

Sem coerência com a lógica da suposta cidade nova, que deveria se assentar no São Francisco e concentrar as atividades dos seus moradores naquele espaço moderno — como estipulado, por exemplo, pelo *Plano de expansão da cidade de São Luís*, de 1958 — e de forma semelhante àquelas dos que já habitavam o lugar antes da ponte, as práticas espaciais dos moradores de classe média que passaram a morar no bairro mantinham o vínculo com a cidade velha, pois muitos dos moradores ainda trabalhavam naquele bairro. O próprio Banco da Amazônia, instituição responsável pelo empreendimento do Basa e onde eram empregados os moradores do Conjunto, tem sua sede no Centro.

Já a ocupação da Ilhinha, no início, produz um espaço cujas práticas evocam o modo de vida anterior à obra da ponte, pela relação dos moradores com os espaços livres do mangue, das dunas e da praia, nas atividades de pesca, de pega dos caranguejos, pelo lazer e mesmo pela necessidade que a habitação em palafitas impunha a lida com as marés. Quanto ao trabalho, ao contrário da conexão estabelecida entre os moradores do Basa e o Centro, este relacionava os moradores da Ilhinha com o bairro recém criado.

Faustino fala que essa foi sua maior motivação para vir morar na Ilhinha e sobre como a disponibilidade de serviços e trabalhos ainda faz o lugar crescer e ser escolhido como espaço de moradia. Ele narra que, quando trabalhava de pedreiro, havia muitos empregos disponíveis e que atualmente muitas pessoas que moram em bairros mais distantes trabalham no São Francisco. Essas pessoas decidem alugar quitinetes no bairro para poupar os deslocamentos exaustivos entre moradia e emprego nos dias de semana.²⁰ Quanto à construção do seu espaço de

¹⁷ Entrevista número 13, concedida por Bento em 12 de dezembro de 2019, na Rua Coronel Chaves, próximo à Igreja do São Francisco.

¹⁸ LEFEBVRE, *The production of space*, [1974] 1991, pp. 30, 31, 38, 46.

¹⁹ *Ibidem*, pp. 33, 40.

²⁰ Entrevista número 5, concedida em 14 de fevereiro de 2019, na Ilhinha.

moradia, ele tem uma opinião muito bem definida sobre a atuação dos políticos, que só aparecem em época de eleições e de quem se pode tirar alguns benefícios como uma porção de areia para ajudar com o aterro. Faustino afirma que a iniciativa e o trabalho principal são dos moradores, como por exemplo, a água, que vinha do poço de um dos vizinhos ou das cacimbas, e a energia elétrica que foi possível pelos postes de madeira instalados por eles mesmos.

Mesmo as crianças deixam claro que até os dias de hoje, sendo a Ilhinha reconhecida como bairro na cidade, o cotidiano é marcado pelo trabalho dos próprios moradores em manter, construir, reparar e modificar a infraestrutura. Quando ocorrem alagamentos, por exemplo, são os *homens lá da rua* que resolvem a situação e reparam os danos. Na visão simplificada, mas nem por isso menos certa, das crianças, o que o governo podia fazer era *ajudar a limpar*.²¹

A Ilhinha se tornou um bairro por meio do trabalho de seus moradores, que tinham como profissão e habilidades a construção, a pesca e a agricultura. O modo de vida de origem dessas pessoas, quase todos vindos da Baixada Maranhense, se traduz no espaço que criaram e permaneceu na relação que mantinham com a natureza e o mar. A Ponta de São Francisco já era o espaço dos pescadores e canoieiros que moravam, antes da ponte, no Morro e no espaço vizinho da Ponta D'Areia. Então é visível que as formas se atualizam, mas a lógica segue a mesma: pessoas que moram junto ao seu sustento, de início a maré, para aqueles que vinham da Baixada e agora ainda a maré, mas também o trabalho doméstico, da construção civil, do comércio etc.

No início da década de 1970, o cenário no São Francisco era o seguinte: não havia pavimentação na recém criada Avenida Marechal Castelo Branco, que se estendia até um entroncamento próximo à Lagoa da Jansen. A partir dali uma estrada estreita de piçarra levava à Ponta D'Areia. A avenida, porém, era servida de transporte público. Por ela circulavam ônibus que cruzavam a ponte e faziam parte do deslocamento dos moradores. Nas margens da avenida, encontravam-se as residências mais humildes, alguns poucos comércios, restaurantes e uma metalúrgica. A Igreja do São Francisco já existia no local atual. Era uma construção pequena e em frente a ela localizava-se a feira do bairro, com barracas de madeira onde eram vendidos todos os tipos de produtos, especialmente frutos do mar, pescados pelos moradores da região.

A infraestrutura, especialmente o abastecimento de água, não era boa. Os moradores do Basa e do Morro dependiam de poços comunitários. Alguns ficavam na casa dos vizinhos, outros em terrenos abertos de onde a água era canalizada para algumas casas, o que não garantia constância nem qualidade ao abastecimento. Havia também uma lavanderia coletiva próxima ao Basa e na Ilhinha os moradores retiravam água de cacimbas, num lugar próximo ao prédio do Grupo Mirante, na atual Avenida Ana Jansen. No Basa, os moradores eram responsáveis pela manutenção dos poços que os abasteciam.

Maria conta que quando ela se mudou com a família para o conjunto Basa, em 1971, não havia asfalto ainda. Mesmo a casa de Laura, quase em frente à sua, não existia. No lugar havia campos onde os jovens jogavam bola. Ela conta que viu praticamente todas as outras casas, com exceção das que fazem parte do Conjunto Basa, serem construídas. O nome Sítio Campinas, segundo ela, veio dessa característica do espaço, um campo aberto coberto de vegetação rasteira. Maria e Laura partilham da mesma memória sobre a convivência entre vizinhos no bairro:

Éramos todos funcionários do Banco da Amazônia e as pessoas se relacionavam mais assim, ainda se sentavam na porta, pra bater papo. [...] Papai e mamãe ainda ficavam sentadinhos no terraço. [...] até

²¹ Entrevista número 7, concedida em 20 de fevereiro de 2019, no Centro de Obras Sociais, no São Francisco.

tantas horas da noite, ninguém se preocupava com assalto com nada, nada disso existia. Até os anos oitenta e tanto. Raissa ainda brincou muito! Raissa é de [19]92, ainda brincou aqui, com seis, sete anos, ainda brincava na rua.²²

Laura conta que assim que chegou no bairro, em 1976, para morar numa casa próxima ao Conjunto Basa, o espaço todo era ocupado basicamente por moradias. O cotidiano, segundo ela, era muito tranquilo, *assim uma vida quase de interior [...] Sentava em calçada, conversava, as crianças brincavam na rua [...] vendiam muita planta nas portas. Aquelas samambaias bonitas, né? O cara trazia assim num pau, aquelas samambaias [...]. Vendiam peixe, vendiam tudo na porta.*²³

Nessa época, em 1976, estavam sendo construídas as casas de mais um conjunto, pela construtora Mota Machado. Dos terrenos baldios e abertos e das campinas, ainda restavam muitos na segunda metade da década de 1970. Para Laura, é marcante a chegada do supermercado Lusitana, que passou a ser o local onde ela fazia compras, em vez da feira do bairro.

As partes mais baixas do bairro, inclusive o atual local da Feira do São Francisco, eram ainda tomadas pelo manguezal, áreas alagadiças, onde existia um pequeno cais que servia aos pescadores da região. No lado do bairro que margeia o Rio Anil, embaixo da ponte, já se instalavam, em 1975, numerosas palafitas de pescadores, em sua maioria imigrantes da região da Baixada Maranhense. Esses moradores ocupavam o local que já era conhecido como Morro desde antes da inauguração da ponte. Entre o Morro e o Conjunto Basa havia um poço comunitário que servia à população.

Os locais de terra firme em meio ao manguezal eram chamados ‘salinas’ pelos moradores do Basa e nas décadas de 1970 e 1980 serviam como espaços de lazer e encontro entre as pessoas, onde jogavam futebol principalmente. O atual bairro da Ilhinha teve origem numa dessas salinas, à qual Ribamar se refere como ‘areal’, e veio a ser ocupado com maior intensidade após os aterramentos na região onde estava sendo construída a Avenida Ferreira Gullar. Antes disso, a maré cheia ocupava o espaço até a Rua Sete, chegando a, mais ou menos, três quadras da avenida. As áreas mais baixas do espaço eram todas alagáveis.

Laura fala que, já em 1976, havia algumas casas nas chamadas ‘invasões’ e adiciona que alguns dos vizinhos, moradores do Sítio Campinas, enriqueceram vendendo terrenos no local que viria a ser a Ilhinha. Nonato conta uma história parecida. Ele diz que, assim que começaram a ocupação da Ilhinha, quem vendia os terrenos e decidia quem deveria permanecer morando no lugar, ou não, era um *sargento da polícia, que era dono do motel. Ele quem mandava nesses terrenos aqui todos. Só ficava quem ele queria.* O tal sargento morava na época no bairro Diamante, nas proximidades do Centro, e segundo Nonato *botava banca [...] e derrubava muita casa.* Perguntei como ele escolhia as casas que seriam derrubadas e Nonato respondeu que ele o fazia ‘pela cara’ da pessoa.²⁴

A ilusão de que as ditas invasões são empreitadas dos pobres e somente deles é abandonada quando escutamos relatos como esses de Nonato e Laura, que contam sobre moradores do Basa, e mesmo de outros bairros mais distantes, lucrando com a venda de terrenos na Ilhinha no começo de sua ocupação. Luís conta que as pedras que pegava para aterrar o terreno de sua

²² Entrevista número 12, concedida por Maria em 11 de dezembro de 2019, no Conjunto Basa, São Francisco.

²³ Entrevista número 11, concedida em 11 de dezembro de 2019, no Conjunto Basa, São Francisco.

²⁴ Entrevista número 3, concedida em 14 de fevereiro de 2019, na Ilhinha.

casa vinham das obras de aterro para construção da Avenida Ferreira Gullar: *lá era só lama também, foram entulhando, entulhando. De lá é que eu peguei muita pedra pra construir isso aqui, eu mais essa aí* [a esposa]. *Eu tinha uma carroça e aí fomos construindo.*²⁵

Ainda que no São Francisco, nas décadas de 1970 e 1980, o contexto não fosse o de um espaço urbano adensado e extensamente ocupado, tanto os materiais e técnicas utilizados, quanto a motivação da produção pelo valor de uso, sem divisão hierárquica entre o trabalho intelectual e o braçal, aproximaram a produção das moradias na Ilhinha da arquitetura “vernacular metropolitana”.²⁶ Nesse caso, inclusive a infraestrutura urbana foi produzida pelos próprios moradores, com o emprego de técnicas não formalizadas e baseadas em conhecimento empírico, recursos locais — como as madeiras dos manguezais — e recursos disponíveis num contexto urbano de dominação da indústria da construção civil. Na arquitetura vernacular metropolitana são empregados fragmentos de materiais e conhecimento tipicamente metropolitanos à maneira do vernacular.²⁷

As representações do espaço do São Francisco, que, nos planos urbanos e nos discursos políticos, apareciam caracterizadas principalmente pelo vazio e pela projeção da superação da cidade histórica por uma cidade nova, se relacionam com a dimensão do espaço que Lefebvre conceitualiza como “espaço concebido”.²⁸ Nas teorias, nas plantas e projetos e nos discursos estão implicadas as relações de produção e, conseqüentemente, a ordem hegemônica e as relações de poder, assim como determinada tradição de conhecimento, símbolos, conceitos e códigos.²⁹

Michel de Certeau define “tática” como a “arte do fraco”, como a ação que não tem lugar que não seja do outro, e, portanto, deve se utilizar daquilo que lhe é imposto.³⁰ Práticas cotidianas, para Certeau “são do tipo tático. Habitar, circular, falar, ler, ir às compras ou cozinhar, todas essas atividades parecem corresponder às características das astúcias e das surpresas táticas: gestos hábeis do ‘fraco’ na ordem estabelecida pelo ‘forte’”.³¹ O São Francisco é o espaço no qual as táticas dos moradores encontram lugar, se utilizando dos recursos disponíveis e impostos, como na construção das moradias e da infraestrutura da Ilhinha. Essas táticas do cotidiano e as relações estabelecidas entre os moradores e determinadas atividades ou lugares, fundam um espaço que não é mais aquele de antes da ponte, tampouco é o espaço que essa ponte-símbolo, ou “realidade superior”, como escreve Lefebvre, buscou inaugurar.

Nesse espaço se encontra também uma produção diferente que, segundo Certeau, não se faz notar por produtos próprios, mas pelo uso daquilo que se encontra disponível e a que está submetido. Essa produção é qualificada pelo autor como “consumo”. O autor discorre particularmente sobre o consumo da cultura e ilustra esse conceito com exemplos como o do “uso que os ‘meios populares’ fazem das culturas difundidas pelas ‘elites’ produtoras de linguagem”; contudo, é possível fazer uma associação dessa lógica do consumo apresentada por Certeau com a produção do espaço do vernacular metropolitano, onde o cotidiano aparece como a dimensão do espaço repleta de práticas subversivas à ordem imposta.³²

²⁵ Entrevista número 6, concedida em 14 de fevereiro de 2019, na Ilhinha.

²⁶ KAPP & BALTAZAR, *Metropolitan vernacular: on the history of informal construction in a brazilian city*, 2012, p. 3.

²⁷ *Ibidem*, p. 3.

²⁸ LEFEBVRE, *The production of space*, [1974] 1991, p. 40.

²⁹ *Ibidem*, p. 38.

³⁰ CERTEAU, *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*, [1980] 2003, cap. 3, *Fazer com: usos e táticas*, pp. 99–100.

³¹ *Ibidem*, pp. 103–104.

³² *Ibidem*, pp. 93–95.

A materialização dos símbolos das representações do espaço e a sua significação são a dimensão da produção do espaço que Lefebvre conceitua como “espaços de representação”. O espaço produzido pela ponte, não se refere ao espaço propriamente, “mas a algo mais: um poder divino, o logos, o Estado, o princípio masculino e feminino e outros”.³³ A ideia da realidade superior que o autor coloca como fundamento desse espaço e que, no caso do São Francisco, se institui pelo poder do estado militar e pelo ideal de progresso evocados pela ponte, se sobrepõe ao espaço físico, fazendo uso simbólico de seus objetos.

Esse é o espaço “como diretamente vivido por meio de imagens e símbolos associados a ele e, portanto, o espaço dos habitantes e ‘usuários’”,³⁴ da experiência vivida, complexa e singular, que pressupõe determinada cultura e cujo consumo dos símbolos e representações impostos são “objeto de manipulações pelos praticantes que não seus fabricantes”.³⁵

A entrevista com Ribamar, na Ilhinha, termina com uma fala que pode muito bem representar uma maneira de enxergar a produção do espaço. Quando se refere a São João Batista, município do interior onde Ribamar nasceu e onde mantém uma pequena propriedade rural, ele ilustra a relação entre o espaço marcado e modificado pelas pessoas e as intervenções promovidas pela iniciativa pública, principalmente, a produção ‘formal’ do espaço:

Aí eu tenho uns cercados lá e digo: olha, a estrada passava por aqui que é o mangal, por lá que a gente andava antigamente [...] então, hoje onde é caminho, não era caminho, era rumo. Vieram demarcar as terras e aí que fizeram os caminhos. Essa tua aqui pra cá, e essa outra aqui pra ti...³⁶

Os caminhos, ele explica, são as ruas, ou as estradas de rodagem, traçadas e construídas por cima dos rumos, por onde em tempos passados as pessoas trilhavam e marcavam o chão com seus passos em direção aos pontos de pescaria, por dentro do manguezal, traçando outras fronteiras que não as atuais. Ele conta isso como algo que foi perdido com o passar do tempo. Diz que muita gente não sabe onde eram esses rumos, pois só enxergam os caminhos atuais.

As palavras rumo e caminho podem ser usadas como sinônimos, mas ouvindo o que diz Ribamar, penso no sentido mais orgânico do rumo e mais cartesiano do caminho. O rumo seria a marcação feita pelo uso, pela tradição, pelos passos; o caminho, pela iniciativa de algum planejamento ou demarcação que estabelece posse e interdições. As narrativas, por sua vez, servem para rememorar e manter a marcação desses rumos embaixo dos caminhos ao longo do tempo. Ribamar diz que sempre que tem a oportunidade, conta para as pessoas alguns acontecidos marcantes. Um deles foi o seguinte:

[...] lá tem um pé de pau grande, que é até dentro de um cercado meu, e eu conto pra turma: olha, bem aqui era uma casa, do chamado Raimundo Pé-Mole, e nós estávamos pescando, éramos uns oito molecotes assim, quando surgiu um fogo nessa casa. Nós corremos pra lá. Antes de nós subirmos no seco, essa casa já tinha terminado de pegar fogo! Deu um redemoinho em cima dela que acabou com

³³ SCHMID, A Teoria da Produção do Espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional, 2012, p. 99.

³⁴ LEFEBVRE, *The production of space*, [1974] 1991, p. 39.

³⁵ CERTEAU, *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*, [1980] 2003, cap. 3, Fazer com: usos e táticas, p. 95.

³⁶ Entrevista número 2, concedida em 14 de fevereiro de 2019, na Ilhinha.

*tudo. E quando nós fomos chegando no pote que estava com a água, o pote espocou. Eu conto pra turma.*³⁷

Essa casa, ao lado dessa árvore, existia no passado dentro do espaço que hoje é de Ribamar, e ele narra esse episódio curto, do incêndio que terminou por destruir a casa, como quem reafirma que ali havia outro espaço que não o atual. Ambos rememoração e reconhecimento dos diversos espaços sobrepostos por meio da narração que considera, não somente os caminhos, mas também os rumos e principalmente a passagem do tempo. Michel de Certeau tem um ponto de vista similar sobre os relatos:

A dispersão dos relatos indica já a do memorável. De fato, a memória é o antimuseu: ela não é localizável. [...] O que impressiona mais, aqui, é o fato de os lugares vividos serem como presenças de ausências. O que se mostra designa aquilo que não é mais: 'aqui vocês vêem, aqui havia...', mas isto não se vê mais. Os demonstrativos dizem do visível suas invisíveis identidades: constitui a própria definição do lugar, com efeito, ser esta série de deslocamentos e de efeitos entre os estratos partilhados que o compõem e jogar com essas espessuras em movimento.³⁸

As ausências cujas presenças são evocadas pelos relatos são, no São Francisco, tanto aquelas da realidade invisibilizada de 'antes da ponte passar' quanto as da relação entre pessoas e espaço natural, da socialização, que foram se conformando após a ponte. E o que acontece quando o que é pensado para se fundar sobre um vazio, encontra uma realidade cheia? Quando os rumos são encobertos por caminhos?

Na teoria de Lefebvre, desde que o espaço social é fundado pelas representações de uma realidade superior, é fundado também pela rejeição, ou negação, no sentido de oposição e também de interdependência, dessa realidade. A morte, por exemplo, tem um lugar específico e é ao mesmo tempo publicamente rejeitada, localizada abaixo ou acima do espaço social apropriado.³⁹

[...] paredes, cômodos e fachadas servem para definir ambas cena (onde algo acontece) e obscena (área para onde tudo que não pode ou não deve acontecer na cena é relegado): o que quer que seja inadmissível, seja maléfico, ou proibido, tem assim seu próprio espaço oculto próximo, ou distante de uma fronteira.⁴⁰

Esse par cena e obscena, no contexto do planejamento de uma cidade nova na Ponta do São Francisco e na construção da Ponte da Esperança, pode ser associado ao espaço dos conjuntos residenciais planejados e às outras formas de ocupar o espaço. No São Francisco, a cena é representada pelo espaço que materializa os ideais de progresso e modernidade, no caso o Conjunto Basa, planejado e executado como parte da cidade nova. A obscena, representada pela Ilhinha e pelo Morro, pelos espaços *de baixo*, é o lugar daquilo que é considerado feio, do não planejado. Contudo, no São Francisco, essa obscena não permanece ocultada. Ela está à vista,

³⁷ Entrevista número 2, concedida em 14 de fevereiro de 2019, na Ilhinha.

³⁸ CERTEAU, *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*, [1980] 2003, cap. 7, Caminhadas pela cidade, p. 189.

³⁹ LEFEBVRE, *The production of space*, [1974] 1991, cap. 1, Plan of the present work, p. 35.

⁴⁰ *Ibidem*, p.36.

ainda que ignorada, tornando-se relevante somente na perspectiva dos estigmas e estereótipos associados a esses espaços.

Rememorar os rumos embaixo dos caminhos por meio dos relatos lembra a discussão trazida por Certeau acerca dos lavradores de Pernambuco e suas narrativas sobre os feitos de Frei Damião, num espaço que, em 1974, era caracterizado pela opressão dos mais pobres pelos poderosos, e era onde o santo performava seus milagres. Nesse espaço, cuja produção se deu pela disputa entre proprietários e despossuídos e onde persiste o antagonismo de uma classe em relação a outra, o discurso trapaceia na relação efetiva de forças, não só para mostrar a injustiça de fato no espaço, aquela dos poderes estabelecidos, como também a injustiça da história:

[...] uma ordem das coisas, em que nada autorizava a esperar a mudança. É sempre assim, é o que se via todo dia. Mas não se concedia nenhuma legitimidade a esse estado de fato. Pelo contrário, embora sendo uma realidade sempre repetida, esta relação de forças nem por isso se tornava mais aceitável. O fato não era aceitável como uma lei, mesmo sendo sempre um fato.⁴¹

Os relatos dos milagres, assim como aqueles dos acontecidos do cotidiano, possibilitam a coexistência de um espaço diferente. Contudo, a análise dos mitos, provérbios e discursos como maneira de usar os sistemas impostos e ainda de jogar com ou desfazer o espaço instituído pelo outro tem um problema: deslocar os discursos do seu meio e do tempo em função do exercício da prática científica em seu próprio campo e do isolamento do objeto de estudo, exclui a “arte” dos seus autores, que subvertem as maneiras de bem empregar uma palavra. Essa subversão pode ser ilustrada pelo sentido particular que as palavras rumo e caminho tomam na fala de Ribamar; ou mesmo pela criação de um provérbio ou por uma forma diferente de empregar um antigo dito, como a frase de Faustino, *toda invasão é feita no braço*.⁴²

A história dos rumos embaixo dos caminhos pode ser contada pelos casos do cotidiano e não necessariamente por meio da narração de feitos miraculosos. Quanto a esses relatos, “todo dia eles atravessam e organizam lugares; eles os selecionam e os reúnem num só conjunto; deles fazem frases e itinerários. São percursos de espaços”.⁴³

Na lógica das circunstâncias que envolvem aquele espaço, o que pressupõe a heteronomia, as maneiras de fazer se escondem nos contos e nas artes de dizer. No que diz respeito às práticas cotidianas, por exemplo, as histórias narradas pelo povo frequentemente invertem as relações de força (como nas histórias de milagres) e garantem ao oprimido um espaço de vitória. Essas histórias utópicas oferecem um “possível de táticas disponíveis no futuro. [...] A retórica e as práticas cotidianas são igualmente definíveis como manipulações internas a um sistema — o da língua, ou ao de uma ordem estabelecida”.⁴⁴ No caso das memórias contadas pelos moradores do São Francisco, marcam as presenças de ausências e fazem resistir um modo de vida cuja existência é frequentemente deslegitimada.

Em 1986 a divisão entre pobres e ricos, o conceito de ‘cidade nova’ e o esquecimento dos problemas sociais do São Francisco são tratados em um extenso artigo de jornal intitulado “São Francisco dos pobres”:

⁴¹ CERTEAU, *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*, [1980] 2003, cap. 2, Culturas populares, pp. 76–77.

⁴² *Ibidem*, pp. 79; 81.

⁴³ CERTEAU, *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*, [1980] 2003, cap. 9, Relatos de espaço, p. 199.

⁴⁴ CERTEAU, *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*, [1980] 2003, cap. 2, Culturas populares, p. 85.

Habitado, inicialmente, por pessoas que faziam do mar a sua única forma de sobrevivência, o bairro do São Francisco, com a construção da ponte José Sarney, serviu à exploração devastadora da especulação imobiliária, e hoje, tornou-se área nobre da cidade. O bairro atualmente, é bastante invadido pelo comércio e residências de classe média alta.

Ao contrário do que se imagina, o São Francisco não se constitui só de nobreza. Ele é um bairro também formado por pessoas de baixa renda ou quase nenhuma, porém quando se vai ao São Francisco não se vê lado pobre, pois este se localiza na parte mais baixa do bairro. Como não é de se estranhar este lado do São Francisco convive com todos os problemas inerentes à uma comunidade pobre. Falta de água, luz, esgoto, asfalto, posto médico, etc. [...]

Por ser um bairro de classe média alta e encontrar-se na chamada “Cidade Nova”, os problemas que afligem a parte pobre são abafados, mas não inexistentes. [...] — São Luís está 375 anos atrasada — observou o comerciante Benedito Fernandes. Após relutar em nos receber admitiu que não mais confia em políticos, “pois o que eles querem mesmo, são só nossos votos e nada mais”. Conforme ele, toda a infraestrutura necessária para a manutenção de um bairro não existe no São Francisco.⁴⁵

Desde o começo, a oposição entre dois lados se instalou no espaço. O lado mais pobre embaixo, invisível, e o mais rico, em cima. Os problemas relatados pelos pobres só atingiam os moradores da classe média em um ponto em comum, a falta de água.

O uso frequente do verbo *passar* para referir a construção da ponte faz muito sentido na história do São Francisco e da Ilhinha. Dizer que *a ponte passou* soa próximo do trajeto real que fizeram os tão estimados ideais de progresso e modernidade: por cima de boa parte do bairro, à distância, num trânsito, sem permanência. A cidade nova não inclui todas as pessoas que habitavam aquele lugar e nem os diversos modos de vida que surgiram fora do plano. Esses modos de vida são tidos como contingências a superar pelo avanço da urbanização, pelas intervenções do planejamento urbano. Entretanto, é mais justo pensar que são continuidades, resistências dos rumos que havia ali antes dos caminhos.



Figura 25: Ponte do São Francisco vista do Centro, [ca. 1970]. Fonte: acervo do IBGE, consultado em outubro de 2020.

⁴⁵ DIÁRIO DO NORTE, São Francisco dos pobres, 1986, Sessão Bairro, p. 16.



A maré de lua nova, que neste mês de agosto registra um dos índices mais elevados de preamar, está facilitando a vida de muita gente, principalmente das pessoas que moram nas palafitas da Lagoa da Jansen e da Ilhinha. Armadas de tarrafas e cofos, elas acordam bem cedo e vão para o córrego que liga a la-

goa com o Igarapé da Jansen. Ali, em meio a forte correnteza, que passa pelos bueiros da Avenida Ana Jansen, entre o São Francisco e a Ponta d'Areia, pescam tainhas, camurins, sardinhas e urubaranas.

Tem pescador que consegue recolher até 10 quilos de peixe. Ontem, um deles pescou uma tai-

nha de dois quilos. O produto é consumido na própria comunidade de favelados. Mas a qualidade do pescado pode ser questionada. As águas da Lagoa da Jansen possuem elevado índice de poluição, por servir de depósito de esgotos "in natura" do São Francisco, Ponta d'Areia, Ponta do Farol e Renascença.

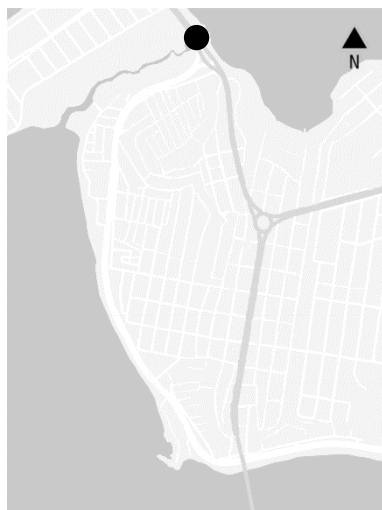


Figura 26: Nota do jornal *O Estado do Maranhão* de 14/08/1991 sobre a pesca no São Francisco e proximidades. Mesmo na década de 1990, vinte e um anos depois da inauguração da ponte sobre o Rio Anil, o antigo modo de vida dos pescadores persiste ocupando o espaço. Nesse ano a Prefeitura de São Luís já previa para a Lagoa da Jansen um projeto de urbanização e saneamento, que incluía a construção de moradias na região da Ilhinha para as famílias que viviam nas palafitas da lagoa. A pesca é até os dias atuais uma atividade muito presente no cotidiano dos bairros do São Francisco e da Ponta D'Areia e na região da Lagoa da Jansen.

Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite, consultado em fevereiro de 2020.

A FALTA D'AGUA CONTINUA



"Lata d'água na cabeça..." A canção popular é automaticamente lembrada por quem vê a foto. No bairro

do São Francisco esse instantâneo virou quadro permanente há cinco dias.

A falta de água nos canos obrigou a população do bairro a relembrar, forçosamente, a famosa canção.



Figura 27: Nota do jornal O Estado do Maranhão de 21/11/1974. Nessa época, como narram os moradores da Ilhinha, o abastecimento de água era suprido por poços particulares, cujos donos permitiam que os moradores mais pobres utilizassem e pelas cacimbas que se localizavam próximas à atual Avenida Ana Jansen. No Basa havia poços nas casas dos moradores que serviam às casas vizinhas e também um comunitário próximo ao Morro, onde muitas pessoas iam lavar roupas e se abastecer de água. No mapa ao lado, a localização de dois dos poços mencionados nas entrevistas (números 2 e 3) e das cacimbas (1). Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite, consultado em fevereiro de 2020.



Figura 28: Mulheres e crianças se abastecem nos poços de vizinhos por conta da falta de água no São Francisco.
Fonte: jornal *O Estado do Maranhão*, 19/12/1974. Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite, consultado em fevereiro de 2020.

*“A Caema parece que
desconhece esse
lado do bairro”*



O lixo se mistura com a lama

Figura 29: Reportagem “São Francisco dos pobres” no jornal *Diário do Norte*, 07/10/1986. Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite, consultado em fevereiro de 2020.



***Pontes de
madeira são
feitas para
amenizar o
problema.***

Figura 30: Reportagem "São Francisco dos pobres" no jornal *Diário do Norte*, 07/10/1986. Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite, consultado em fevereiro de 2020.



As crianças convivem com qualquer tipo de sujeira

***“A Caema parece que
desconhece esse
lado do bairro”***

Figura 31: Reportagem “São Francisco dos pobres” no jornal *Diário do Norte*, 07/10/1986. Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite, consultado em fevereiro de 2020.

**FAUSTINO
ILHINHA
FEVEREIRO DE 2019**

Entramos pela casa que tinha uma banquinha de vender batatas fritas, com uma mesa de plástico e quatro cadeiras para os clientes sentarem, na porta, e passamos por uma senhora da família que arrumava a cozinha. Primeiro fui apresentada a José, de quarenta e um anos, nascido na Ilhinha, a quem pude entrevistar por alguns minutos. Perto das oito horas da noite, Marcelo pediu para arrematarmos a conversa pois ele queria que eu conhecesse e conversasse com o pai de José, seu tio Faustino. Marcelo me avisou que essa entrevista deveria ser breve, já que àquela hora Faustino já estaria se recolhendo. Subimos uma escada íngreme nos fundos da casa e chegamos ao quarto do senhor, onde se deu nossa conversa, que foi especialmente marcada pela indignação de Faustino com a política. Ele nasceu na região do Litoral Ocidental do Maranhão, no município de Cedral, mas passou a infância no Bairro de Fátima. Quando adulto, passou a morar na Vila Passos, próxima ao Centro, até que se mudou para a Ilhinha na metade da década de 1970. Na saída da casa, ganhei um abraço, um ‘dim-dim’¹ e um convite para voltar em outro dia, num horário mais cedo, da senhora que estava na cozinha.²

Alícia Seu Faustino, o senhor mora aqui faz quanto tempo?

Faustino Tá uma faixa de quarenta e dois anos mais ou menos. Mais ou menos essa idade que José tem. [...]

Eu tenho... vou fechar sessenta e cinco anos em junho. Graças à Deus que eles... o presidente resolveu deixar a aposentadoria no que eles tavam pensando. Se fosse aumentar eu ia desistir de pagar, que eu tô dando do que eu não tenho pra eles. Porque você pagar o INSS todo ano, todo ano, todo ano até completar sessenta e cinco, e cada governo que entra... tem graça, isso? Pra eles tem! Ave Maria... E os projetos deles são feitos lá dentro, debaixo da mesa. De manhã bota no jornal, tá feito. Não tem discussão, não tem diálogo com ninguém e estamos aí. Só palminha nas costas uns dos outros e pronto. Têm transporte, têm moradia, têm remédio, têm alimentação, tudo por nós que pagamos. Nós pagamos tudo pra esse pessoal, e eles não reconhecem nadinha. Aí passam quatro anos lá, mentindo. Coisas que não são verdade, que eles não fazem. Dizem que fazem, mas na hora não fazem, ou fazem pela metade. Aí passa quatro anos...

Me dá uma raiva porque aí os jornalistas vão lá: *bem aqui tem um buraco*. Vão lá reclamar e eles: *ah, vou mandar olhar*. Quer dizer que eles não sabem de nadinha? Eim? Rapaz... É como tem um repórter na Guará que meio-dia ele: *ô, Edvaldo Holanda, pelo amor de Deus, sai dessa prefeitura! Se desloca, vai rodar. Não é possível que tu não conheces isso aqui tudinho*. E aí o depoimento que o morador dá quando

¹ Suco ou vitamina de frutas congelados num saquinho plástico que se toma sugando o líquido por um furo à proporção que este vai derretendo. Em Minas Gerais é conhecido como ‘xup-xup’.

² Entrevista número 5, concedida em 14 de fevereiro de 2019, na Ilhinha.

o repórter chega lá: *ah, ele passou aqui na época da eleição*. Tão velha, essa história...

Marcelo E qual foi o ano que o senhor chegou aqui no São Francisco? Quando começou sua história aqui?

F. Deixa eu ver... de [19]42 pra cá... Quantos anos tu tem, Marcelo?

M. Eu tenho trinta e sete. Eu sou de [19]81. [...] Chegou aí nos anos 1970? [...]

F. Não, aqui no São Francisco eu tô mais recente. Agora, quando a ponte... essa ponte foi Zé Sarney que fez. Eu morava nessa época no Bairro de Fátima. [...]

Aqui quem conseguiu esse local aqui foi a mãe de Marcelo, dona Luísa. Eu morava na Vila Passos já e tinha um terreno no bairro Santa Cruz. Eu ia aos domingos pra lá, mas quando foi um domingo eu vim pra cá, localizar o meu irmão, aí o cunhado dela queria vender esse terreno aqui. Aqui era só areia! Mangue! [...] E de lá, da Vila Passos, procurei família e vim pra cá. Já tô aqui esse período. [...]

Porque, minha profissão era pedreiro e eu consegui um serviço aqui no bairro mesmo, que sempre foi um bairro que existiu muito serviço, de todo tipo. As pessoas às vezes se deslocam daqui pra outro bairro, mas vem trabalhar no São Francisco. Eu conheço é muitas pessoas que alugam quitinete aqui pra morar, pra não gastar muito. Principalmente numa época dessa, do inverno,³ as pessoas que, por exemplo, moram no Jardim Tropical...⁴ [...]

Então é o seguinte, esse tempo todinho aqui, até agora, graças à Deus, não tem nada que dizer sobre a minha moradia. Agora sobre o desenvolvimento do bairro, aqui suei camisa pra... que essa Travessa Nove aqui, quem olha ela assim hoje em dia, não sabe o que já passou. Que era só água, lamaçal, maré. [...] Eu tinha uma carroça e dia de domingo convidava os colegas, a gente tomando cachaça e entulhando, pra melhorar um pouquinho, pra gente transitar. Aí começou negócio de campanha, né? Esse, o finado João Evangelista, teve um domingo, o segundo domingo que a gente tava entulhando, ele passou e olhou aquele movimento e tu sabe como é político! É sem-vergonha, né? Se encostou e tal... *não, não, pode deixar, eu vou mandar fazer isso*. Aí ele

³ Inverno é a época do ano em São Luís quando as chuvas são mais intensas, o chamado Inverno Amazônico, geralmente entre dezembro e maio, podendo durar até junho.

⁴ Bairro que fica a cerca de 20km do São Francisco.

terminou de completar, a botar areia. Era só areia. E por aqui a gente trazia carroçada de entulho. Porque toda invasão é feita no braço! Viu? Aí o cara passa hoje, de carrão... eim?

- M.** Não pegou no serviço!
- F.** Justamente! [...] Só tinha aquelas trilhas. Nêgo andava. Era só mato. Tudo era mato. [...] Aí pegava aquela descida, do jornal⁵ e já tinha Joãozinho, o comércio, finado Zé Melo do outro lado. Bem poucas casas. A situação de energia era bem pequena mesmo, precária.
- M.** A água era na casa do Arlindo, de lá que a gente pegava água. [...]
- F.** Ainda existe! Quando não tem água por aqui, é a salvação da lavoura, todo mundo vai pra lá.
- A.** E falta muito?
- F.** Não, não, graças à Deus. Ó, aqui, outra coisa que eles fazem errado: primeiro, na época da política eles metem o piche, pra dizer que tão trabalhando, mas se esquecem do esgoto. Como é que você vai fazer uma casa? Você tem que providenciar o esgoto primeiro! Aí mete o piche pra ficar bonitinho. Cadê o esgoto? Não tem. Aí eles vêm, quebram de novo, tudinho, pra botar o esgoto. É complicado. A política, não sei nos outros estados, mas aqui no Maranhão é complicado. Os engenheiros, parece que não passam por um estudo. Eu não gosto muito de... ó, na época de política, eu não aceito nenhum deles botarem papel grudado aqui! [...] Político é bicho sem-vergonha. As leis que eles fazem não beneficiam o trabalhador, de jeito nenhum, só beneficiam eles. É impressionante. [...]
- Quando eu cheguei já tinha o Basa, não tinha era a Feira. [...] Não, a Feira era em frente à Igreja. Aí de lá é que deslocaram ela pra baixo. Quase ninguém... quem não mora aqui no São Francisco, vem de outro bairro, se rodar só lá pela avenida não descobre a Feira do São Francisco, porque ela fica localizada entre uma rua e outra.
- A.** É, eu também moro aqui e quando eu falo da Feira as pessoas pensam que são aquelas barraquinhas que ficam na rua.
- F.** *Aonde é?* Justamente! [...] Ali de vez em quando os de dentro reclamam, aí a prefeitura vem e tira eles! [tira os de fora] É um fuzuê da-

⁵ O jornal é a sede d'O Estado do Maranhão, no prédio do Grupo Mirante, localizado na Avenida Ana Jansen.

nado. Porque eles [os de dentro] ficam isolados né? Daqui que a pessoa vá comprar lá, compra aqui fora. E o horário daqui da Feira do São Francisco é como relâmpago, é depressa. Você chega lá de manhã tem quase ninguém, quando dá umas nove e meia... Aí dez e meia pra onze horas pode passar por lá que já tá tudo morto.

- M.** Ele também já trabalhou na feira.
- F.** Trabalhei por muito tempo. [...] Pra mim é sobre o serviço, né? Você quer alguma coisa, você não se desloca muito. Se quiser ir no Centro, vai até a pés! Gasta dez minutos pra atravessar a ponte. Em termos de serviço, quando eu trabalhava na profissão, sempre trabalhei aqui mesmo no bairro, não me deslocava muito pra longe. Hoje em dia eu abandonei porque sofri um acidente. Aí tive na cabeça de botar uma venda de lanche, então eu vendo lanche no horário da manhã. Lá no retorno. [...] Há quinze anos!

**LAURA
CONJUNTO BASA
DEZEMBRO DE 2019**

Laura nos recebeu no terraço de sua casa, cumprimentou minha avó com um abraço amigável e nos convidou para sentar e tomar um suco, trazido numa bandeja pela empregada alguns minutos depois. A senhora de setenta e sete anos, pedagoga aposentada, é de família cearense e, em São Luís, morava no bairro do Anil antes de se mudar para o São Francisco com os filhos e o marido. Minha avó e ela compartilham muitas memórias e opiniões sobre o bairro e a convivência entre os vizinhos, as quais pontuaram na conversa que tivemos naquela manhã. Às vezes a conversa se perdia em notícias da vida dos conhecidos, lembranças dos filhos em festas de carnaval e São João, ou tentativas de lembrar os nomes dos vizinhos mais antigos que não moram mais no bairro. Quando se despediram, reclamaram da falta de convivência e de *ninguém mais ver ninguém, ninguém mais saber de ninguém* naquela vizinhança.¹

- Laura** Quando nós chegamos aqui no São Francisco já existia esse Conjunto Basa, essa parte aqui, dessa parte aqui que, aqui não é mais conjunto. Aqui já é Sítio Campinas, mas, olha, não tinha feira, a feira era ali na pracinha. O comércio ali da avenida era raro, tinha só duas farmácias e o resto era tudo aquelas casas de família, aquelas casinhas simples né, que depois foram sendo substituídas por comércios. Muito tempo depois é que esse mercado veio pra cá né?² Não tinha. Essas casas aí pra trás, algumas, não era todas que existia também. Era muito tranquilo, assim uma vida quase de interior pra gente né? Sentava em calçada, conversava, as crianças brincavam na rua...
- Graça** Você veio pra cá em [19]70?
- L.** Seis.
- G.** Mermã e eu vim em [19]75!
- Alícia** Acho que o pessoal dessa rua chegou todo mundo mais ou menos na mesma época.
- L.** Esses do Basa foi tudo no mesmo tempo, porque as casas do Basa foram inauguradas tudo no mesmo tempo, aí depois começaram a construir desse lado [se referindo ao lado direito da rua Coronel Chaves, no sentido bairro] e também nessa época inauguraram essa Mota Machado aqui descendo. [...] Quando nós chegamos essas casas da Mota Machado tavam sendo terminadas.

¹ Entrevista número 11, concedida em 11 de dezembro de 2019 no São Francisco.

² Referindo-se a um supermercado que se localiza até hoje na Avenida Colares Moreira e que entre os anos 1980 e 1990, era uma das lojas da rede local de supermercados Lusitana.

G. Eu me lembro desses terrenos vazios, os meninos jogando bola por aí tudo, de noite era tudo... [faz uma pausa e não completa a fala]

L. Vendiam muita planta assim nas portas. Aquelas samambaias bonitas né? O cara trazia assim num pau. [...] Vendiam peixe, vendiam tudo na porta. Porque o mercado era ali em frente, era em frente à igreja. Eu, quando a gente chegou aqui, fazia compra lá, pouco tempo depois inauguraram o Lusitana, né?

A. E descendo ali pra rua da Feira, além dessas casas da Mota Machado que estavam terminando de serem construídas, tinha mais o quê?

L. Já tinha começado essas casas porque houve a invasão, né? Que o povo diz até que aquele Carlinhos enricou foi no tempo dessas invasões. Aquele seu Carlos, que morava lá perto de vocês [se referindo à casa da minha família] também é dessa época. Seu Gilberto daqui... Então, ali era mangue! Aí foi invadido assim tudo de uma vez e aí foi que começaram com comércio, com essas casas que tem, mas isso aí a maré vinha até ali. Vinha até ali, nessa subida. [...]

Dizem que grande parte dessa invasão aí, principalmente essa que depois virou a Ilhinha, ele tirou muito terreno lá. Tem muito terreno. Tinha. [...]

Essas casas que tem aqui na Avenida Ferreira Gullar, isso aí foi tudo invasão, e foi invasão depois que dragaram a areia, que isso aí também era tudo maré né? [...] depois que houve essa tirada de areia, invadiram de vez e começaram essas construções aí.

G. Aí depois o Jackson Lago foi prefeito em abril.

L. Foi, aí fez aquele... tirou o pessoal lá da lagoa, aqueles que moravam mesmo naquela miséria e construiu esse Residencial Ana Jansen. Um ponto maravilhoso ali né?

G. É, pra jogar tudo dentro do mar! Pra contaminar o mar, né? Eita, mas aquele frejo³ ali tá grande! e quando forem praqueles apartamentos?⁴

³ Bagunça, desordem, agitação.

⁴ Apartamentos do Residencial José Chagas, empreendimento de interesse social executado pelo Governo do Estado no âmbito do programa Minha Casa, Minha Vida o qual conta com oito blocos de trinta e dois apartamentos destinados às famílias que moram em palafitas na Ilhinha, Portelinha e Vila Jumento.

- L.** Sim. Agora as meninas dizem: *mamãe a senhora tem preconceito*. Mas não é preconceito não, gente! Um terreno como aquele ali, numa cidade como o Rio de Janeiro, ia ser dinheiro! Porque se você vê o mar assim por uma brechinha, você paga, imagina uma vista maravilhosa como aquela ali! [...] Já tá quase pronto. [o conjunto residencial] Agora o risco ali é saber quem vai morar.
- G.** Rum! Mas a gente sabe né, Laura? Mermã, e vai ser diferente dos que já tem lá? [...] Não é diferente não, Laura! É só continuação. Os semelhantes se atraem! [pausa]
- A.** E, aqui o conjunto Basa ele é de setenta em ponto? A senhora sabe dizer?
- L.** Eu acho que ainda foi na década de sessenta que eles começaram. [...] Ou já foi a ponte construída. Não sei. [...]
- A.** Já tinha gente morando do outro lado ali também? No Morro?
- L.** Ali tinha! [...] Eu me lembro que quando eu cheguei aqui nessa casa, assim com uma semana que eu tinha chegado, teve um incendozinho ali em frente ao Frederico Chaves,⁵ que ainda não tinha o grupo, né? Era só aqueles casebrezinhos de palha. Eu sei que dormiram nesse dia aqui em casa bem umas cinco pessoas, ainda hoje eu conheço uma senhora que é da igreja. [...]
- O incêndio foi mesmo em frente ao Frederico. Aí depois eles foram reformando e hoje já tem até casinha boa lá, de tijolo.
- G.** Mas, sabe, Laura, quando eu cheguei aqui, aquele terreno ali, depois da...
- L.** Ali onde tem a escola.⁶
- G.** Aquilo ali era tipo um campo. Não tinha nada! E lá tinha, tu sabes que lá tinha era um poço, né? Que o povo lavava roupa era lá!
- L.** Lavava roupa e o abastecimento de água aqui do Basa também era um poço que tinha.

⁵ U.E.B Monsenhor Frederico Chaves, escola localizada na esquina da Rua Presidente Dutra com a Avenida Ferreira Gullar.

⁶ Na Rua Souza Gaoso.

- G.** Era um poço, é tanto que tem várias caixas. Tem a caixa ali, tem a caixa da praça.
- L.** A do Basa mesmo é essa aí, da casa de doutor Glauber, que na época que ele fez a reforma da casa ele ajeitou a caixa d'água. Essa água é maravilhosa! Mas aí começou a questão do povo né? Por exemplo, o poço quebrava e pra consertar, tinha que fazer a vaquinha com todo mundo né, aí uns queriam dar, outros não queriam. [...] Mas aí depois passaram o poço pra Caema, já devido essas questões. [...]
- Nós sofremos muito com água aqui quando nós chegamos. [...] Mas aqui todo tempo sofreu com falta d'água. Muito. Quando eu cheguei aqui, não tinha, dona Lulu que me dava, dona Lulu de seu Vicente. Aí depois foi melhorando um pouco, mas até hoje não tá completamente sanada, essa questão de água aqui. Nem todo dia dá.
- G.** Naquela época a rua oito era considerada a pior rua de água. Ainda hoje, mermã, a água lá é ruim. [...]
- G.** Mas eim, Alícia, o que mais você quer saber?
- A.** Eu queria saber como era a convivência da vizinhança.
- L.** A melhor possível!
- G.** Eita, mas era!
- L.** Era como se fosse tudo irmão, aí fazia festa junina aqui na rua, ia fazer lá na frente da tua casa. Era todo mundo! A turma de adolescentes se reunia aqui nesse canto, saía todo mundo era junto, ia pras festas todo mundo junto e essa amizade ainda permanece até hoje.
- G.** Interditava as entradas e o movimento era na rua! Era boi...⁷ [...]
- L.** Vinha de todo canto! Dessa redondeza aqui até a praça [praça Botafogo], vinha e se reunia tudo nessa rua.
- A.** Só não o pessoal que morava mais pra perto do Morro e da Ilhinha?
- L.** É, aquilo ali, já era mais assim... [...]
- G.** Mas mesmo os filhos desse pessoal, participavam de tudo!

⁷ Bumba-meu-boi.

- L. Eu me lembro que a Edna, tu sabe quem é a Edna né? A Edna tinha Camilo, Adriano e Marquinho. Camilo uma criatura assim maravilhosa, assim desligada. Adriano muito vaidoso, né? E Marquinho era criança. Aí eles traziam, até um que morreu também, não sei como era o nome dele... desse pessoal do Morro, pra irem jogar bola na draga. Aí quando foi um dia, ele foi jogar no time de Camilo e não tinha tênis pra jogar. Camilo foi em casa e levou os de Adriano. [risos] Quando Adriano procurou, que viu o tênis cheio de terra, ficou muito louco de raiva! [risos] Era muito bom, uma convivência maravilhosa. [...] Isso aqui foi ter diferença de classe... não tinha esse negócio de classe social não, juntava tudo.

4 ESQUISITOS

Nesta dissertação, comecei o capítulo “O campo e a escrita” com um trecho da fala de Maria, moradora do Conjunto Basa, no qual ela conta que a irmã e os sobrinhos, também moradores do bairro, têm receio de sair de casa a pé. Maria relata o posicionamento de seus sobrinhos, em especial. Os três homens — ponto que ela frisa na conversa inferindo que por serem homens cisgênero adultos, têm menos motivos para tanto medo da rua — interpelam-na à respeito das caminhadas que ela faz frequentemente para ir ao supermercado, à feira, ou mesmo para visitá-los e questionam a mãe: *onde a senhora vai com essa bolsona?* Maria, contudo, replica: *Eu não vou ficar dentro de casa. Eu tenho que sair!* E sustenta seu ponto de vista dizendo que até então ninguém ‘nunca, nunca, nunca’.¹

A repetição da palavra ‘nunca’ reforça a posição de Maria quanto ao sentimento generalizado de medo e insegurança dos moradores do São Francisco. Para ela, as chances de algo ruim acontecer quando se está a pé na rua não são tão grandes quanto a maioria das pessoas, inclusive seus três sobrinhos homens, pensa.

Ela conta ainda, no mesmo trecho da conversa, sobre a vez que chegou a duvidar da sua segurança: uma vez um ‘cara’ com o cabelo ‘tinturado de loiro’ olhou esquisito para ela na rua. Ela pensou: *esse vai me assaltar*. Entretanto, o cara passou por ela, ela passou por ele e *nunca, nunca, nunca*. Porém, nesse pequeno episódio narrado por Maria, o ponto que acho mais importante é a frase que ela diz logo após ter notado o suposto olhar esquisito do homem. Ela pondera: *não sei se eu é que já olhei esquisita pra ele*.

Escolhi incluir esse trecho da entrevista logo no início daquele capítulo, pois o dito olhar esquisito nas ruas e suas consequências na minha maneira de experimentar o espaço do meu bairro, foram as grandes motivações da minha pesquisa de campo. Como escrevi anteriormente, eu raramente desviava meu caminho a pé da linha reta que é a Rua Coronel Chaves, devido ao medo e insegurança evocados pelo espaço *lá embaixo*.

Há ainda a questão levantada pela ênfase dada por Maria à conformidade de gênero de seus sobrinhos. De certa forma compartilho da visão de minha interlocutora, como também já escrevi, pelo fato inegável de haver mais ameaças ao corpo de uma mulher nos espaços em que vivemos, o que se traduz na naturalização dos constrangimentos a esses corpos, interiorizados pela própria pessoa como forma de autopreservação. Contudo, trago esse ponto menos para reforçar a discrepância entre as experiências vividas de acordo com a conformação de gênero, e mais para deixar claro que as aflições e constrangimentos ao uso da rua superam a vulnerabilidade dos corpos femininos nos espaços públicos e se generalizam entre os moradores e moradoras de classe média do São Francisco. Concordo que os três sobrinhos de Maria têm menos com o que se preocupar do que ela ou eu ao caminhar pelas ruas. Entretanto, o que esta parte deste texto pretende é notar o aspecto da experiência do espaço que está mais relacionado às questões de classe social e à cor da pele.

¹ Entrevista número 12, concedida por Maria em 11 de dezembro de 2019, no Conjunto Basa, São Francisco.

A experiência subjetiva e corporal nesse espaço é mais ou menos compartilhada da mesma forma entre os moradores do Basa. A posição das pessoas das classes média e média alta em relação aos mais pobres que compartilham os mesmos espaços públicos faz o medo de estar nas ruas ser difundido e resultar numa série de precauções. É só não levar nada consigo, andar com o cachorro se possível, apressar o passo e sempre mudar de calçada quando vir alguém suspeito. Preciso explicitar que, por suspeito, entendemos certo tipo de pessoa: homem, jovem, negro, trajando vestimentas específicas que frequentemente incluem um boné, bermudas e chinelos. Se estiver conduzindo uma bicicleta, especialmente se levar um colega no quadro, é tido certamente como um assaltante, para dizer o mínimo. A referência à *lá embaixo* vem quase sempre acompanhada de um gesto muito característico da mão de quem fala. Com o braço na altura do ombro, os dedos permanecem relaxados enquanto o punho, levemente flexionado, faz um gesto de enxotar. Como se varresse todo o espaço desde a própria casa em diante e agrupasse num mesmo conjunto de *eles* em oposição a *nós*.

Esse antagonismo se apresenta na narrativa que coloca o bairro como um lugar onde a convivência entre vizinhos, a tranquilidade e a liberdade de caminhar pelas ruas chegaram ao fim após o crescimento da população mais pobre, nas chamadas *invasões*, classificação atribuída não somente à Ilhinha, mas também as palafitas nas margens do Rio Anil e do mar, e a parte do São Francisco conhecida como Morro, próxima à ponte.

Nesta discussão, em vez do enfoque nas experiências individuais, visto que “experiências subjetivas e corporais frequentemente excedem os limites normalizados por uma determinada identidade” e que não se pode “englobar num só movimento narrativo o todo de uma experiência política qualquer que seja”,² o objetivo é pensar os pontos de vista mais sob a perspectiva da posição ocupada pelos grupos aos quais esses indivíduos pertencem. É “partir da localização dos grupos nas relações de poder”. Para tanto, tomo neste texto a perspectiva das categorias de classe e raça como “elementos da estrutura social que emergem como dispositivos fundamentais que favorecem as desigualdades e criam grupos em vez de pensar essas categorias como descritivas da identidade aplicada aos indivíduos”.³

Uma mulher terá certamente experiências distintas das de um homem no espaço, assim como uma mulher negra experienciará o mesmo espaço de maneira diferente de uma mulher branca. Seguindo essa lógica, busco compreender que nesse contexto estar no mundo enquanto pessoa branca de classe média e média alta significa se opor, antagonizar e compreender os demais moradores não posicionados da mesma forma de maneira muito específica.

Neste capítulo retomo a fala de Maria pela autorreflexão que ela faz: não somos nós que olhamos esquisito para eles? E antes ainda, quem somos ‘nós’ e quem são ‘eles’?

4.1 São Francisco e Ponta D’Areia depois da ponte

Após 1970, ano da inauguração da ponte sobre o Rio Anil, o modo de vida no São Francisco mudou. A chegada de moradores com maior poder aquisitivo e a convivência próxima dessas pessoas com aquelas que já moravam ali, em especial os pescadores e imigrantes do interior

² MOMBACA, Notas estratégicas quanto aos usos políticos do conceito de lugar de fala, 2017, s.p. [on-line].

³ RIBEIRO, *O que é lugar de fala?*, 2017, cap. 3, O que é lugar de fala?, p. 58.

que moravam no Morro, marcou o espaço como um lugar de fronteiras e contrastes. Essa característica se aprofundou ainda mais com o passar dos anos.

No bairro vizinho da Ponta D'Areia e na região da Lagoa da Jansen o número de habitantes também aumentava. Nas palafitas ou à beira-mar, as famílias de pescadores ocupavam o espaço que atraía também as iniciativas do planejamento urbano e alguns grandes investimentos, como o Tropical Hotel Ponta D'Areia, que tem suas obras iniciadas por volta de 1975. A necessidade desses empreendimentos seria, segundo nota publicada no jornal *O Estado do Maranhão*, o crescimento da importância turística da cidade, além da presença do complexo siderúrgico do Itaqui, cujo movimento de exportações por meio do Porto do Itaqui traz não só a necessidade dos serviços do setor hoteleiro, como novos investimentos para a cidade em diversas outras áreas.⁴

Entretanto, a urbanização e os serviços de infraestrutura na Ponta D'Areia eram ainda precários. Em um breve texto publicado no jornal *O Estado do Maranhão* em novembro de 1974 são cobrados do então prefeito Haroldo Tavares, o acompanhamento mais próximo e a resolução de alguns problemas no bairro que, já naquela época, era chamado de “filé mignon” da cidade de São Luís. Entre os problemas que deveriam ser sanados estavam a má qualidade do asfaltamento, a ausência de rede de esgotamento, as deficiências no abastecimento de água e no fornecimento de energia, além da ausência de meio-fio nas vias, o que viria a causar maiores transtornos com a chegada da época de chuvas. O texto publicado segue reclamando providências e relembra o antigo modo de vida do lugar:

Já não é sem tempo que se vá de logo amurando e plantando algumas árvores frutíferas, para que quando chegarem as habitações o bairro já esteja sombreado, saudável e arejado.

Achamos que se a urbanização da ponta D'Areia não tiver os cuidados e o ritmo de trabalho prometido, reiteradas vezes por sua Sia, todo o mérito de seu idealizador cairá por terra e só servirá para a exploração de vendas de terrenos.

É bom que se lembre que as desapropriações havidas na Ponta D'Areia custaram muitas lágrimas de pessoas humildes, que nasceram e se criaram naquela antiga praia pesqueira. Não sendo justo portanto que agora fique relegada à exploração dos poderosos, se bem que muitos deles assim hão de proceder obrigados pelas circunstâncias.

Chamamos a atenção da Surcap⁵ para a responsabilidade que cairá sobre os ombros dos seus administradores se o asfaltamento for feito antes, da água e do meio-fio. O dinheiro da Surcap não é de ninguém: é do povo que contribui com a maior parcela, de todos os modos, portanto tem que ser bem administrado, sob pena de má aplicação ser denunciada a quem de direito. Não estamos ameaçando ninguém, apenas advertindo, para que não se faça o asfaltamento para depois ser arrebetado e novamente asfaltado.⁶

De forma geral, o mesmo modo de vida que havia no São Francisco antes da ponte estava presente na Ponta D'Areia e da mesma forma, no planejamento dos dois bairros, para que se concretizassem as intervenções propostas, os lugares foram marcados como ‘vazios’ e os moradores e suas atividades usuais, como a pesca, foram desconsiderados. Entretanto, mais de dez anos

⁴ O ESTADO DO MARANHÃO, Começam a surgir novos hotéis, 19/11/1974, p. 8.

⁵ Sociedade de Melhoramentos Urbanos da Capital — S.A.

⁶ O ESTADO DO MARANHÃO, Fora de série: Ponta D'Areia, 30/11/1974, sessão Informação, p. 7.

depois, os usos e a ocupação de partes da Ponta D’Areia e do São Francisco demonstravam ainda muitas semelhanças com esse modo de vida do passado.

Na década de 1980 e no início dos anos 1990, a ocupação da área que hoje é a Ilhinha teve início, expandiu e consolidou-se, ocupando boa parte do espaço do São Francisco e tornando mais evidente o contraste entre duas realidades distintas: a dos mais ricos, moradores do Basa, e a dos mais pobres, moradores da Ilhinha e Morro. Assim, a disputa pelo uso dos espaços se tornou um ponto em comum entre os espaços do São Francisco e da Ponta D’Areia. De um lado a moradia e o trabalho da população pobre, do outro os interesses imobiliários, os investimentos no turismo e os conjuntos residenciais das classes média e alta.

Toda a região do São Francisco, da praia e da Lagoa da Jansen vinha sendo ocupada com mais intensidade por uma população que só crescia nos anos 1980. Essa ocupação e o uso dos espaços dos bairros se dava não só pela moradia em palafitas ou pela prática da pesca, mas também pelas atividades de lazer. Bares e restaurantes se espalhavam cada vez mais pela Praia da Ponta D’Areia, coincidindo com o início de um importante movimento cultural em São Luís: as festas e radiolas de reggae.

Por outro lado, as opiniões veiculadas nos jornais do fim dos anos 1980 e início da década de 1990, retratavam a Ponta D’Areia como espaço decadente. Infrações de trânsito frequentes, a ausência de salva-vidas em serviço, a ocupação da faixa de areia por bares e restaurantes e a poluição consequente dessa ocupação, a falta de passeios públicos adequados e a erosão das vias causada pela maré foram alguns dos fatores listados por um artigo do *Diário do Norte* de outubro de 1986 como responsáveis pela “desfiguração” da Ponta D’Areia. No mesmo artigo, a fala de um dos proprietários dos bares da praia afirma que, em dias de domingo, o movimento de pessoas e veículos no local é tão intenso que dificulta a circulação e resulta em acidentes. A erosão pela maré chegava a impossibilitar o acesso a algumas partes do bairro, o que permaneceu sendo uma questão até a segunda metade dos anos 2000, quando a construção do Espigão Costeiro⁷ modificou a dinâmica da maré e da areia no lugar. O artigo de jornal aponta o desemprego em massa como causa da grande concentração de barracas, onde funcionam bares e restaurantes, na areia da praia. A alternativa encontrada pelas pessoas “na busca de um ganha-pão” foi confrontada naquela época pela Capitania dos Portos, que decidiu por “deixar funcionando apenas as barracas dos distribuidores de bebidas como Brahma, Antártica e Cerma”. A resposta de um dos donos de barraca do lugar à essa decisão continua muito atual. O homem questiona: “como é que pode isto? Quer dizer, apenas as fábricas podem ficar aqui e nós, os trabalhadores desempregados, que precisamos realmente disto vamos ser expulsos apenas para a praia ficar mais bonita”.

Ainda em 1986 estavam no início as obras no Igarapé da Jansen com o intuito de possibilitar a construção da avenida que hoje liga o São Francisco e a Ponta D’Areia⁸ e que na época era uma estrada de piçarra, insegura e sem iluminação pública, onde aconteciam muitos homicídios pelo estado de abandono do lugar e pela falta de iluminação pública.⁹ A interrupção do igarapé ocasionou impactos ambientais muito sérios. A área que hoje é a Lagoa da Jansen era, na verdade,

⁷ O Espigão Costeiro é um molhe de cerca de 500 metros de extensão. Uma estrutura de pedras e blocos estruturais que cumpre a função de conter em parte e desviar o fluxo da maré, aumentando a faixa de areia e amenizando o processo de erosão na orla. A estrutura foi finalizada em 2014 e se tornou um ponto turístico de São Luís, com as praças e passeios construídos em seguida no entorno.

⁸ DIÁRIO DO NORTE, Ponta D’Areia: o descaso da prefeitura é a desgraça de todo o bairro, 02/10/1986, caderno Bairro, p. 16.

⁹ Entrevista número 4, concedida em 14 de fevereiro de 2019, na Ilhinha.

uma área alagadiça de manguezal sujeita à influência das marés e cujo equilíbrio dependia dessa ligação com o mar. Com a falta de comunicação entre as águas do mar e da lagoa que se formou, boa parte da vegetação de mangue foi extinguida. Contudo, algumas espécies de peixes sobreviveram e serviam de sustento para as quase seiscentas famílias que moravam nas palafitas da região. Nas águas contaminadas por esgoto doméstico, esses pescadores chegavam a apanhar uma tonelada de peixes por dia e comercializavam os pescados na periferia de São Luís, ocultando sua origem ou dizendo serem peixes provenientes dos municípios de Raposa e São José de Ribamar.¹⁰

Já no início da década de 1990, o então prefeito Jackson Lago iniciava um projeto de recuperação da área da lagoa que incluía também a construção de unidades habitacionais para as famílias que residiam nas palafitas, o Residencial Ana Jansen. A primeira fase do projeto tinha como principal intuito a construção de comportas para permitir a comunicação com o mar e reparar os danos ambientais causados anteriormente, evitando as mudanças bruscas que ocorriam na salinidade da lagoa em períodos de chuvas e de estiagem. Em segundo lugar, urbanizar o entorno da lagoa e em uma terceira etapa estava prevista a relocação dos moradores.¹¹

Em dezembro de 1991 as comportas ficariam prontas e estavam previstas ainda obras relacionadas ao abastecimento de água na Ponta D'Areia. Até abril de 1991, eram 428 famílias vivendo sobre as águas da lagoa e 149 às margens, totalizando por volta de três mil habitantes que seriam transferidos para três terrenos na Ilhinha e no São Francisco pela prefeitura.¹²

A discrepância entre realidades fronteiriças foi se aprofundando com o tempo e com o surgimento de outras ocupações nas margens do Rio Anil e do mar. Em 1992 o Conjunto Residencial Ana Jansen terminou de ser construído e passou a ser o local de moradia das famílias da Lagoa da Jansen. Contudo, a quantidade de novas moradias não foi suficiente para contemplar todos os moradores das palafitas, que naquele ano já chegavam a três mil e duzentas pessoas.¹³

Bem próximo ao Residencial Ana Jansen, a Vila Jumento e a Vila Maruim surgem, por volta de 2005, sobre aterros feitos pelos próprios moradores na área junto ao mar. O espaço é ocupado por currais para os animais de carga, uma área onde se produz carvão, bares, restaurantes e moradias de alvenaria que chegam até três pavimentos, além das palafitas. Em 2016, havia cerca de duzentos moradores e sessenta moradias.¹⁴

Mais adiante, na mesma avenida e mais próximo à Lagoa da Jansen, se localiza a Portelinha, comunidade de palafitas e algumas poucas casas de alvenaria em terra firme, fundada em 2008 e que até o ano de 2015 contava com quase quatrocentas moradias.¹⁵

Atualmente, o movimento de pessoas na parte de baixo do São Francisco, assim como a oferta de serviços e a variedade do comércio são muito expressivos. A diversidade de usos e formas de ocupar o espaço é grande e é visível que os moradores dessas áreas frequentam bastante os espaços públicos do bairro como a Praça Botafogo, por exemplo. Na Ilhinha, segundo os moradores entrevistados na pesquisa de campo, toda essa oferta de serviços e as muitas oportunidades de trabalho resultam no alto valor dos imóveis.

¹⁰ O IMPARCIAL, Lagoa revisitada., 22/06/1991, caderno Política, p. 3.

¹¹ O IMPARCIAL, Moradores da Lagoa não acreditam na obra, 23/06/1991, caderno Cidade, p. 7.

¹² O ESTADO DO MARANHÃO, 09/07/1991, caderno Cidade, p. 9.

¹³ RIO BRANCO, *Política e gestão ambiental em áreas protegidas em São Luís – Maranhão*, 2012, pp. 158, 2019–221.

¹⁴ BOGÉA, *Habitação de interesse social para a Vila Jumento*, 2016, pp. 59, 61.

¹⁵ AIRES et al., *Miséria e maré*, 2015, s.p.

Aqui tem casa de 250 mil... O grande problema é documentação, mas o que é cobrado é isso. Você não compra uma casa com 50 mil reais, [...] porque aqui, tá sem ônibus, deu uma greve, você atravessa a ponte tá no Centro. Se você quiser comprar essa casa aqui, a gente não vende! Pra você ver, o moço bem ali tá pedindo 180 mil na casa dele, pra você ver.¹⁶

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, o número de domicílios particulares permanentes na Ilhinha chegava aos 1.119, com uma densidade demográfica de cerca de 13 mil habitantes por quilômetro quadrado. Em termos de renda, a maioria dos habitantes da Ilhinha recebia até dois salários mínimos. A título de comparação, cerca de 15% dos habitantes da Ponta D'Areia recebiam acima de vinte salários mínimos.¹⁷



Figura 32: Erosão causada pela maré em uma das vias próximas à Praia da Ponta D'Areia. Reportagem "Ponta D'Areia: o descaso da prefeitura é a desgraça de todo o bairro" no jornal *Diário do Norte*, 02/10/1986. Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite, consultado em fevereiro de 2020.

¹⁶ Entrevista número 4, concedida por José em 14 de fevereiro de 2019, na Ilhinha.

¹⁷ IBGE, Censo demográfico, 2010.



Figura 33: No bairro da Ponta D'Areia a presença de animais soltos podia ser associada ao trabalho dos carroceiros e mesmo à criação de animais para consumo próprio das famílias. Até hoje são vistos bois, vacas, cavalos, burros e jumentos em terrenos baldios, nas margens do mar e pelas ruas do bairro do São Francisco. Na Ponta D'Areia, atualmente, já não é possível vê-los com tanta frequência, mas ainda assim há alguns currais improvisados e animais que pastam em terrenos vagos e na área de mangue. Reportagem "Ponta D'Areia: o descaso da prefeitura é a desgraça de todo o bairro" no jornal Diário do Norte, 02/10/1986. Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite, consultado em fevereiro de 2020.



Figura 34: Palafitas sobre as águas da Lagoa da Jansen por volta de 1992. Fonte: RIO BRANCO, *Política e gestão ambiental em áreas protegidas em São Luís — Maranhão: o Parque Ecológico da Lagoa da Jansen*, 2012.



Os invasores cuidam de construir seu próprio Promorar

Figura 35: No local onde seriam construídas as unidades habitacionais que serviriam de moradia para as famílias das palafitas da Lagoa da Jansen (figura 34, p. 98), as obras da então Avenida Litorânea e atual Avenida Ferreira Gullar tiveram início e, segundo a reportagem "Ponta D'Areia: o descaso da prefeitura é a desgraça de todo o bairro", do jornal Diário do Norte de 02/10/1986, os moradores resolveram ocupar o espaço onde ocorriam as obras pois apostavam na "estagnação da via circundando as praias" e formaram uma "grande favela" como alternativa à promessa de moradias até então não cumprida pela prefeitura municipal. Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite, consultado em fevereiro de 2020.



Palafitados da Lagoa não acreditam em obra de saneamento do governo

Figura 36: Casas e passarelas sobre as águas da Lagoa da Jansen. Reportagem “Moradores da Lagoa não acreditam na obra”, do jornal O Imparcial de 23/06/1991, caderno Cidade, p. 7. Nessa época iniciavam-se as discussões sobre a urbanização e recuperação dos danos ambientais na região. Fonte: acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite, consultado em fevereiro de 2020.



Figura 37: O cantor jamaicano de reggae Gregory Isaacs (Kingston, 1950 – Londres, 2010), um dos mais célebres entre os artistas do mesmo gênero, posa em frente ao Praia Mar Hotel na Praia da Ponta D’Areia. O cantor estava em São Luís para um show que faria no Centro e a sua presença na cidade confirma o quão importante e quão crescente era o movimento em torno da música reggae em São Luís nas décadas de 1980 e 1990, sendo a Ponta D’Areia um local tanto de atratividade turística (pois foi o bairro escolhido para hospedar a figura ilustre), quanto de relação próxima com o movimento regueiro da cidade. Nessa ocasião, Gregory Isaacs visitou o bar Toque de Amor (figura 42, p. 128) que aos fins de semana lotava a praia. Reportagem “Isaacs aguarda show com banda em SL”, do jornal *O Estado do Maranhão*, 06/08/1991, caderno Alternativo. Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite, consultado em fevereiro de 2020.

4.2 Privilégios de classe e exclusão

O São Francisco é uma amostra das disparidades existentes na cidade de São Luís, onde a desigualdade socioeconômica e os contrastes sociais são grandes. Em 2010, cerca 38% da população da cidade era considerada pobre, com um rendimento domiciliar per capita inferior a meio salário mínimo, na época, de R\$255,00. O litoral era a área da cidade que concentrava a maior renda domiciliar, atingindo os quatro mil reais per capita, e o São Francisco se encontrava na área com maior desigualdade de renda, atingindo 0,693 pontos no índice de Gini.¹⁸ Na região do São Francisco, cerca de 41% da população se encontrava na linha de pobreza ou abaixo dela.¹⁹

¹⁸ O estudo do qual provém essas informações considera como São Francisco uma área que engloba os bairros São Francisco, Ilhinha, Jaracaty, Santa Eulália/Vila Independente e Renascença, com uma população de cerca de 45 mil habitantes no total, sendo aproximadamente 47% dessa população residente no São Francisco e na Ilhinha. Os dados são do Censo IBGE 2010. O índice de Gini mede a diferença entre a renda dos mais pobres e a dos mais ricos em determinado grupo ou área, variando de zero, situação de completa igualdade na distribuição da renda, a um, o outro extremo, onde uma só pessoa detém toda a renda do grupo em questão.

¹⁹ SÃO LUÍS, Implantação da gestão estratégica para resultados na Prefeitura de São Luís, 2013, pp. 27–30.

O conjunto Basa, no bairro, é a porção do espaço onde habita a classe média, inexpressiva em termos de população quando comparada ao restante da população que habita o entorno. Dessa convivência partem opiniões e colocações dos entrevistados da pesquisa de campo que reproduzem não só os preconceitos, estigmas e estereótipos associados aos mais pobres, como também a própria autopercepção dessas pessoas e de sua classe social.

Segundo o sociólogo Jessé Souza, a classe média tem sua origem associada à noção do trabalho como medida do valor individual e na “individualidade como espaço subjetivo, mas concentrada na transformação da realidade exterior por meio do trabalho”.²⁰ Dessa forma, não mais a descendência familiar e os privilégios de nascimento, típicos da elite, seriam a medida do valor de cada indivíduo. Essas noções participam na determinação e distinção daqueles que têm direitos na sociedade e de quais justificativas são tidas como válidas. Dessa moralidade social dominante provém tanto o sentido que os indivíduos têm de si próprios, quanto o valor que atribuem aos outros, como por exemplo quem deve ser evitado nas ruas, quem deve ser ouvido e quem deve ser silenciado, com quem devemos estabelecer relações duradouras.²¹

Além do trabalho útil cotidiano, outra fonte moral, de origem histórica, citada pelo autor é o que ele chama de “expressivismo” ou “ética de autenticidade”. “Além de produtivo, todo ser humano ‘deve’ ser também consciente dos sentimentos e emoções que o tornam diferente dos outros”.²² Tanto essa ideia de autenticidade, quanto a de dignidade centrada no trabalho útil têm fundamento na mensagem religiosa ocidental e se constroem a partir da concepção do “indivíduo enquanto consciência moral”.²³ Ambas servem muito bem à discriminação e à meritocracia, na medida que os indivíduos tidos como improdutivos ou sem distinção são excluídos e vistos como inferiores na hierarquia social.

Souza escreve que o princípio do que viria a ser a moderna classe média é a figura do agregado em meados do século XIX. Esses indivíduos eram os primeiros representantes de uma classe intermediária entre proprietários, senhores de terras e engenhos, e despossuídos, pessoas escravizadas e trabalhadores livres pobres. A base da relação entre esses indivíduos e as elites dominantes era o pressuposto de que, entre senhor e dependente, “o escravo trabalha para ambos”. A pessoa escravizada é aquele em relação à qual mesmo o dependente desvalido do senhor pode ter alguma distinção e sentimento de superioridade.²⁴

Tendo garantida a superioridade pela relação de trabalho, a dominação e distinção do agregado passam a ser justificadas também pelo domínio de certo conhecimento. “O conhecimento útil e de prestígio vai ser o único capital ao alcance daqueles que não são proprietários. [...] Assim começa a se construir uma classe que, não sendo proprietária, também não é despossuída.”²⁵

Já no século XIX, com a modernização brasileira impulsionada por forças externas, duas formas de distinção social independentes de propriedade econômica são estabelecidas: de um lado o conhecimento técnico útil para a mecanização; do outro lado, o conhecimento humanístico, ou pragmático. Ambas formas superiores ao mero emprego de força física, ainda que a primeira tenha menos valor que a segunda, que resta aos excluídos e desqualificados socialmente, em tarefas que mais tarde serão continuidade do escravismo, ainda que “sob novas máscaras”,

²⁰ SOUZA, *A classe média no espelho*, 2018, cap. 1, A moralidade da classe média, p. 32.

²¹ *Ibidem*, p. 36.

²² *Ibidem*, p. 37.

²³ *Ibidem*, p. 38.

²⁴ SOUZA, *A classe média no espelho*, 2018, cap. 2, A construção da classe média brasileira, p. 70.

²⁵ *Ibidem*, p. 76.

como o trabalho doméstico, por exemplo. Dessa forma, o conhecimento incorporado, ainda que pequeno, é a principal característica de distinção entre o que Souza chama de “ralé brasileira” e a classe dos “batalhadores”.²⁶

Com o capitalismo industrial vem também o racismo científico e a tentativa de embranquecimento da população pelos imigrantes europeus. As pessoas em situação de maior vulnerabilidade social e econômica, em grande número pessoas negras, formam então a ralé que não se inclui na sociedade capitalista a não ser para a exploração continuada. Antes, se lhes era dificultado o acesso à terra — e não deixa de ser, haja vista que restam a essas pessoas os espaços da periferia, a infraestrutura precária e a segregação — agora mais determinante é a dificuldade de acesso ao conhecimento, que se torna o “recurso mais importante das classes não proprietárias”. “Ainda que as pessoas não sejam mais separadas pela cor da pele desde o berço para serem senhores ou escravos, elas são separadas por processos invisíveis que produzem efeitos semelhantes”.²⁷

Para se compreender por que existem classes positivamente privilegiadas, por um lado, e classes negativamente privilegiadas, por outro, é necessário perceber como os ‘capitais impessoais’ que constituem toda hierarquia social e permitem a reprodução da sociedade moderna, o capital cultural e o capital econômico, são também diferencialmente apropriados. O capital cultural, sob a forma de conhecimento técnico e escolar, é fundamental para a reprodução tanto do mercado quanto do Estado modernos. É essa circunstância que torna as classes médias, constituídas historicamente pela apropriação diferencial do capital cultural, uma das classes dominantes desse tipo de sociedade. [...] O processo de modernização brasileiro [...] constitui também uma classe inteira de indivíduos não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, esse é o aspecto fundamental, das condições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação.²⁸

A ralé estrutural brasileira compõe cerca de um terço da população do país. Pessoas que se encontram abaixo dos princípios de dignidade e do expressivismo, segundo Souza, situação que lhes impõe o não reconhecimento, o desprezo e a exploração pelas demais classes da nossa sociedade. São as pessoas da ralé as mais temidas e perseguidas como “delinquentes ou delinquentes potenciais”, pois por serem entendidas como corpos, apenas, “essa classe desprezada é vista como tendencialmente perigosa e como assunto da ‘polícia’, e não da ‘política’”.²⁹

A classe dos batalhadores, por sua vez, é produto das transformações mais recentes do capitalismo mundial e se situa entre a ralé e as classes média e alta brasileiras. “Emergentes que dinamizaram o capitalismo brasileiro na última década”, os batalhadores se incluem no sistema econômico como força produtiva e também como consumidores de bens e serviços que antes eram exclusividade das classes mais altas.³⁰ Essa classe não participa do “jogo da distinção” característico das classes média e alta.

Geralmente essas pessoas permanecem em seus locais de origem, ainda que ganhem mais recursos econômicos, e não têm acesso ao capital cultural da mesma forma que a classe média. Entretanto têm um capital muito singular, que Souza chama de “capital familiar”. Trata-se de

²⁶ SOUZA, *A classe média no espelho*, 2018, cap. 2, A construção da classe média brasileira, pp. 77, 78.

²⁷ *Ibidem*, pp. 79–81.

²⁸ SOUZA, *Os batalhadores brasileiros*, 2012, Introdução: uma nova classe trabalhadora brasileira?, p. 25.

²⁹ SOUZA, *A ralé brasileira*, 2011, cap. 6, Como é possível perceber o Brasil contemporâneo de modo novo?, p. 122.

³⁰ SOUZA, *Os batalhadores brasileiros*, 2012, Introdução: uma nova classe trabalhadora brasileira?, p. 26.

uma estrutura familiar mais estável que a da ralé e que, mesmo que não transmita privilégios para os filhos, como o fazem as classes superiores na hierarquia social, permite a resistência às muitas horas de jornada de trabalho, frequentemente conciliadas com estudos, e a incorporação dos valores associados ao “trabalho duro e continuado”. Os filhos dos batalhadores não podem se dedicar somente aos estudos, como os filhos da classe média, mas ainda assim conseguem algum conhecimento útil e chegam até mesmo ao ensino superior.

4.3 Nós e eles

Na década de 1980, a convivência entre *nós* da classe média era, de acordo com Laura e Graça, a melhor possível, e o espaço das ruas era usado e compartilhado especialmente pelos jovens, na ocasião de comemorações, jogos e brincadeiras. Contudo, a relação com *eles*, os moradores do Morro e da Ilhinha, é motivo de discordância entre as duas mulheres.

Laura afirma que na convivência havia uma separação de acordo com o local de moradia. Sobre o Morro, ela diz que *aquilo ali já era mais assim*, inferindo a diferenciação e o distanciamento. Logo em seguida, porém, Graça faz uma correção, dizendo que, *mesmo assim, os filhos desse pessoal participavam de tudo*. Laura, então, pondera sobre a época em que as diferenças das classes sociais começaram a ter mais relevância no convívio, no entanto, sem chegar a uma conclusão, e concorda com Graça, narrando um episódio no qual o filho de uma das moradoras do Basa empresta os tênis do irmão para um garoto morador do Morro. Laura termina de contar a história afirmando que a convivência era maravilhosa e que *não tinha esse negócio de classe social não, juntava tudo*.³¹

Mesmo com as discordâncias e incertezas quanto à separação dos moradores no São Francisco de acordo com suas classes sociais, expressões como ‘esse pessoal do Morro’, ou ‘aquilo ali’, denotam a junção de todos *eles* em um grupo homogêneo e em oposição a *nós*. Mesmo a minha participação na entrevista, quando pergunto se ‘o pessoal do Morro e da Ilhinha’ estava excluído dessa convivência, já assume que partilho dessa visão. Fica claro que, para nós, Graça, Laura e eu, acima de tudo e antes de qualquer coisa, a relação entre Ilhinha, Morro e São Francisco é baseada nas diferenças entre as classes sociais.

Nas décadas de 1970 e 1980 as pessoas do Morro e da Ilhinha eram vizinhos com os quais os moradores do Basa tinham certo convívio, como no episódio do incêndio, narrado por Laura, em que ela conta que cedeu espaço em casa para alguns moradores do Morro passarem a noite. Ou na história sobre os tênis emprestados ao menino que jogava futebol junto com os garotos do Basa.³² Hoje são pessoas com as quais não se quer nenhum contato.

Um pensamento comum é o de que a Ilhinha seria responsável pela estagnação do desenvolvimento no bairro: [o São Francisco] *quebrou, não teve assim grande elevação. [...] Teve uma época que até aumentou assim de construção, disso, daquilo, mas depois caiu muito. Mudou muito, a avenida ali quase faliu*.³³ Mas, principalmente, a Ilhinha é tida como responsável pela insegurança generalizada, tanto que, na segunda metade dos anos 2000, já era consenso entre

³¹ Entrevista número 11, concedida em 11 de dezembro de 2019, no Conjunto Basa, São Francisco.

³² Entrevista número 11, concedida em 11 de dezembro de 2019, no São Francisco.

³³ Entrevista número 13, concedida por Bento em 12 de dezembro de 2019, na Rua Coronel Chaves, São Francisco.

os moradores do Basa que a chegada das pessoas da Ilhinha teria trazido uma onda de arrombamentos, roubos e assaltos, e acabado com o sossego de todos.

Para falar da relação das pessoas com seu espaço de moradia e com os seus vizinhos, especialmente nos termos que os moradores do Basa colocam a discussão, torna-se necessário falar de classes sociais, das relações entre elas e dos privilégios inerentes e reproduzidos por essas relações. Conhecer a trajetória de vida das pessoas, por sua vez, é uma forma de entender no que se baseiam as classes sociais e, conseqüentemente, compreender que classe social é “antes de tudo, reprodução de privilégios”.³⁴ As trajetórias de vida dos meus interlocutores na pesquisa de campo se assemelham, em alguns casos, pela origem das pessoas. A maioria veio do interior para São Luís e tem famílias que exerciam atividades relacionadas ao campo. Contudo, as semelhanças se resumem a isso. O acesso aos estudos e à formação profissional, bem como a capacidade de proporcionar o mesmo aos filhos, são muito díspares entre os moradores do São Francisco e da Ilhinha.

A classe média brasileira é o “suporte social” mais importante do que Souza chama de “liberalismo vira-lata” o que fundamenta a construção e reprodução dos privilégios de classe por meio da apropriação de recursos culturais, justificada e invisibilizada pela crença na meritocracia.³⁵ Num momento histórico em que o padrão torna-se cada vez mais “abstrato, invisível e imaterial”, como é este do capitalismo financeiro, o “indivíduo torna-se, em seu âmbito interno e pessoal, o local da luta de classes”.³⁶ Isso se reflete, por exemplo, no fato de a classe média do Basa atribuir a culpa pela violência no São Francisco aos moradores da Ilhinha, como indivíduos, ignorando as relações sociais que impõem a esses indivíduos o pertencimento às classes que Jessé Souza denomina “batalhadores brasileiros” e “ralé brasileira”.

Francisco e Rosa, por exemplo, são donos de seu próprio negócio. Dos sete filhos e três netos criados por eles, poucos moram ainda no São Francisco e todos tiveram acesso ao ensino superior. Graça teve acesso ao ensino técnico e trabalhou em um cargo público até se aposentar. Ela também já teve um negócio próprio, um comércio pequeno ali mesmo no Basa. Seus filhos e netos têm ensino superior completo.

A realidade é outra para as famílias dos moradores da Ilhinha, que permanecem habitando o mesmo espaço. Eles não tiveram acesso ao ensino mais especializado, ou empregos mais estáveis, como os cargos públicos ocupados pelos moradores do Basa, mas conseguiram melhorar seu padrão de vida ao longo do tempo e possibilitar o estudo de alguns membros da família, que passaram a ter empregos formalizados e mesmo formação superior, como Marcelo, filho de Nonato e graduado em História pela Ufma. Marcelo mora bem próximo ao pai, tio e primos, no Conjunto Residencial Ana Jansen, na Avenida Ferreira Gullar e atualmente não exerce a profissão de historiador, trabalha como vendedor em uma loja de telefonia.

Raimundo, por sua vez, tem uma história de vida bastante singular. Morador do Morro, nasceu no interior e veio para São Luís trabalhar e estudar. Concluiu um curso técnico de contabilidade e após algumas décadas como empregado em uma sapataria no Centro, bairro onde ele morava, ganhou do patrão uma casa no Morro e passou a ser dono da sua própria loja de sapatos, um comércio pequeno na Rua Coronel Chaves.

³⁴ SOUZA, *A classe média no espelho*, 2018, Introdução, p. 14.

³⁵ SOUZA, *A classe média no espelho*, 2018, cap. 3, Trajetórias de vida, pp. 224–225.

³⁶ *Ibidem*, p. 227.

Na modernidade brasileira, que tem por característica principal ser excludente, toda a noção de respeito e reconhecimento social está calcada no trabalho considerado útil e produtivo.³⁷ O trabalhador, portanto, ao contrário da ralé, é “reconhecido como membro útil à sociedade e pode criar uma narrativa de sucesso relativo para sua trajetória pessoal.”³⁸

Essa oposição e a relação conflituosa entre as classes média e baixa no São Francisco é ilustrada pela experiência de um clube de reggae localizado no bairro, o Espaço Aberto. Na década de 1980, quando a ocupação da Ilhinha começava a acontecer, a relação das pessoas com o espaço de natureza do São Francisco e do bairro vizinho da Ponta D’Areia, as praias, os mangues, as salinas ou areais, era pautada nas atividades de pesca e pela liberdade de ir e vir, de usar o espaço para convivência e lazer. Como já foi descrito anteriormente, nos dois bairros o crescimento da população mais pobre vinha acompanhado do surgimento de bares e barracas na praia e coincidiu com o surgimento das radiolas e salões de reggae, movimento que ganhou mais força nas comunidades de palafitas, periferias e bairros pobres de São Luís.³⁹ No São Francisco, assim como na Ponta D’Areia, esse movimento acontecia nas áreas próximas ao mangue, como o local onde ficava o Espaço Aberto, ou na praia, como o Praia Reggae Clube, que movimentava um público de mil pessoas aos finais de semana, e o Toque de Amor, que abriu as portas por volta de 1986.⁴⁰

A afinidade com o ritmo jamaicano era, sobretudo, por parte da população negra e pobre, e no São Francisco, bairro tido como nobre naquela época, a presença de um salão de reggae passou a incomodar e causar controvérsias, pela concentração de uma grande quantidade dessas pessoas, vindas também de outros bairros da cidade, nos finais de semana.

Outro salão antigo, que goza de muito prestígio entre os regueiros da Ilha, é o Espaço Aberto no bairro São Francisco, [...] Esse clube fica localizado num bairro considerado ‘área nobre’ da cidade, uma região próxima ao Centro, onde residem, em espaços fronteiriços, tanto população de classe média alta, quanto população de baixa renda, vivendo em condições bastante precárias. A parte pobre do bairro é formada por ocupações e palafitas, é a parte mais antiga, em local de difícil acesso. Nessa região está localizado o clube Espaço Aberto.⁴¹

Entretanto, após algum tempo, a população branca de classe média também passou a frequentar o clube, o que causou fortes reações na ‘massa regueira’. Os frequentadores usuais, pretos e pobres, viam essa presença como descaracterização do reggae e afirmavam se sentirem intimidados, temendo perder um dos poucos espaços de lazer acessíveis a eles.⁴²

Por outro lado, a presença da classe média branca no Espaço Aberto contribuiu para a popularização do ritmo entre outros setores da sociedade e para a diminuição do preconceito que envolvia não só a música, como também os salões e as radiolas. No entanto, pouco ajudou na diminuição do racismo e da violência sofrida pelos frequentadores.

³⁷ SOUZA, *A ralé brasileira*, 2011, cap. 6, Como é possível perceber o Brasil contemporâneo de modo novo?, p. 118.

³⁸ SOUZA, *Os batalhadores brasileiros*, 2012, Introdução: uma nova classe trabalhadora brasileira?, p. 52.

³⁹ Silva, *Da Terra das Primaveras à Ilha do Amor*, 1991, p. 72.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 70.

⁴¹ *Ibidem*, p. 75.

⁴² *Ibidem*, p. 75.

A controvérsia envolvendo o Espaço Aberto culminou num episódio de violência policial e racismo, em novembro de 1989, considerado “uma das mais violentas ações de discriminação registradas na história do reggae em São Luís”. Era uma sexta-feira, dia de maior movimento do clube que ganhava cada vez mais notoriedade na cidade (tanto que anos mais tarde, em 1991, já marcava um público de oitocentas pessoas nesse dia da semana), quando um grupo de cerca de cem policiais armados adentrou o espaço agredindo os frequentadores.

Segundo declarações de algumas pessoas brancas que estavam presentes no clube naquele momento, eles não foram molestados. Alguns declararam que foram tratados ‘até educadamente’ pelos policiais, que lhes pediam, ‘por favor, saiam do recinto’, e nas mesas onde só havia negros, todos eram agredidos com violência.⁴³

Nesse contexto, a naturalização dos privilégios de classe, a incompreensão dos fatores envolvidos na construção desses privilégios na sociedade e a crença no mérito próprio como maneira de obter o crescimento individual e uma trajetória de sucesso, fazem a dominação dos recursos culturais e econômicos ser entendida como um “talento natural”. Aí reside a violência simbólica continuada. A “naturalidade dos ‘bons modos’, da ‘boa fala’ e dos ‘bons comportamentos’ passa a ser percebida como mérito individual, pelo esquecimento do processo lento e custoso, típico da socialização familiar, que é peculiar a cada classe social específica”.⁴⁴

É comumente chamado de violência somente aquilo que aparece espetacularizado pela televisão e jornais, os tiros, as mortes, as balas perdidas.⁴⁵ Numa estrutura de classes que naturaliza os privilégios e restringe dessa forma o conceito de violência, perde-se de vista as opressões e as relações de poder que legitimam e fazem perdurar essa mesma estrutura. Despejos, racismo, preconceito de classe, exclusão social, exploração, moradias insalubres e falta de infraestrutura são violências pouco reconhecidas. Entre elas, uma se torna ainda mais dissimulada.

O preconceito de classe é ocultado e não permite defesa, pois “nunca se assume enquanto tal”. Ainda que a linguagem corporal, por exemplo, funcione como um “tradutor universal” da posição ocupada pelo indivíduo na hierarquia da sociedade, a negação e repressão da distinção social pelo pressuposto de que o mundo moderno teria superado os privilégios de origem familiar, em função do mérito pessoal,⁴⁶ faz com que nem bem as classes dominantes sejam marcadas em seus lugares de privilégio, nem as classes excluídas e subalternizadas sejam entendidas como posições muitas vezes imobilizadoras dos indivíduos que nela se encontram, os quais são culpabilizados pessoal e individualmente pela própria situação de vulnerabilidade.

Episódios como esse ocorrido no Espaço Aberto são as últimas consequências, ou as mais explícitas de algo já naturalizado pelas pessoas. O preconceito racial e o preconceito de classe, permanece no cotidiano do bairro e na relação entre moradores das diferentes partes do espaço. O estigma de violência e miséria associado às populações da Ilhinha e do Morro repercute no uso e nas disputas pelo espaço das ruas e praças do São Francisco. Os mais ricos se incomodam com a presença dos mais pobres e evitam usar as ruas pela rejeição ao compartilhamento desse espaço e pela sensação de insegurança associada à presença dessas pessoas no bairro.

⁴³ SILVA, Da Terra das Primaveras à Ilha do Amor, 1991, p. 76.

⁴⁴ Ibidem, p. 49.

⁴⁵ SOUZA, *A ralé brasileira*, 2011, cap. 5, Os limites do politicamente correto, p. 98.

⁴⁶ SOUZA, *Os batalhadores brasileiros*, 2012, Introdução: uma nova classe trabalhadora brasileira?, p. 49.

Elias demonstra muito bem como a Ilhinha é percebida pelas pessoas que não moram lá. Pela imagem de violento e inseguro, o bairro não é acessado pela maior parte das pessoas, que se recusam a passar por lá, deixar pessoas perto, circular pelas ruas. E o senso comum sobre o bairro é contrariado pela experiência no lugar, como relata Elias: *Aí tem casas boas, tudo... essas coisas a pessoa até pensa que não tem ali. Totalmente diferente, urbanizada, tudo bonitinho. Porque perigo tem em qualquer lugar, né?*⁴⁷ A mesma coisa com a má fama do Morro. Ele faz questão de quebrar esses estereótipos quando participa das procissões da igreja e com isso celebra o direito de ir e vir, alheio aos impedimentos e constrangimentos fundados no senso-comum acerca dos espaços dos bairros.

4.4 O estigma em números

A percepção da violência no São Francisco e em São Luís, que gera precauções como o a instalação de aparatos de segurança residencial e pauta a relação das pessoas com o espaço e com os demais moradores, importa mais para a discussão que pretendo trazer neste texto do que os fatos e dados de segurança pública. O intuito não é avaliar a coerência entre os dados ‘objetivos’ e os relatos dos moradores, mas sim entender como o medo e o tema da violência urbana se manifestam na fala das pessoas, nos usos e nas presenças no espaço urbano. Tendo em vista que “há uma ‘geografia da violência’ (ou da criminalidade violenta, ou do risco) que é normalmente bem complexa, o que convida a recusar simplificações”, não é pretensão deste texto fazer análises e comparações dentro do espaço de São Luís e entre as cidades do país.⁴⁸ Dessa forma, trago aqui somente uma breve contextualização acerca dos índices e estatísticas criminais antes de prosseguir para o que narraram os interlocutores na pesquisa de campo.

Do fim dos anos 1990 até fim da primeira década dos 2000, todas as regiões do Brasil, exceto a Sudeste, apresentaram crescimento nos números absolutos de homicídios. Nesse período, o Maranhão encontrou-se em um dos extremos, com um aumento de mais de 200% no número de homicídios, enquanto a média da região Nordeste aumentou pouco mais de 75% e a do país cerca de 18%.

No ano de 2007, o quantitativo de homicídios no Brasil foi equivalente a cerca de 48 mil mortes, mais ou menos 130 brasileiros assassinados diariamente. Os números do Nordeste e do Maranhão, entretanto, permaneceram despontando, com aumentos de 53,3% e 188,4%, respectivamente, o que significa que em dez anos (até 2017), a taxa do estado cresceu de 6 homicídios para cada 100 mil habitantes para cerca de 17 crimes do tipo em relação ao mesmo número de habitantes.⁴⁹ Os números desse ano colocaram o Maranhão em 23º lugar dentre as unidades da federação de acordo com as taxas de homicídios, enquanto São Luís figurava como a 3ª capital do Nordeste em aumento na taxa de homicídios, e a 13ª dentre todas as capitais do país, com uma taxa de cerca de 38 homicídios a cada 100 mil habitantes.⁵⁰

Na década seguinte, de 2008 a 2018, a média nacional da taxa de homicídios teve um aumento de 4%, assim como aquela do estado do Maranhão, que apresentou acréscimo de pouco

⁴⁷ Entrevista número 15, concedida por Elias em 13 de fevereiro de 2020, no Centro.

⁴⁸ SOUZA, *Fobópole*, 2008, cap. 1, Cidades fragmentadas, medo generalizado, p. 52.

⁴⁹ WAISELFSZ, *Mapa da violência*, 2010, pp. 17–21.

⁵⁰ *Ibidem*, pp. 23–27.

mais de 39 pontos percentuais. Os números estaduais continuaram crescendo até 2014, quando atingiram o pico, apresentando uma taxa de aproximadamente 36 homicídios a cada 100 mil habitantes e então decresceram a partir daí, chegando a pouco menos de 29 homicídios por 100 mil habitantes em 2018.⁵¹

São Luís seguiu um ritmo parecido quanto aos crimes violentos letais intencionais. Na primeira década dos anos 2000 o aumento na taxa desses crimes chegou a 475%, apesar de algumas oscilações. Os anos de 2010 a 2015 representaram o intervalo com os maiores números relacionados a esses crimes, que englobam homicídios dolosos, lesões corporais seguidas de morte e latrocínios. Foram cerca de 500 mortes em 2010 e pouco mais de 1.200 em 2014. Mais que o dobro em quatro anos.⁵² Os números referentes à roubos e furtos, tráfico, posse ou uso de entorpecentes também despontaram, especialmente entre 2013 e 2015.⁵³

No caso de mortes por arma de fogo especificamente, o ano de 2014 foi um ano de pico no número de casos em todo o país, o maior quantitativo desde 1980, e não só no estado do Maranhão.⁵⁴ Na cidade de São Luís, o número de homicídios desse tipo chegou a ultrapassar os 700 casos, um aumento de 400% em dez anos. “Isso significa que [em 2014] a cada 100 mil habitantes, aproximadamente 77 ludovicenses foram vítimas de homicídio por arma de fogo”, o que fez São Luís ocupar a 3ª posição no ranking das capitais brasileiras em número de mortes por arma de fogo, quando em 2004, ocupava a 23ª colocação. O crescimento das ocorrências desse tipo foi generalizado entre as capitais do país.⁵⁵

Já em 2015, São Luís se encontrava no 23º lugar entre os municípios mais violentos com mais de 100 mil habitantes. Essa colocação se baseou no número de homicídios somado ao de mortes violentas com causa indeterminada. Nesse mesmo ranking, Altamira, no Pará, ocupa a posição de cidade mais violenta do país e o município de São José de Ribamar, vizinho a São Luís, ocupa a 4ª posição.⁵⁶

Justamente no período de altos índices de crimes violentos letais na cidade, o São Francisco constou entre os 15 bairros com maior quantitativo de homicídios dos mais de 200 bairros de São Luís, por dois anos seguidos. Em 2013, ocupava o 7º lugar. Nesse ano, o bairro do Centro, por exemplo, ocupava o 5º lugar, posição que manteve no ano seguinte, quando o São Francisco passou a ocupar a 4ª colocação.⁵⁷

No ano de 2016, em relação ao número total entre crimes violentos letais intencionais e homicídios dolosos, o Centro aparece com 26 casos registrados. São Francisco, com 10 e Ilhina, com 4. A cidade olímpica foi o bairro com maior número de casos naquele ano, contabilizando 39, seguido do Bairro de Fátima com um total de 29.⁵⁸

Contudo, após 2015, a incidência passou a cair na cidade. Da taxa de 80 crimes desse tipo a cada 100 mil habitantes em 2013, ano de maior incidência, para uma de pouco mais de 40 crimes violentos letais a cada 100 mil habitantes em 2017, o que resultou, nesse ano, na exclusão de

⁵¹ BRASIL, *Atlas da violência*, 2020, pp. 16–18.

⁵² *Ibidem*, p. 10.

⁵³ *Ibidem*, p. 14.

⁵⁴ SÃO LUÍS, *Os dados da violência e da criminalidade em São Luís – MA*, 2018, p. 7.

⁵⁵ *Ibidem*, pp. 15, 16.

⁵⁶ *Ibidem*, p.18.

⁵⁷ MARANHÃO, *Dinâmica espacial dos crimes violentos no município de São Luís*, 2018, p. 16.

⁵⁸ SÃO LUÍS, *Os dados da violência e da criminalidade em São Luís – MA*, 2018, pp. 23–25.

São Luís da lista das 50 cidades mais violentas do mundo,⁵⁹ na qual figurava em 2016, ocupando a 33ª posição.⁶⁰

Entre 2014 e 2017 a taxa de incidência de crimes violentos letais intencionais no São Francisco diminuiu de 6 a 15 para cada 10 mil habitantes, para índices de 0 a 5 crimes do tipo para o mesmo contingente populacional. Os bairros vizinhos da Ponta D'Areia e Renascença, tiveram diminuição similar, enquanto o Centro permaneceu com a mesma taxa de 16 a 30 crimes letais no período desses três anos.

Quanto aos crimes violentos não letais, que incluem, tentativa de homicídio, lesão corporal dolosa e estupro, por exemplo, os números foram piores. Tanto o São Francisco quanto a Ponta D'Areia e o Centro permaneceram com indicador acima de 300 casos para cada 10 mil habitantes nos anos entre 2014 e 2017. Para que esses números fiquem mais compreensíveis, em 2010 a população do São Francisco e Ilhina juntos totalizava cerca de 20 mil pessoas.⁶¹ Nesse espaço, de acordo com esses índices, teriam ocorrido por volta de 600 crimes violentos não letais por ano entre 2014 e 2017. A título de comparação, o bairro do Renascença, por exemplo, permaneceu com índice de 150 a 300 casos.⁶²

De toda maneira, no Maranhão e em São Luís, dos anos 2000 até 2014, houve aumento significativo no número de homicídios, ainda que no país a média tenha apresentado queda, o que coincide com a expansão das facções prisionais do Rio de Janeiro e São Paulo para o restante do Brasil, que se iniciou na segunda metade dos anos 2000.⁶³

O grande salto no número de homicídios na cidade coincide com uma disputa de territórios entre duas organizações rivais, o Primeiro Comando do Maranhão (PCM) e o Bonde dos 40 (B.40), que se deu entre os anos de 2013 e 2015.⁶⁴ Entretanto, é preciso observar que a influência das facções nesses índices segue uma lógica particular. Elas não têm poder para diminuir o número de homicídios em áreas populosas, mas suas ações impactam no aumento desses números em áreas menos populosas.⁶⁵

Os anos de pico de violência em São Luís foram marcados também por acontecimentos de destaque nacional, como a série de rebeliões ocorridas no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, entre novembro e dezembro de 2013, que resultou em sessenta homicídios no final do ano,⁶⁶ incluindo agravantes como decapitações,⁶⁷ e os incêndios aos ônibus na capital, como consequência das rebeliões.⁶⁸ Esses acontecimentos resultaram na completa alteração do cotidiano da cidade, como efeito do pavor causado pelas rebeliões e os atentados aos transportes coletivos, aulas foram suspensas, atividades reduzidas e estabelecimentos comerciais fecharam as portas.⁶⁹

Estabelecer uma relação causal entre as informações não é objetivo deste texto, entretanto, fica nítida a coincidência entre o período de disputa de territórios, a percepção dos moradores

⁵⁹ MARANHÃO, Dinâmica espacial dos crimes violentos no município de São Luís, 2018, pp.12–13.

⁶⁰ SÃO LUÍS, *Os dados da violência e da criminalidade em São Luís – MA*, 2018, p. 21.

⁶¹ IBGE, Censo demográfico 2010, sinopse por setores.

⁶² MARANHÃO, Dinâmica espacial dos crimes violentos no município de São Luís, 2018, pp. 18, 32.

⁶³ LIMA & BUENO, Mapa das facções prisionais no Brasil, 2018, s.p.

⁶⁴ MELO, Imicast: origem e consolidação das facções criminosas no Maranhão, 2019, s.p.

⁶⁵ MARANHÃO, Dinâmica espacial dos crimes violentos no município de São Luís, 2018, p. 17.

⁶⁶ JORNAL NACIONAL, CNJ constata que são 60 os presos mortos no complexo de Pedrinhas, 2013, s.p.

⁶⁷ GAMBA & CUSTÓDIO, *Violação continuada: dois anos da crise em Pedrinhas*, p. 4.

⁶⁸ G1 MARANHÃO. Em resposta às mortes em presídio, facção incendeia sete ônibus no MA, 2013, s.p.

⁶⁹ CARRAMILO, Entenda a sequência de fatos que levou à rebelião em Pedrinhas, 2013, s.p.

sobre o aumento da sensação de insegurança e dos episódios de violência e as estatísticas dos homicídios em São Luís.

Considerando que a Organização Mundial da Saúde classifica como violência epidêmica uma taxa acima de 10 homicídios por cada 100 mil habitantes⁷⁰ e que, por exemplo, só os números de mortes por arma de fogo em 2014 são sete vezes superior a esse limite, é inegável que a violência em São Luís tomou proporções consideráveis nos anos 2000, mesma época que foi relatada pelos moradores como início da sensação generalizada de medo e insegurança, temas tão prementes nas narrativas e no cotidiano dos moradores do Basa, especialmente após 2010, quando houve uma piora na insegurança e aumento dos casos de furtos e assaltos no bairro como percebido por Bento.⁷¹

Os incidentes, arrombamentos, sequestros, assaltos, foram por muitos anos a realidade do São Francisco, entretanto, é preciso reconhecer e ressaltar que ainda que a classe média se sinta acossada pela violência, são as populações mais pobres das periferias, favelas e comunidades, como a Ilhinha, o Morro, as Vilas Maruim e Jumento e a Portelinha, que sentem e são atingidas pela violência mais intensamente. Apesar do medo sentido pela classe média, que são o grupo mais frequentemente vitimado por roubos e furtos, os pobres são mais suscetíveis à morte e às violências perpetradas pelas facções criminosas no cotidiano.⁷²

Mesmo que o sentimento de insegurança seja de certa forma generalizado, “ainda que matizado também ele (de acordo com a classe, a cor da pele, a faixa etária, o sexo e o local de residência)”, existem as gradações de risco no espaço que não correspondem exatamente a essa percepção. Gradações não como aquela que ilustra meus pressupostos e preconceitos de moradora da classe média branca do Basa,⁷³ mas que dizem respeito à vulnerabilidade das pessoas em relação à sua classe social e local de moradia.⁷⁴

Essa gradação não aparece nas narrativas dos moradores do Basa que, como dito antes, ignoram o fato de que os mais pobres são os mais afetados pela violência associada unicamente à presença deles no espaço. Isso é importante observar, pois dessa forma se reproduzem os estereótipos e se consolidam opiniões e lugares-comuns sobre a complexa questão da violência urbana.

4.5 Táticas no cotidiano

Olha, eu moro aqui nesse pedaço da rua e eu te digo: ande nesse pedacinho aqui que ninguém vai lhe mexer, mas se você sair aqui pra Ilhinha, já não vou lhe dizer nada. Porque se você for andar pra essa parte de... pra essa parte de favela, eu não posso dizer que ninguém vá lhe mexer.⁷⁵

Na primeira entrevista que fiz, escutei Rosa afirmar que onde ela mora e trabalha, não há assaltos ou qualquer outro tipo de violência. Tanto que no comércio que ela e o marido têm, na Rua Seis,

⁷⁰ SÃO LUÍS, *Os dados da violência e da criminalidade em São Luís – MA*, 2018, p. 21.

⁷¹ Entrevista número 13, concedida em 12 de dezembro de 2019, na Rua Coronel Chaves, próximo à Igreja do São Francisco.

⁷² SOUZA, *Fobópole*, 2008, cap. 1, Cidades fragmentadas, medo generalizado, pp. 51–53.

⁷³ Figura 6, p. 19.

⁷⁴ SOUZA, *Fobópole*, 2008, cap. 1, Cidades fragmentadas, medo generalizado, p. 54.

⁷⁵ Entrevista número 1, concedida em 25 de janeiro de 2019, na Rua Seis, São Francisco.

já próximo ao Morro, nunca houve necessidade de instalar grades de proteção nas portas, ao contrário do mercadinho do mesmo tamanho que o deles localizado a uma quadra de distância, onde o atendimento aos clientes é feito por detrás das grades de ferro, sem acesso ao balcão.

Entretanto, ao mesmo tempo que nega o estigma do São Francisco como bairro violento e inseguro, Rosa compartilhou comigo um episódio de tentativa de assalto e as estratégias usadas para driblar os bandidos, que incluem não demonstrar medo, por exemplo.

Ela e o marido, Francisco, se fiam na ideia de que, primeiramente, em todos os lugares da cidade e mesmo do Brasil a situação é a mesma, há assaltos e violência. Em segundo lugar, eles encontram resguardados pela rede de conhecidos, vizinhos de longas datas, e também por algumas táticas próprias. Francisco deixa mais claras essas táticas contra os assaltos: é preciso dispensar acessórios pessoais e itens de segurança nas casas e comércios, pois dessa forma os ladrões entendem que não há o que roubar. *É porque a aparência engana. Se tu tiver com uma bolsa bonita, [...] o bandido pensa: ah, ela tá com dinheiro. [...] Se eu botar uma grade de ferro [no comércio], eles pensam: ah eles têm medo de roubarem eles. Eles têm coisas de valor.*⁷⁶

Essas afirmações me são muito familiares, pois cresci ouvindo meus pais falarem da mesma forma. Ainda que meus familiares discordem completamente da ideia de que ninguém mexe com ninguém no São Francisco, na minha casa, os muros permaneceram da mesma altura (dois metros), enquanto boa parte das casas vizinhas os erguia e completava-os com cercas elétricas ou de arame farpado. A pintura externa da casa sempre se mantinha por fazer e, da mesma forma, as calçadas eram mantidas da maneira mais simples, sem acabamentos diferentes do concreto e com o mínimo de conservação (sem pintura, por exemplo, só o cuidado suficiente para garantir a passagem das pessoas).

Minha avó, Graça, tinha o hábito de visitar-nos a pé e no caminho entre a casa dela e a nossa carregava suas coisas pela rua em uma sacola da farmácia mais próxima. Sua carteira, objetos de uso pessoal e as chaves de casa eram levadas nesse saco plástico, muitas vezes envoltos em papéis, também quando ela ia à feira ou à praça. A justificativa de todos era a mesma de Rosa e Francisco: não chamar a atenção dos bandidos com uma casa bem acabada, aparatos de segurança ou itens de uso pessoal, como relógios, bolsas e celulares.

Entre a preocupação de alguns e a garantia de uma vida em segurança, apesar dos incidentes, de outros, o ponto comum é o estigma do São Francisco como um bairro violento e a associação imediata e onipresente dessa violência com a Ilhinha, o Morro e as demais ocupações das populações pobres.

Por outro lado, como testemunho da presença da violência e de territórios distintos dentro do bairro, as marcas da facção Bonde dos 40 são sempre muito visíveis no espaço, não só no São Francisco, mas também no bairro vizinho da Ponta D'Areia e, desde os anos 2000, o modo de vida da classe média mudou consideravelmente no Basa. Posso afirmar isso também pela comparação com o cotidiano desde a minha infância até final da adolescência. Fora a visível mudança na aparência das residências, com a elevação dos muros e instalação de aparatos de segurança, hábitos como receber convidados em casa de portas e portões abertos, comemorar os festejos de São João na rua, andar de bicicleta, varrer a calçada, deixaram de ser comuns e foram substituídos pela cautela e desconfiança. Muitos moradores mudaram-se para outros bairros, trocaram a moradia em casas pela oferta de segurança dos condomínios fechados no bairro Renascença, principalmente, e os pontos comerciais que até mais ou menos 2005 existiam, como o

⁷⁶ Entrevista número 1, concedida em 25 de janeiro de 2019, na Rua Seis, São Francisco.

mercadinho da minha avó na Rua Nove e o salão de beleza frequentado, inclusive, pelas senhoras da alta sociedade maranhense, na Rua Dez, foram assaltados à mão armada tantas vezes que suas donas resolveram fechar as portas.

A realidade hoje é que no Basa a maioria das casas foi transformada em escritório, está à venda ou é fortemente protegida por sistemas e aparatos de segurança domiciliar. Para Maria, isso tudo começou no final da década de 1990 e piorou nos anos 2000. Seus parâmetros são a ausência de crianças brincando nas ruas e as memórias que tem da década de 1980.

Papai e mamãe ainda ficavam sentadinhos no terraço [...] até tantas horas da noite, ninguém se preocupava com assalto com nada, nada disso existia. Até os anos 80 e tanto. Raissa (a filha de dona Maria) ainda brincou muito! Raissa é de 92, ainda brincou aqui, com seis/sete anos, ainda brincava na rua. A gente não tinha ainda aquela, nos anos noventa, essa loucura que existe hoje. Isso recrudescer mesmo a partir dos anos 2000, porque ela com seus sete anos ainda tinha muita criança aqui. Hoje a gente nem vê mais criança. Todo mundo dentro de casa! Não se vê mais criança brincando. [...] a lembrança que eu tenho dela com seis, oito aninhos brincando ainda na rua, porque ela é de noventa e dois. Em 1998, fim dos anos noventa a coisa ainda não tava tão... como tá. Aí essas histórias de assalto foram começando a surgir. Um roubo de celular aqui, uma coisa acolá...⁷⁷

Ao contrário das entrevistas com os moradores do Basa, nas quais o tema da insegurança foi abordado sem exceção, quando conversei com os moradores da Ilhinha, não houve sequer menções à assaltos, ou qualquer tipo de violência. A conversa esbarrava nesse tema somente quando os moradores descreviam seu espaço de moradia como sendo muito tranquilo no passado e no presente. Nonato, por exemplo, da mesma forma que Rosa e Francisco, afirma que ali ‘ninguém mexe com ninguém’ por ele já ser um morador conhecido há anos.⁷⁸ Ribamar afirma o mesmo depois de lembrar como era o cotidiano no espaço da Ilhinha na década de 1980: *toda hora do dia, da noite, a gente passava aí, ninguém mexia com ninguém. Sempre foi assim, esse pedaço nosso aqui ninguém mexia com ninguém.*⁷⁹

Já as crianças, moradoras da Ilhinha, Portelinha e da parte de baixo do São Francisco, ao contrário dos adultos, não negam a existência da violência e o impacto disso nas suas vidas. Uma ideia muito difundida é a de que *não pode ficar brincando no meio da rua, porque pode acontecer alguma coisa.*⁸⁰ As mães repetem e as crianças assimilam que *é perigoso estar na rua quando se é criança*⁸¹ e nas falas dos meninos e meninas do Centro de Obras Sociais, aparece a palavra ‘eles’, para referir um conjunto de pessoas ameaçadoras ou indesejáveis. Para os moradores do Basa, ‘eles’ são os moradores de baixo, incluindo as crianças, enquanto na fala dessas crianças às vezes fica bem definido quem são os ‘eles’ a que se referem: *tia, ela tá falando de facção.*

Quem me explicou isso foi Samuel, de dez anos. Sua colega Tayane, da mesma idade, havia começado a contar uma história sobre o dia em que ela presenciou um acidente de trânsito no bairro Parque Shalom⁸² e ficou com muito medo. Ela disse: *a primeira coisa que eu pensei foi que ia ter alguma morte. Eu nunca tinha visto um acidente.* Depois, na volta para casa, Tayane

⁷⁷ Entrevista número 12, concedida em 11 de dezembro de 2019, no São Francisco.

⁷⁸ Entrevista número 3, concedida em 14 de fevereiro de 2019, na Ilhinha.

⁷⁹ Entrevista número 2, concedida em 14 de fevereiro de 2019, na Ilhinha. Texto da transcrição na p. 46.

⁸⁰ Entrevista número 7, realizada em 20 de fevereiro de 2019, no Centro de Obras Sociais.

⁸¹ Idem.

⁸² Bairro de classe média a cerca de dez quilômetros do São Francisco.

estava dentro do ônibus, passando pelo bairro Altos do Calhau⁸³ quando ficou novamente muito nervosa, mas dessa vez pelo que ela já sabia sobre esse bairro. Segundo ela, *tavam dizendo que Altos do Calhau tava muito perigoso*. Todas as crianças da sala confirmaram a má fama do bairro e Tayane terminou a história dizendo que pensava que *ia acontecer alguma coisa muito... como que diz?* Ao que a amiga, Vitória, completa: *muito preocupante. É, muito preocupante!*⁸⁴

Para Tayane, chegar no São Francisco, foi um alívio. Pois no bairro dela *só tem briga mesmo*, nada tão ‘preocupante’. Entretanto, os episódios narrados em seguida pelos demais colegas se referiam todos a perseguições policiais, assaltos, tiros etc. As crianças relataram se sentirem muito nervosas e terem muito medo, mas ao mesmo tempo a presença de amigos e familiares no espaço de moradia, como algo que traz a sensação de segurança e tranquilidade, foi um ponto em comum entre boa parte das crianças dos quatro grupos com quem conversei. O mesmo ponto foi mencionado pelos moradores da Ilhinha, cujos familiares permanecem todos no bairro.

O medo não vem só do que as mães lhes contam, o que inclui o rumor de que *eles estavam matando as pessoas*,⁸⁵ mas de episódios concretos de assaltos, ameaças, brigas e conflitos armados presenciados. Várias crianças contara que, para esses momentos, têm um esconderijo certo, ‘de sempre’:

[...] a gente tava sentado na porta, papai botou música. Aí quando eles... eles nem queria atirar na gente, porque se eles quisessem já tinham atirado, porque a gente tava perto. Eles tavam descendo, e na hora que eu fui ver a ladeira eu disse: *pai, bora entrar que tá vindo dois cara armado!* [...] Eles queriam... eu não sei o que eles queriam fazer. Aí quando papai foi entrar, o cara apontou a arma pra papai e disse: *tu não entra pra te armar porque senão eu te dou um tiro*. Aí eu, o meu esconderijo sempre é atrás do sofá.⁸⁶

Além do medo, outro sentimento relatado foi a tristeza. No dia em que Samuel sentiu tristeza estava acontecendo um chá de bebê na rua de sua casa:

Tavam as crianças tudinha. Aí começou uma briga, um homem empurrou outro homem e veio todo mundo em cima só de um, aí o outro foi na casa dele e voltou com um facão desse tamanho [as outras crianças riem] [...] todo mundo viu, era o baby chá da pequena, a menina quase perde o bebê por causa do tio dela, que tava brigando. [A rua] tava cheia de cadeira, mesa... [...] aí foi cadeira voando pra tudo quanto é lado. Tinha duas senhoras doentes, uma tinha deficiência que não conseguia andar em pé assim, ela só conseguia andar se segurando em objetos.⁸⁷

A rua é o maior espaço de convivência dessas crianças e dos demais moradores das áreas mais pobres do São Francisco. Aniversários, festejos de São João, Carnaval, brincadeiras, jogos e rodas de conversa acontecem no espaço de fora, pois as casas são muito pequenas e muitas não têm quintal. É um espaço que as crianças constantemente disputam, ora com a hostilidade dos vizinhos que dizem que *não é para ficarem fazendo zoada*⁸⁸ e chegam a gerar conflitos maiores por

⁸³ A mais ou menos sete quilômetros do São Francisco, próximo ao Parque Estadual do Rangedor.

⁸⁴ Entrevista número 8, realizada em 20 de fevereiro de 2019, no Centro de Obras Sociais.

⁸⁵ Entrevista número 7, realizada em 20 de fevereiro de 2019, no Centro de Obras Sociais.

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ Entrevista número 8, realizada em 20 de fevereiro de 2019, no Centro de Obras Sociais.

⁸⁸ Idem.

isso, ora com o lixo e a falta de infraestrutura e sempre com a violência, não só presenciada, como também traduzida nos conselhos e recomendações das mães. Na rua, segundo os meninos e meninas, *é muito perigoso, tem muito movimento de carro, tem muito ladrão e ficam pegando criança pra matar.*⁸⁹

Na Portelinha, por exemplo, as crianças brincam na maré, o que, segundo elas mesmas, é arriscado. A maré é também o local de fuga mais comum: *lá na Portelinha é muito doido. Quando vem a polícia, os meninos lá, ladrão, caem logo pra lama.* Nesses lugares e também em partes do São Francisco mais próximas à Ilhinha, é comum acontecerem perseguições. As crianças, como Carlos de onze anos, contam o que acham de helicópteros e viaturas em suas vizinhanças: *normal. O pessoal do Roseana⁹⁰ veio tudo olhar, só maroca! Tinha gente que tava passando de carro, parou o carro e começou a filmar. Tá todo mundo acostumado, tia.*⁹¹

Contudo, mesmo que as crianças relatem a frequente e atual violência no cotidiano, de certa forma naturalizada pelos moradores, é consenso entre as pessoas do Basa que a onda de criminalidade que teve início nos anos 2000 deu uma trégua. Raimundo tem um ponto de vista próprio sobre as origens disso tudo e reflete sobre o que acha que é o motivo da diminuição dos episódios de roubo nas ruas do São Francisco:

[...] o melhoramento é claro que todo mundo espera. Quando uma coisa começa a ficar estagnada a gente começa a reclamar. Então é bom. Só que com o progresso, vem a consequência. Aqui até pouco tempo você podia andar com o celular, mas de uns tempos pra cá, houve um período aí, que andar com o celular na mão era mesmo que estar entregando pro bandido. Você era assaltado a qualquer momento. E hoje [...] chegou alguma coisa que parece ser benéfica, mas que a gente olhando, analisando bem, não é. Por que que hoje há esse respeito da bandidagem de não vir assaltar? [...] Parte dos presídios uma ordem que se fizer, vai sofrer consequências. Por que a polícia não impõe isso? Por que que o poder legal não impõe isso? Não é? O povo parece que não teme a polícia, não teme o poder. Teme esse poder na marra, pela força, pela violência. [...] Vem sempre junto [com o progresso], a gente sofre com isso. É bom porque passou a ter ônibus, transporte na hora que quer, essas coisas todas e outros benefícios, supermercados, lojas, mas aí o progresso também traz essas coisas. Isso aí é em todo, eu creio que é em todo... principalmente no Brasil [...] veio o progresso e veio essa bandidagem, agora tá sendo imposta a ordem pelo bandido. Agora, veja se nós vamos ter que viver debaixo do mando do bandido, [...] com uma segurança aparente dada por bandido. Como é que bandido assegura alguém, minha irmã? [...] Então devia ser um poder público, um poder constituído que devia impor essa tranquilidade, essa segurança.⁹²

O que ele diz sobre a 'ordem do bandido' é de conhecimento de todos os moradores com quem conversei no bairro: os assaltos teriam parado de acontecer no bairro há poucos anos pois foi instituída uma regra por parte da facção que os proíbe no São Francisco. Maria, Laura, Graça e Bento contam cada qual sua versão desse rumor.

⁸⁹ Entrevista número 10, realizada em 21 de fevereiro de 2019, no Centro de Obras Sociais.

⁹⁰ Colégio da rede estadual próximo ao Centro de Obras Sociais, no São Francisco.

⁹¹ Entrevista número 10, realizada em 21 de fevereiro de 2019, no Centro de Obras Sociais.

⁹² Entrevista número 14, concedida em 12 de dezembro de 2019, na Rua Coronel Chaves, São Francisco.

Querida, eu só acho uma coisa: a violência tá muito menor. Porque tu sabes qual foi a história que surgiu? Minha empregada me disse, e Adriana, uma conhecida que mora bem aqui na Rua Nove, disse também. Coisa de um ano atrás, um ano e meio, Benedita [a empregada] chegou com essa história pra mim: *dona Maria tá correndo lá na Ilhinha — porque ela mora na Ilhinha — uma lista dos traficantes com os nomes de todos esses bandidinhos que roubam celular, que assaltam ônibus. Se continuarem eles vão matar mesmo.* [...] eu disse: *ah, Benedita, isso é pra não chamar a atenção da polícia, porque pros traficantes não interessa [...] roubinho menor, com a polícia pelo meio roubando também deles, que pega o celular (Deus que me perdoe!). Não interessa a presença da polícia.* Então diz que passou a lista. Eu sei, Graça, é que melhorou foi muito, não sei se tu sentiste isso.⁹³

Graça concordou e disse ter ouvido algo parecido de uma mulher, que trabalha como manicure e mora na Rua Sete. A facção Bonde dos 40 havia se reunido e determinado que estaria proibido roubar no Basa. Maria reforça: *diz que pode crer que se você ouvir falar em roubo, pode acreditar, não é daqui do São Francisco.* [...] *Já é bandidinho que tá vindo de fora.* Bento tem o mesmo conhecimento da tal determinação e acha que por volta de 2010 foi o momento em que havia mais conflitos e episódios de violência no bairro. Para ele também a ocorrência de assaltos e roubos diminuiu.

Rapaz tem uma coisa aqui que eu ouvi falar... que um chefe da bandidagem da droga aqui, chamou os moleques que eram assaltantes aqui de celular [...] parece que um garoto ainda pegou um tiro na mão. Isso é um aviso deles, que era pra eles largarem de usar droga, ou então morriam. E aconteceu, não morreu ninguém, mas parece que o bandido atirou na mão do garoto na frente da mãe e do pai. Diz que: *olha isso é só um aviso, não é nada de briga, se não largar de roubar e tudo, aí é que vai acontecer.* [...] Porque tava uma coisa! [...] toda hora era tiro, era porrada, era tudo.⁹⁴

Entretanto, ainda que os episódios de violência tenham diminuído, tanto Graça, quanto Laura e Maria concordam que as pessoas continuam dentro de suas casas, com medo de sair e caminhar pelo bairro.

A casa de Maria é uma das únicas no conjunto que ainda conservam, ou alteraram muito pouco, as características originais das residências do Basa. Apesar das grades em todas as janelas e portas, como é comum na cidade de São Luís inteira há décadas, a casa ainda tem os muros da frente baixos. Ela explica:

[...] eu acho que me dá mais segurança, porque quando eu chego, eu já visualizo a frente da casa todinha. Quando eu chegava, que saltava do táxi, eu já entrava assim visualizando se tinha alguma porta forçada aqui, janela... Aqui sempre teve grade né? E sempre achei que me dá mais segurança. Quando vou sair, ela [a filha de Maria] também, a gente já dá uma olhada assim pra ver se tem alguma coisa diferente. É porque parece que o muro alto, aí que te bota mesmo contra a vida lá fora e o que tá acontecendo aqui dentro, ninguém sabe. Não, eu prefiro assim.⁹⁵

⁹³ Entrevista de número 12, concedida em 11 de dezembro de 2019, na Rua Nove, São Francisco, Conjunto Basa.

⁹⁴ Entrevista de número 13, concedida em 12 de dezembro de 2019, na Rua Coronel Chaves, próximo à Igreja do São Francisco.

⁹⁵ Entrevista número 12, concedida em 11 de dezembro de 2019, na Rua Nove, Conjunto Basa, São Francisco.

Ainda que a descrição da casa de Maria, soe como um respiro em meio a tanta fixação com a segurança, a fala da moradora é também cheia das mesmas táticas de seus vizinhos. O motivo para a predileção é justamente poder visualizar quaisquer ameaças ou violações já de antemão. Contudo, há um ponto de vista diferente na frase em que Maria diz achar que muros altos nos colocam contra a vida lá fora. Mesmo que também seja uma forma de se resguardar, já que logo em seguida ela infere que a visibilidade de sua casa por quem está na rua é preferível, Maria encontra nos muros baixos uma maneira de resistir ao que a maioria dos moradores diz ser a pior parte de morar no São Francisco atualmente: a perda da convivência com os outros e da relação próxima com a rua.

4.6 Fragmentação

Segundo o sociólogo Pierre Bourdieu, os agentes e as coisas (que se tornam propriedades dos agentes) estão situados, no espaço social, em posições relativas — a certa distância, em cima, embaixo, ao lado etc. — aos lugares que ocupam os demais agentes e propriedades. Esse espaço social se realiza no espaço físico de forma mais ou menos completa e exata, à maneira de determinado arranjo entre esses agentes e propriedades. O espaço social, portanto, é tanto uma construção social, quanto é marcado por essa sociedade, e as diversas maneiras como o pode ser realizado sobre o espaço físico, por meio dos arranjos de agentes e propriedades ou “todas as distinções propostas em relação ao espaço físico”, residem no que Bourdieu define como espaço físico apropriado.⁹⁶

Cada agente se caracteriza pelo lugar em que está situado de maneira mais ou menos permanente: o domicílio (aquele do qual se diz que é ‘sem eira nem beira’ ou ‘sem domicílio fixo’ não tem — quase — existência social); e ele se caracteriza pela posição relativa que suas localizações temporárias (por exemplo os locais de honra, posicionamentos regrados pelo protocolo) e, sobretudo, permanentes (endereço privado e endereço profissional) ocupam em relação às localizações dos outros agentes.⁹⁷

Como consequência, a posição de determinado agente no espaço social é indicada também pelo lugar ocupado por ele no espaço físico. Considerando que a sociedade se organiza em hierarquias, não há espaço que não seja hierarquizado, expressando essa organização e as diferenças sociais de forma naturalizada, como que “emergidas da natureza das coisas”. A estrutura do espaço social, portanto, se apresenta sob a forma de “oposições espaciais, o espaço habitado (ou apropriado) funcionando como uma espécie de metáfora espontânea do espaço social”, que se encontra inscrito tanto na “objetividade das estruturas espaciais”, quanto nas “estruturas subjetivas”.⁹⁸

Os termos *em cima* e *embaixo* instituem tanto a hierarquização dos espaços, quanto dos grupos sócio-espaciais que os habitam. Contudo, isso provém de uma só perspectiva, a dos moradores de cima, do Conjunto Basa. Embaixo, entre os moradores da Ilhina, a expressão *em*

⁹⁶ BOURDIEU, Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado, [1991] 2013, p. 133, 136.

⁹⁷ BOURDIEU, Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado, [1991] 2013, p. 133.

⁹⁸ Ibidem, pp. 134, 135.

cima não é utilizada para se referir ao espaço da classe média do Basa. A hierarquização, portanto, é posta pela ‘nossa’ relação com a sociedade da qual todos fazemos parte.

O ponto de vista dos moradores do Basa deslegitima os espaços e o modo de vida dos moradores da Ilhinha. A crítica feita por eles, e mesmo pelo morador do Morro Raimundo, se concentra não só no estigma da Ilhinha como lugar de violência e pobreza, mas também na sua classificação como um bairro à parte do São Francisco.

[...] a Ilhinha não existia, aquilo tudo era lamaçal, era água que dava bem aqui. Tinha rio ali dentro, rio. Eu andava por lá, caçando, e tinha rio que você pra atravessar era difícil. Com a maré cheia ficava até com medo. Então, hoje é chamado Ilhinha, né? Mas é São Francisco. Pessoal chama de bairro da Ilhinha, mas não existe bairro da Ilhinha, é São Francisco. Tudo é uma periferia daqui, do centro.⁹⁹

Um espaço ao qual está associado também a ‘culpa’ pelas mudanças ocorridas no bairro, a Ilhinha é, no ponto de vista dos moradores Graça, Emanuel e Raimundo, *um braço do São Francisco que matou o São Francisco. Acabou com o São Francisco essa tal de Ilhinha*. Uma reunião de *tudo o que não presta*. E é também um espaço do qual se deve proteger, o qual se mantém à distância pelos aparatos de segurança e táticas do cotidiano.

A partir do momento que se torna um bairro, que sai da posição de subordinação no espaço hierarquizado da cidade, que se autointitula e se afirma no território, se torna uma ameaça mais contundente. Na opinião de Bento, assim como na de Emanuel e Raimundo, *o São Francisco cresceu muito, [depois da inauguração da ponte] mas deixou de crescer, por causa dessa Ilhinha e por causa desse Morro*. Segundo ele, a Ilhinha começou a existir já depois que a avenida e algumas ruas foram asfaltadas, enquanto o Morro é mais antigo e costumava se chamar ‘Morro dos Urubus’. Esse era o lugar *onde os lascados moravam*. Graça explica que *naquela época [década de 1980] o Morro era classificado como a Ilhinha é hoje*. [...] *Lá era o antro onde se reunia todo tipo de gente*.¹⁰⁰

Marcelo Lopes de Souza escreve que o termo *fragmentação* para se referir ao espaço se tornou, assim como ‘globalização’, um chavão, muitas vezes esvaziado de qualquer sentido mais complexo e utilizado como um termo capaz de explicar toda sorte de coisas. Contudo, ao discorrer sobre o espaço do que ele chama de “fobópole”, o autor emprega essa palavra pelo seu sentido de desconexão das partes, por ser “algo que vai além, até mesmo, de um processo de ‘segregação’”, no sentido essencialmente espacial e não como sinônimo de disparidades sociais e econômicas.¹⁰¹

A segregação espacial é geralmente uma imposição a grupos minoritários, mesmo que sejam populosos, como no caso do apartheid na África do Sul, quanto ao espaço de vida. Porém, há exemplos de segregação “induzida pelas circunstâncias”. Esse é o caso dos guetos, das favelas, das comunidades e periferias. Nesses casos, ainda que haja a oportunidade de os indivíduos saírem desses guetos, muitos não o fazem “temendo desajuste social ou pressões”.¹⁰²

Bourdieu escreve sobre os guetos e os clubes a partir da relação entre os indivíduos que deles fazem parte e do domínio de determinados capitais. O clube é um espaço que requer capital

⁹⁹ Entrevista número 14, concedida em 12 de dezembro de 2019, na Rua Coronel Chaves, próximo à Igreja do São Francisco.

¹⁰⁰ Entrevista número 13, concedida em 12 de dezembro de 2019, na Rua Coronel Chaves, próximo à Igreja do São Francisco.

¹⁰¹ SOUZA, *Fobópole*, 2008, cap. 1, Cidades fragmentadas, medo generalizado, pp. 56, 57.

¹⁰² *Ibidem*, pp. 56, 57.

social e proporciona capitais social e simbólico aos seus membros. Ele é um ajuntamento num mesmo espaço de “pessoas e coisas que se assemelham naquilo em que são distintos da grande maioria das pessoas”, que é justamente “o fato de não serem comuns”. O clube necessariamente exclui todos que não têm as propriedades desejadas e aqueles que têm pelo menos uma característica indesejável.¹⁰³

Já o efeito do gueto é o inverso. Ele é o conjunto de agentes que estão todos juntos e individualmente privados de recursos econômicos, sociais e culturais. A única coisa que compartilham é a estigmatização. Ao contrário do clube que cada vez mais contribui para a distinção de seus membros, o gueto contribui para a exclusão dos seus. Ele degrada simbolicamente seus habitantes. “O ajuntamento em um mesmo lugar de uma população homogênea na despossessão tem como efeito redobrar essa despossessão” principalmente em termos de cultura.¹⁰⁴

A Ilhinha tem o efeito de gueto pela estigmatização de sua população. O Basa, por sua vez, já teve efeito de clube, por representar um conjunto de moradores distintos na sociedade ludovicense e implantar-se na ‘cidade nova’, promissora área nobre de São Luís. O Conjunto foi fundado com base numa característica de distinção: era exclusivo para os funcionários do Banco da Amazônia. Contudo, isso mudou. Atualmente, nem o Basa nem mesmo o São Francisco, de modo geral, são tidos como espaços de distinção. Essa concepção migrou para outros bairros da cidade, como o Renascença e a Ponta D’Areia. Nesse contexto, na percepção de seus moradores, principalmente, o clube perde em capital simbólico pela proximidade com o gueto, que é a Ilhinha.

No espaço físico apropriado, como conceituado por Bourdieu, a capacidade dos agentes de dominar e apropriar-se tanto das coisas quanto dos recursos, dos capitais, lhes garante vantagens nas “lutas sociais pelo que se pode denominar os lucros do espaço”.¹⁰⁵ A capacidade dos agentes de dominar o espaço físico apropriado por meio da apropriação material ou simbólica de certos bens públicos ou privados que nele estão distribuídos depende do seu capital. Esse capital permite manter a distância de pessoas e coisas indesejáveis e a proximidade de pessoas e coisas desejáveis. Inversamente, os agentes que não têm capital são mantidos à distância (física e simbolicamente) dos bens mais raros e mantidos na proximidade de pessoas e bens mais indesejáveis e menos raros. A ausência de capital imobiliza os agentes em determinado lugar, enquanto a posse de certos recursos garante a proximidade física dos bens e pessoas desejáveis e o domínio econômico e simbólico dos meios de transporte.¹⁰⁶

Os lucros de localização podem ser analisados em duas classes. A primeira é a de rendas de situação. Rendas de situação são associadas à proximidade de coisas e agentes desejáveis (serviços públicos, equipamentos culturais, educativos, sanitários, uma vizinhança tida como tranquila, um bairro tido como belo) ou à distância de coisas e agentes indesejáveis. A outra é a dos lucros de posição, ou gradação. Esses lucros podem ser medidos por parâmetros tanto espaciais, ou seja, pela distância de certo agente ou propriedade, como temporais, ou seja, o tempo que se leva para alcançar determinados agentes ou propriedades.¹⁰⁷

Essa dinâmica aparece nos pontos de vista dos moradores do Basa sobre o espaço do São Francisco e a presença dos moradores mais pobres. Laura, por exemplo, acredita que o ponto que a Prefeitura de São Luís, na gestão de Jackson Lago, escolheu para construir as residências

¹⁰³ BOURDIEU, Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado, [1991] 2013, p. 140.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 140.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 138.

¹⁰⁶ Ibidem, p. 137.

¹⁰⁷ Ibidem, p. 138.

do Conjunto Ana Jansen, em 1992, e abrigar as famílias que moravam em palafitas sobre a lagoa, era *maravilhoso* e deveria ter sido aproveitado de acordo com a beleza da vista, a proximidade com espaços de interesse turístico e econômico e com vizinhanças de prestígio na cidade. As suas filhas dizem: *mamãe a senhora tem preconceito*. Ao que ela responde: *não é preconceito, gente! Um terreno como aquele ali, numa cidade como o Rio de Janeiro, ia ser dinheiro! Porque se você vê o mar assim por uma brechinha, você paga, imagina uma vista maravilhosa como aquela ali.*¹⁰⁸ Estando na proximidade de um espaço como esse, os moradores do Basa, como Laura, poderiam eles mesmos auferir lucros de localização. Contudo, sua ocupação pelos pobres degrada simbolicamente o próprio espaço da classe média.

A lógica dos ganhos de capital simbólico pela proximidade com vizinhanças de distinção na cidade (Ponta D'Areia e Renascença, por exemplo) e perdas desse mesmo capital pela proximidade com espaços de moradia das classes baixas fundamenta os pontos de vista que caracterizam como 'risco' a presença dos moradores mais pobres.

O Residencial José Chagas é um empreendimento do Governo do Estado, no âmbito do programa Minha Casa, Minha Vida, que faz parte de uma série de obras incluídas no Projeto PAC Ponta do São Francisco e que teve como objetivo entregar 256 apartamentos a famílias da Vila Jumento, Portelinha e Ilhinha. Ele se localiza na Avenida Ferreira Gullar, bem próximo ao Sítio Campinas e à Praça Botafogo e sua construção, iniciada por volta de 2016 e finalizada em 2020, gerou insatisfação e apreensão entre alguns moradores do Basa que, como Laura e Graça, creem que *o risco é saber quem vai morar* [...] e que não seriam esses moradores, diferentes dos que já ocupam o espaço no entorno.¹⁰⁹

Analogamente, os pobres e suas moradias parecem a Rosa feiúras na paisagem. Para que o São Francisco se igualasse aos melhores bairros da região seria preciso, justamente, eliminar o feio, o desviante do plano da cidade nova. *Se fizer isso aí, pronto! Fica uma cidade muito bonita. [...] porque se você tá do lado de lá [do Centro], você não olha, na beirada, coisa bonita, que são as favelas, né? Mas se tirar, [...] aí fica bonito! Uma cidade pra ninguém botar defeito.*¹¹⁰

Bourdieu apresenta um exemplo que muito se aproxima do ponto de vista de Rosa: os solares ingleses cujas "rissonhas perspectivas [...] transformam o campo e seus camponeses em paisagem para o prazer do proprietário". Ele explica que há ainda os lucros de ocupação, relacionados à posse de um espaço físico de largas dimensões externas, como um grande terreno, um apartamento amplo ou um solar inglês que garantem por essas características a distância daquilo que é indesejado.¹¹¹

Rosa não tem os capitais necessários para auferir esses lucros de ocupação e sua percepção da paisagem é oposta àquela do proprietário no exemplo de Bourdieu. Entretanto, sua fala expressa a mesma lógica na qual o distanciamento da realidade de determinado espaço e a contemplação de uma vista tida como bela, desejável, são parâmetros para a caracterização de determinados espaços como de qualidade, de distinção e prestígio. Só com a eliminação do feio, dos indesejáveis e o distanciamento necessário para a contemplação de uma paisagem que inspire os ideais de beleza e modernidade, o São Francisco poderia ser percebido como *uma cidade*

¹⁰⁸ Entrevista número 11, concedida em 11 de dezembro de 2019, no Conjunto Basa, São Francisco.

¹⁰⁹ Entrevista número 11, concedida em 11 de dezembro de 2019, no Conjunto Basa, São Francisco.

¹¹⁰ Entrevista número 1, concedida em 25 de janeiro de 2019, na Rua Seis, próximo ao Morro, no São Francisco.

¹¹¹ BOURDIEU, Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado, [1991] 2013, p. 139.

para ninguém botar defeito e aproximar-se dos bairros reconhecidos como tal, Renascença e Ponta D'Areia.

Voltando ao sentimento crescente de insegurança, além da opção cada vez mais comum por itens de segurança residencial, a autosegregação das classes médias e alta como reação a esse sentimento, representada sobretudo pelos condomínios fechados, tem consequências tão relevantes para a fragmentação do espaço quanto os territórios controlados por organizações criminosas. Essa autosegregação contribui para a dissolução da cidade enquanto “entidade geográfica que, apesar da pobreza e da segregação, poderia ser apresentada sem maiores problemas como uma ‘unidade na diversidade’”. Ela é, segundo Marcelo Lopes de Souza, uma “solução escapista” que “representa uma fuga e não um enfrentamento, muito menos um enfrentamento construtivo. Como tal, não passa de uma pseudo-solução”.¹¹²

Essa união na diversidade das cidades, é uma ficção, uma utopia. Como observa Bourdieu, “é muito duvidável a crença de que a proximidade espacial, a coexistência de agentes muito distanciados no espaço social, possa ter um efeito de reaproximação desses agentes, de dessegregação”. “Não existe nada mais distante e intolerável do que pessoas socialmente distantes que se encontram próximas no mesmo espaço físico”.¹¹³

Ainda que Marcelo Lopes de Souza não se referira a uma relação de fraternidade entre as pessoas e coisas diversas em um mesmo espaço, mas sim a continuidades ou certa coerência nesse espaço por conta da conformidade sob uma única lógica de produção, gostaria de pensar essa colocação do autor e sua compreensão do escapismo da classe média pela sua aproximação com o pensamento colonial, para então propor um exercício.

No espaço do São Francisco também há reações da classe média à convivência com as populações das classes mais baixas que não se restringem ao escape e que significam resistências, no sentido de contrapor e disputar esse espaço.

Diana Taylor explica no livro *O arquivo e o repertório* que a tendência que têm os estudos culturais de tratar todos os fenômenos como textos, os diferencia dos estudos das performances. O treinamento dos estudiosos da cultura pode fazê-los transformar tudo que veem em narrativas e escritos, pois textos e leitura são centrais para o mundo e a segurança profissional dos acadêmicos de classe média. Contudo, passar a estudar as performances não subentende a mudança do objeto de análise para o “ao vivo”, mas sim a compreensão dos roteiros como paradigmas, de forma que, sem privilegiar o texto e a narrativa, sejam repensados os métodos de análise.¹¹⁴

Os roteiros são paradigmas que geralmente funcionam por meio do que Taylor chama de “reativação”. Em lugar de ser uma cópia, uma imitação, ou repetição puramente, o roteiro constitui algo que acontece repetidas vezes, mas de maneiras atualizadas. São estruturas que seguem certas fórmulas e que têm predisposição para certos resultados, mas que deixam margem para a inversão e mudanças. Eles invocam situações passadas realizando eventos muito diversos entre si, mas que contém o mesmo caráter de instrumentalidade e transitividade,¹¹⁵ como os roteiros do descobrimento dos povos nativos na América, por exemplo, que apesar de sua banalização, contém esse caráter e têm em sua essência algumas relações entre os atores que dele participam.

¹¹² SOUZA, *Fobópole*, 2008, cap. 1, Cidades fragmentadas, medo generalizado, pp. 70, 71.

¹¹³ BOURDIEU, Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado, [1991] 2013, p. 139.

¹¹⁴ TAYLOR, *O arquivo e o repertório*, 2013, cap. 1, Atos de transferência, pp. 59–60.

¹¹⁵ *Ibidem*, pp. 64, 66.

[...] transporta ‘nós’ (como líderes de expedição ou leitores de jornal) daqui para um ‘lá’ exótico; transfere o ‘não nosso’, para o ‘nosso’; traduz os sistemas de comunicação do Outro para um sistema que afirmamos compreender; transforma encenações passadas (roteiros de descobrimento mais antigos) em resultados futuros (geralmente a perda de terras nativas). Ao fazer isso, o roteiro simultaneamente constrói o objeto selvagem e o sujeito que vê — produzindo um ‘nós’ e um ‘nosso’, enquanto produz um ‘eles’. Ele normaliza o conceito extraordinário de que o descobrimento ainda é possível [...] sem questionar o óbvio: não descobertos por quem?”¹¹⁶

As fontes que permitem passar adiante um roteiro, ao reencená-lo, transmiti-lo, podem vir tanto do arquivo quanto do repertório, e a cena é o que precisa ser estipulado para que essa transmissão ocorra. Uma cena é um local físico que denota intencionalidade, “o lugar nos permite pensar sobre as possibilidades da ação. Porém, a ação também define o lugar” e quanto à participação dos atores e espectadores, existe o impedimento do distanciamento, “o roteiro nos força a nos situar em relação a ele. Precisamos estar lá, como parte do ato de transferência”.¹¹⁷

Considerando a teoria de Taylor sobre os atos de transferência e especialmente os roteiros de descobrimento, proponho a cogitação de uma ação dos moradores da classe média do Basa como transmissão desse roteiro e, portanto, como uma reação de enfrentamento, um contraponto à autossegregação como única solução da classe média que busca a fuga em vez de uma posição ativa.

Em dez de julho de 2018 foi aprovado na Câmara Municipal de São Luís, um projeto de lei que dispunha sobre a adoção da Praça Botafogo pelo Consulado de Portugal. Esse projeto surgiu da iniciativa de uma das moradoras do Basa que, fazendo uso de seus contatos entre os vereadores, fez constar em pauta na Câmara. Contudo, o projeto não foi sancionado pelo prefeito de São Luís e à moradora responsável pela mobilização dos vizinhos e elaboração do projeto, resta a esperança de que, nas eleições de 2020, o candidato com quem tem proximidade o sancione.

Consta no parágrafo único do artigo primeiro do projeto de lei que a alteração do nome da Praça Botafogo para Praça Portugal, tem por objetivo “homenagear Portugal, país responsável pela colonização da cidade de São Luís, bem como todos os portugueses e descendentes que aqui fixaram residência”.¹¹⁸ Com a mudança de nome da praça, o Consulado se mobilizaria para assumir o espaço batizado em sua homenagem e transformaria o espaço que atualmente *está um lixo*.¹¹⁹ A outra justificativa dada pela moradora responsável pelo projeto, no ato da coleta de assinaturas entre os vizinhos, era o temor que ela tinha em relação ao uso da praça pelos futuros moradores do Residencial José Chagas, que na época, encontrava-se ainda em construção. Para Fernanda, os maiores usuários da praça já são os moradores da Ilhinha, que contribuem muito para a insegurança e depredação do espaço, e com a entrega das unidades residenciais do José Chagas, mais pessoas seriam atraídas para utilização do espaço da praça. A adoção da praça pelo Consulado, pelo estado de conservação e possíveis reformas, inibiria o uso por essas pessoas indesejáveis.

¹¹⁶ TAYLOR, *O arquivo e o repertório*, 2013, cap. 2, Roteiros do descobrimento: reflexões sobre a performance e a etnografia, p. 92.

¹¹⁷ TAYLOR, *O arquivo e o repertório*, 2013, cap. 1, Atos de transferência, pp. 62, 65.

¹¹⁸ MARANHÃO, Projeto de Lei 256/2017, 2018.

¹¹⁹ Entrevista número 16, concedida por meio de aplicativo de mensagens por Fernanda, moradora do Basa.

Foi tudo aprovaquinho, bonitinho, o problema foi seu Edvaldo Holanda Júnior, entendeu? Que não quis... apesar de ser uma solicitação da população, dos moradores do bairro, que iam ter melhorias com o Consulado assumindo a praça. Inclusive a mulher do cônsul me disse que ia deixar a praça um brinco! E ele não resolveu sancionar. Então, como a praça não se chama Portugal, o consulado não assumiu.¹²⁰

Num exercício de perspectiva, comparável ao que Diana Taylor conceitua como roteiros do descobrimento, essa ideia de submeter a praça à tutela do Consulado de Portugal pode ser vista como uma forma de reencenar, trazer de volta à cena, a colonização, num espaço que é um espaço de disputa entre modos de vida diferentes.

No caso da praça, ainda que não haja um descobrimento, existe uma reclamação de território, contando inclusive com a justificativa de que, em 1612, foram os portugueses que colonizaram essa cidade. Se utilizando tanto do arquivo, quanto do repertório, haja vista o fato de que é preciso um certo conhecimento incorporado e de que há uma dimensão performativa na formalização de um pleito através de um projeto de lei, situações passadas, que também pressupõem a invenção de um 'nós' e um 'eles', são invocadas e atualizadas num roteiro que tem muito claramente um caráter de instrumentalidade.

Nós reclamamos e cobramos esse território que, teoricamente, foi apropriado por eles, um povo, como Cristóvão Colombo descreveu os nativos, sem roupa, sem credo, nem certamente civilização, "em suma, um povo a quem faltava tudo", hoje representados pela ralé e os batalhadores.

Não são inexistentes, portanto, as reações da classe média. Sua autosegregação no São Francisco não é um movimento somente escapista, ele também é reativo e ofensivo, porém, de maneiras que muitas vezes não percebemos sem que haja um exercício de mudança de perspectiva e questionamento do que é transmitido e reencenado.

¹²⁰ Entrevista número 16, concedida por meio de aplicativo de mensagens por Fernanda, moradora do Basa.



Figura 38: Rua Coronel Chaves em um dia de semana, por volta das 17 horas. A edificação em construção é um futuro prédio de escritórios de uma empresa que já possui um edifício no bairro, em frente à praça Botafogo, cuja obra encontra-se parada desde 2019. A pequena edificação azul no final da rua é o posto policial da Praça Botafogo. A foto foi tirada exatamente no meio do caminho entre a Praça da Igreja e a Praça Botafogo. Fonte: Fotografado por mim em 2020.

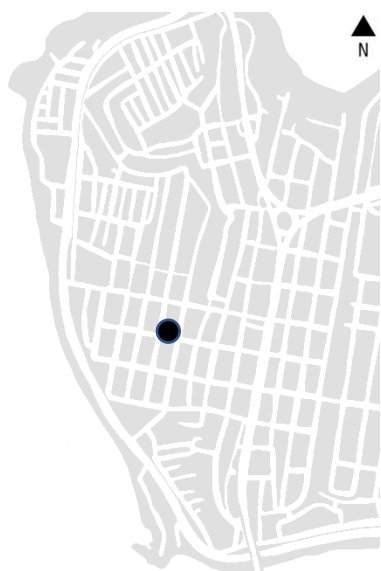
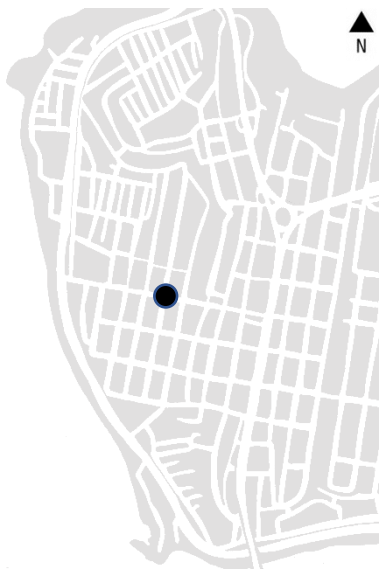


Figura 39: Casas do conjunto da Mota Machado na Rua Maria Firmina dos Reis ou Rua Nove e ao fundo prédios dos bairros da Ponta D'Areia e Ponta do Farol. Seguindo nesta rua chega-se ao São Francisco 'de baixo' e à Ilhinha. Na foto é possível perceber o desnível suave do terreno. Segundo os moradores do Basa entrevistados na pesquisa de campo, a maré e o manguezal chegavam até bem próximo a essas casas nos anos 1970. Fotografado por mim em 2020.



▲
N

Figura 40: Rua Benício Fontenele ou Rua da Feira. Mesmo que a Feira do São Francisco se localize em um galpão nas Ruas Nove e Dez, essa rua é conhecida como Rua da Feira por muitas pessoas, pois em dias de semana concentra algumas barracas que vendem frutas, temperos e hortaliças, em frente aos pequenos prédios e casas de uso misto que podem ser vistos nessa fotografia. Essa foto foi tirada já no final do dia de trabalho, quando o movimento na rua já não era mais tão intenso. Fonte: Fotografado por mim em 2020.



▲ Figura 41: Vista do encontro entre a Rua Oito (de onde foi tirada a fotografia), a Souza Gaoso (transversal) e a Avenida Presidente Dutra. A Rua Souza Gaoso determina o limite que separa o Morro do restante do bairro e na Rua Oito se encontra uma das quadras originais do Conjunto Basa. À esquerda, na imagem, onde estão sentadas as duas mulheres, funciona uma pequena lanchonete e uma banca de frutas. É possível ver um mercadinho em segundo plano. Comércio desse tipo são muito comuns nessa parte do bairro, assim como no outro lado, próximo à Ilhí-nha. À direita na foto, onde tem árvores funciona um lava jato e logo ao lado o colégio Frederico Chaves. Fonte: Fotografado por mim em 2020.



Figura 42: Festa no salão de reggae Espaço Aberto, no São Francisco. Entre as décadas de 1980 e 1990. Fonte: Acervo do Museu do Reggae.



Figura 43: Festa no bar de reggae Toque de Amor, na Praia da Ponta D'Areia. A data é incerta, entre meados da década de 1980 e 1990. Fonte: Acervo do Museu do Reggae.

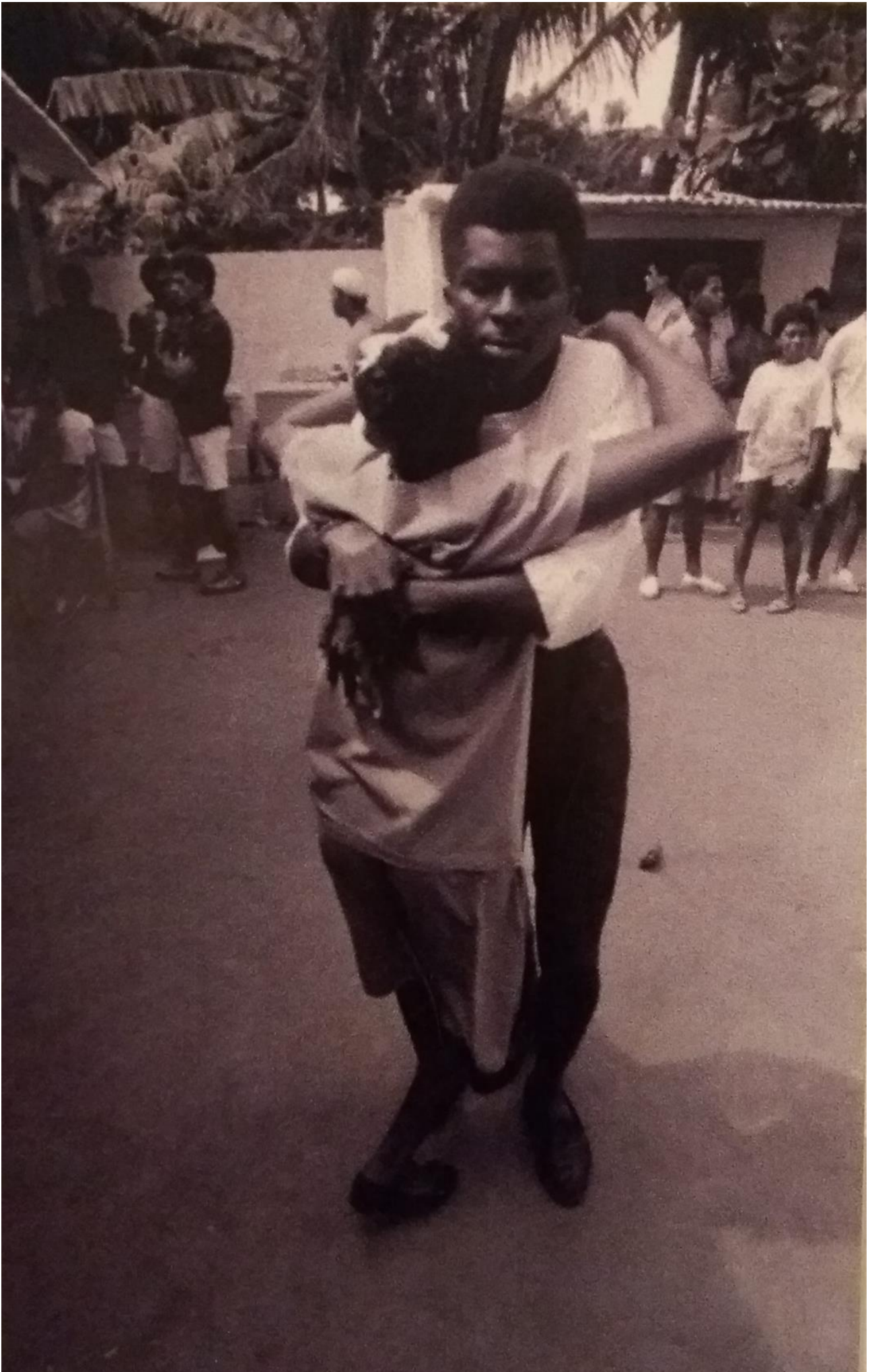


Figura 44: Dançarinos no salão de reggae Espaço Aberto, no São Francisco. Por volta de 1986. Fonte: Acervo do Museu do Reggae.



Figura 45: Na fotografia, a avenida que faz uma curva é a Ferreira Gullar, nas margens dessa avenida, no centro da curva, uma porção de casas da Ilhinha; fora da curva, as quadras do Residencial Ana Jansen e circundando-as, junto ao manguezal, a comunidade da Portelinha (telhados de cor clara avançando sobre a vegetação) e algumas outras casas construídas após o residencial, entre elas casas das vilas Maruim e Jumento. Os limites que as separam da Portelinha não são claros. O pequeno curso d'água no centro da imagem, no meio do manguezal, é o Igarapé da Jansen. Nessa fotografia a maré está seca e, portanto, o nível da água no igarapé é bem baixo. Contudo, antes das obras das avenidas Ana Jansen e Ferreira Gullar, suas dimensões eram muito mais largas. O bairro da Ponta D'Areia, mais especificamente a região chamada de Península está entre o mangue e a praia. A estrutura que avança sobre o mar, na parte superior da fotografia, é o Espigão Costeiro, barreira de pedras construída para conter o avanço da maré e a conseqüente erosão das vias do bairro.
Fonte: Blog Caos Planejado, 2020. [\[Link\]](#)

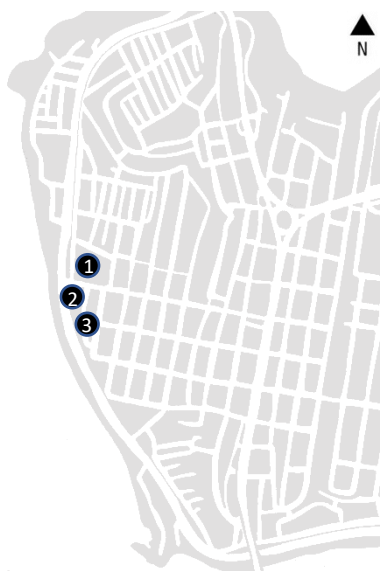
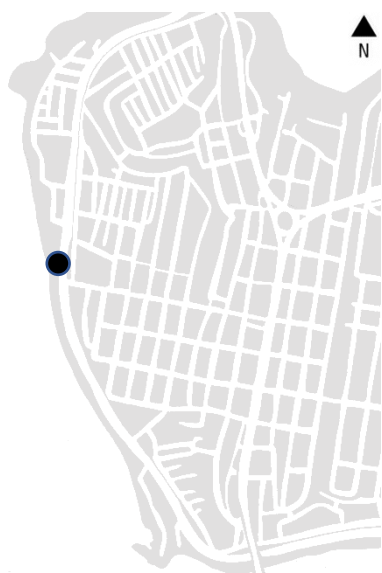


Figura 46: Prédios do Residencial José Chagas (1) na Avenida Ferreira Gullar e praça (2) logo em frente, inaugurada cerca de um mês antes da entrega das unidades habitacionais. Essa praça se localiza logo abaixo da Praça Botafogo (3), no Sítio Campinas e recebe um movimento grande de pessoas todos os dias da semana após às 16:00, quando 'o sol já está frio'. À esquerda na foto, nas margens da avenida, aparecem algumas casas da Vila Jumento e do Residencial Ana Jansen. Ao fundo, prédios do Renascença e da Ponta D'Areia. Fonte: Divulgação, Governo do Maranhão, 2020.



▲
N Figura 47: Casas da Vila Jumento, junto à Avenida Ferreira Gullar (não pode ser vista na imagem, mas segue paralelamente ao caminho de terra visto à esquerda). Ao longo desse caminho de terra várias outras casas se alinham e no fim existem currais para animais de carga e um espaço para produção de carvão que é comercializado na Avenida. É interessante observar a grande diversidade de materiais usados nas construções dessas casas. Elas ilustram bem os diferentes momentos da produção de moradias em ocupações como a Vila Jumento, representados pelo uso de materiais muito improvisados e rejeitos da construção civil, inicialmente e pelo emprego de técnicas e materiais mais elaborados, ainda que de baixo custo, como é o caso dos tijolos cerâmicos empilhados, em seguida. Fonte: BOGÉA, 2016.



Figura 48: Casas da Vila Jumento, junto ao manguezal. Essas casas ficam atrás das casas que são vistas na figura 47 (p.132). Nas vilas Maruim e Jumento, as residências mais próximas da Avenida Ferreira Gullar, ou das ruas do Residencial Ana Jansen, são geralmente de alvenaria e construídas sobre aterros. As casas vizinhas a elas são em maioria palafitas. À medida que vão sendo construídas mais casas, a área aterrada também cresce e as características das moradias mudam. Nessa imagem vê-se a contenção do terreno feita por entulho de construção e pneus e à direita algumas bianas, embarcações tradicionais à vela. Fonte: BOGÉA, 2016.

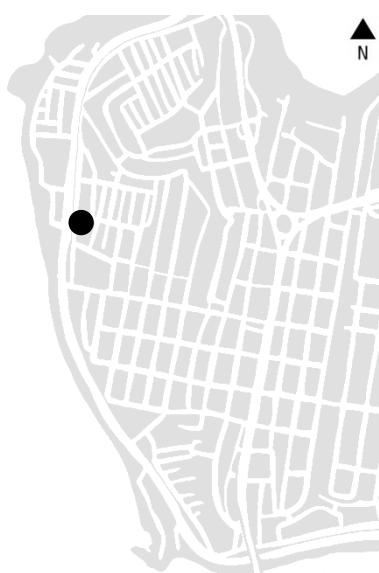


Figura 49: A inscrição no muro de uma oficina mecânica diz: “Atenção. Desliga o farol e liga a luz interna. Baixa os vidros. B.40”. As palavras são uma advertência da facção criminosa Bonde dos 40 aos motoristas que trafegam por essa rua. As orientações visam possibilitar a identificação de quem conduz os carros que acessam o espaço e denotam claramente a existência de fronteiras entre territórios no espaço do São Francisco, além da declaração da existência de ordens e códigos paralelos no espaço da cidade. Essa rua localiza-se muito próxima à Avenida Ferreira Gullar e num espaço que é tido como Ilhinha por uns e São Francisco por outros. Ao lado dessa oficina mecânica, que é um prédio de padrão construtivo muito simples, a residência em cujo muro se vê a placa de venda, tem um padrão muito destoante das demais. Um exemplo típico dos contrastes observados no bairro. Fonte: Fotografado por mim, 2018.

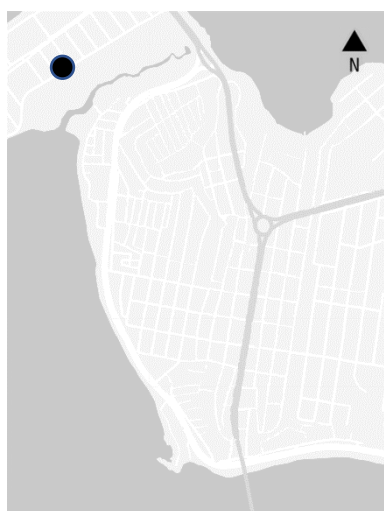
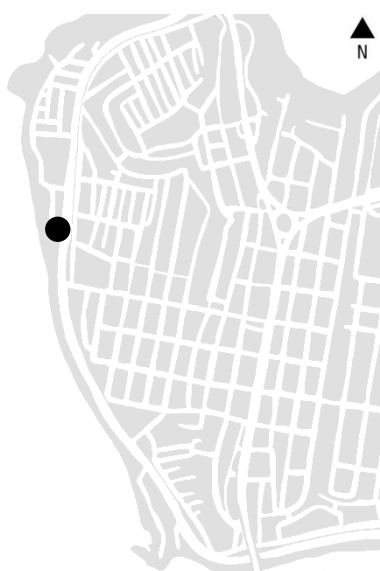


Figura 50: Em um muro de um terreno desocupado na Ponta D'Areia, lê-se a mensagem: “Proibido roubar na comunidade. B.40”. Mais uma comunicação da facção Bonde dos 40, mas dessa vez direcionada aparentemente aos membros da organização criminosa, em vez de comunicar-se com a população em geral (como na imagem anterior). Nesse caso, o ponto mais curioso levantado por essa mensagem é o uso da palavra comunidade em uma marcação feita fora do São Francisco, num bairro onde quase toda a população é de pessoas ricas e o espaço ocupado por condomínios de alto padrão. Geralmente a palavra comunidade e inscrições do tipo são encontradas nas vias de acesso à favelas. Fonte: Fotografado por mim, 2019.



▲
N

Figura 51: Mais uma mensagem do Bonde dos 40, no campo Beira Rio, localizado no Conjunto Residencial Ana Jansen. Lê-se: “Proibido roubar na favela. B.40”. No dia em que foi tirada essa fotografia, um sábado, estava acontecendo um torneio de futebol que ocorre periodicamente no mesmo lugar. Os moradores se reúnem em diversos espaços no entorno do campo. Fonte: Fotografado por mim, 2019.



Figuras 52 e 53: Casas que conservam ainda as características originais de sua construção nas décadas de 1970 e 1980. Fonte: Fotografado por mim, 2020.

**FRANCISCO E ROSA
SÃO FRANCISCO
JANEIRO DE 2019**

Era uma sexta-feira quando cheguei no pequeno comércio que fica na esquina da Rua Seis, próximo ao Morro, no São Francisco. Francisco estava em pé junto ao balcão e Rosa estava sentada numa cadeira de macarrão nos fundos, em frente a uma porta aberta para a garagem da moradia do casal. Eu me apresentei e expliquei o motivo da minha visita para Francisco. Rosa só observava de longe e acenava com a cabeça positivamente. Conversamos em pé, rente ao balcão, enquanto Francisco atendia os clientes, que entravam e saíam, e que tomavam cerveja na calçada e vinham de tempos em tempos pedir mais uma garrafa. De vez em quando éramos interrompidos também por alguém que parava na porta e puxava uma conversa ligeira antes de seguir caminho pela rua. Mesmo que eu tenha dirigido as primeiras perguntas da entrevista à Francisco, Rosa respondia boa parte delas pelo marido, permanecendo sentada na cadeira, nos fundos do comércio por um bom tempo, até que se levantou, se apresentou e participou da entrevista, que durou cerca de uma hora.¹

Rosa Aí ele tem que começar assim: *do João Paulo² eu vim para cá. Atravessei na canoa*. É assim que ele tem que dizer.

Francisco Vamos assim. Quando eu morava no João Paulo, eu era solteiro. Aí eu trabalhava na Feira da Praia Grande, aquela feira ali, comercial, perto da Câmara Municipal. Depois eu casei e fiquei trabalhando na Feira da Praia Grande. Aí depois eu me mudei pra cá. Eu mudei pra cá em [19]67, pra cá pro São Francisco. Vim morar na Rua Três. Da Rua Três foi que eu mudei pra cá, em [19]68.

R. Não, menino. Da Rua Três você comprou uma casinha ali, onde a ponte passou.

F. Sim. Isso, isso! Eu morava na Rua Três de aluguel, aí em [19]68, no final de [19]67, eu comprei uma casinha bem ali perto da Caixa Econômica.³ Isso antes da ponte. Quando a ponte passou, que eles fizeram a avenida, eles me indenizaram lá e eu vim pra cá, em [19]68. Eu moro aqui desde [19]68. Esse comércio tem aqui 51 anos. [...] Eu tô aqui desde [19]68, aqui nesse comércio.

R. *Tive sete filhos, criei todos aqui nesse lugar*. [Rosa se aproxima do balcão. Francisco ri.] [...] Nós casamos e viemos pra cá. Vim com meu filho mais velho com dois meses de nascido, atravessando na canoa, pra vir pra cá.

Alícia A família da senhora também é de Guimarães?

¹ Entrevista de número 1.

² João Paulo é um bairro de São Luís próximo ao Centro, cuja ocupação se deu na década de 1960.

³ Se referindo à localização atual da agência bancária, na Avenida Castelo Branco.

- F.** É de São Bento.
- R.** Meus pais lá no interior, era pesca, era bater rede. Minha mãe era fazendeira de rede e meu pai era pescador, fazia também telhas, tijolos. [...]
- F.** O meu filho mais velho quando nasceu eu morava no João Paulo. São sete filhos, seis nasceram já eu morando aqui.
- A.** Aqui mesmo? A casa dos senhores é nesse mesmo lugar, não é?
- F.** Exatamente. A casa apegada aqui. Então são sete filhos, eu mais da minha mulher. E criei três netos desde que nasceram, então eu considero dez filhos. [...] Aqui, apesar de ter sido na canoa, porque ainda não tinha a ponte quando eu me mudei, mas depois da ponte cresceu. O São Francisco era considerado um bairro pobre e depois da ponte cresceu... ficou... cada dia que passa...
- R.** Nós agradecemos a ponte ter passado, que cresceu rapidamente. [...]
- F.** Aqui mudou tudo, tudo!
- R.** Muita gente, tudo cresceu, ficou mais bonito!
- F.** Muita gente. As coisas ficaram mais caras, os terrenos, e cresceu muito.
- A.** E a vizinhança, mudou muito, desse tempo pra cá?
- R.** Não.
- F.** Não, não, pouca coisa. Os que vieram já são antigos. Os que saíram a gente já não tem lembrança porque já faz muito tempo e os que vieram depois deles são maravilhosos, são a mesma coisa, são todos antigos. [...]
- R.** É, mas cada um na sua casa.
- F.** São famílias, são filhos e netos, os que permanecem. Os velhos alguns já faleceram, uns se mudaram, mas os que ficaram são a mesma coisa.
- R.** Eu não tenho o que dizer desse pedaço que eu moro. Aqui eu criei meus filhos, eduquei meus filhos todos, todos têm família já e não tenho o que dizer desse pedaço, da minha rua. [...]

- R.** Desde que eu mudei pra cá, a diferença é muito grande. De ter melhorado, porque quando nós viemos pra cá, era um povoado, era como se fosse um interior. Nós considerávamos como se fosse um interior. Aqui a frente era toda cheia de mangue, tanta praga⁴ que a gente não podia abrir a boca! E hoje não, hoje já se tornou... ficou grande. Um pouquinho de praga pra cada uma casa! [risos] Eu não tenho o que dizer do meu São Francisco. Se disser assim: *não, o São Francisco é isso...* Eu não digo! Criei meus filhos, eduquei meus filhos, porque vai de cada pai, educar seus filhos. Eu vigiava meus filhos vinte e quatro horas! Porque se você vigiar seu filho, seu filho não sai da linha. Então não tenho o que dizer. Muito bom.
- F.** Nós não temos vontade de sair daqui. Foi aqui que criamos nossos filhos, os educamos. São formados, todos. Dos dez, só falta um formar!
- R.** E eu agradeço — eu sei que não se fala em candidato —, mas eu agradeço seu Sarney, que muitos discriminam e falam, mas eu não falo. Quem quiser falar, pode falar, porque eu não falo! Porque eu sei o que que era o São Francisco. E hoje você sai pra Ponta D’Areia, pro Renascença... Você vê, nós estamos dentro de uma cidade! [...]
- F.** A gente chega bem ali no Renascença e tem a impressão de que está em outra capital.
- R.** Você olha e é só prédio! [...]
- F.** Você vê, de frente ao Shopping Tropical, se você ficar no meio ali, no centro da avenida, você olha pros lados, pensa que está em outra capital. [...] Uma capital desenvolvida.
- R.** Aqui eu considero a cidade nova, ali ficou a cidade velha, já quase isolada. [Se referindo ao Centro com um gesto da mão] [...]
- F.** O São Francisco não tem mais pra onde crescer!
- R.** Pode é ajeitar o que já tem feito, pra ficar todo tempo bonitinho, mas não tem mais... a não ser essa avenida, que pode sair assim... tirarem alguém e mudarem pra outro lugar, e fazer bonito pra ficar assim... é a única coisa que tem pra mexer. [...] Quem vem embora nessa avenida e sai aqui embaixo da ponte. Se fizer isso aí, pronto! Fica uma cidade muito bonita. Quem tá do outro lado [no bairro do Centro] e olha pra cá, vê uma cidade bonita. Porque pra você ver coisas bonitas, você tem que ir pro Renascença, porque se você tá do lado de lá [do

⁴ Mosquito, muriçoca, carapanã, pernilongo.

Centro], você não olha na beirada, coisa bonita, que é as favelas né? Mas se tirar, botar eles num lugar que agrada eles, porque hoje nada agrada ninguém, aí fica bonito! Uma cidade pra ninguém botar de-feito. [Pausa longa]

- A.** Dona Rosa e se eu lhe pedisse pra fazer de conta que eu nunca morei aqui, que cheguei agora, como a senhora me apresentaria o bairro do São Francisco? Pra eu me situar, caminhar no bairro, como a senhora faria?
- R.** Olha, eu moro aqui nesse pedaço, eu te digo: ande nesse pedacinho aqui que ninguém vai lhe mexer. Mas se você sair aqui pra Ilhinha, já não vou lhe dizer nada, porque se você for andar pra essa parte de... pra essa parte de favela, eu não posso dizer que ninguém vá lhe mexer, porque pode ter alguma pessoa que possa querer mexer, mas se você andar por aqui...
- F.** Isso é São Luís toda! Ninguém pode dizer: *ah, aqui tá ruim, acolá tá bom.*
- R.** Mas, no São Francisco, do que eles mais falam é a Ilhinha.
- F.** Aqui tem gente ruim, em outro lugar tem. Nessa rua tem gente ruim, na outra rua também tem. É como os estados. Aqui tão matando gente, em outros estados tão matando também. [...]
- R.** É saber andar. Não vai pra uma rua que não conheça, porque a gente não sabe o santo mau que pode encontrar. Olha, aqui outro dia... aqui quase ninguém coisa, porque aqui todo mundo conhece todo mundo, mas a moça vinha e o motoqueiro vinha seguindo ela. Aí eu atendendo o freguês aqui quando ela: *ô moça, segure aqui o meu celular.* [...] Aí eu disse: *o que foi?* e peguei o celular dela e ela voltou. Foi juntar a bolsa. [...] o motoqueiro achou que depois de duas casas ali não conheciam ele e chegando aqui já poderiam conhecer ele. Então, ele atacou logo ela bem ali pra tomar a bolsa, mas não levou nada, porque ela tirou o celular, saiu correndo e entrou pro comércio e ele deu meia-volta e foi embora. [...]
- F.** Olha, tu quer saber da verdade? Nós aqui não temos o que dizer sobre assalto, roubo, essas coisas. O tanto que eu moro aqui, cinquenta e um anos, olha essas portas aí. Não tem gradil! As vezes o pessoal vem aqui e pergunta: *você não tem gradil porquê?* Ela [apontando para Catarina] até disse assim um dia pra uma pessoa que perguntou: [...] *Não*

uso porque aqui não tem ladrão! Todo lugar que tu vai, tu acha um gradil de ferro. Aqui não tem.

- R. Aquele mercadinho ali embaixo, entraram lá e não aqui...
- F. Todo comércio tem gradil. Aqui a gente nunca botou porque nunca houve necessidade.
- R. Mas se eu fosse: *ah, vou botar gradil!* Eles querem é isso, minha filha, que você tenha medo! Você teve medo no olhar, o menino, o safado, é tipo um cachorro. Ele conhece no olhar quando a pessoa tá com medo.
- F. É porque a aparência engana. Se tu tiver com uma bolsa bonita, toda arrumada com uma bolsa bonita, o bandido pensa: *ah, ela tá com dinheiro.* Mas se eu tô de uma camiseta aqui, andando na rua, eles dizem: *ah, esse velho não tem nadinha!* Se eu botar uma grade de ferro aí, eles pensam: *ah eles têm medo de roubarem eles, eles têm coisas de valor.* Então a gente fica aqui, simples mesmo. Todo mundo já conhece a gente aqui e nós estamos bem. Graças à Deus. [...]
- R. Às vezes as pessoas já vão te dizendo assim: *não vai, não anda por aí.* Uma vez aconteceu com ele. Ele foi ver uma farinha na Fé em Deus...⁵
- F. Eu perguntando pra uma moça: *moça, onde é que fica a rua fulano de tal?* Eu tava dentro da Fé em Deus. Ela disse: *moço, a rua é aquela bem ali, mas, por favor, não vá por aquela rua, porque quem vai, é acostumado a não voltar.* Aí eu liguei pro homem que eu ia pra casa dele, falei pra ele, e ele disse: *não senhor, pode vir aqui. Aqui não tem problema não!* Aí eu fui, o cara me atendeu, eu vim-me embora e não teve nadinha. [...] Eu não daria informação nenhuma sobre o São Francisco e nem sobre outros bairros, porque às vezes eles dizem assim: *ah, minha rua é ruim.* A outra também é! Então não é diferente. Se a gente for deixar de sair de casa porque podem nos roubar, a gente não vai sair nunca.
- R. Pois é minha filha, a gente mora aqui há muitos anos. Eles respeitam a gente!
- F. Não tenho o que dizer. Não tenho medo, não tenho nada!

⁵ Bairro de São Luís, próximo ao Centro, a cerca de cinco quilômetros do São Francisco.

5 ONDE SERÁ CIDADE AGORA?

[...] você vê, aí na avenida tem quadra praticamente inteira fechada...

Lá na Cohab¹ tu não tem onde parar o carro, lá naquela coisa doida. E ali tu não vê uma placa de aluguel. Tudo alugado, um movimento doido. Cohatrac², Maiobão³... Rapaz, Maiobão cresceu, mas cresceu! Cidade Operária? [...] Faz tempo que eu não ando pela Cidade Operária,⁴ mas acho que, no Maiobão, hoje o movimento tá maior. Antes era o contrário. [...] É que lá, expandiu. Essas moradias, essas coisas. Aqui não tem pra onde expandir. [...] não tem lugar. Tem uma elitezinha, que não vem pra cá. Quando quer qualquer coisa vai é pra lá, pra shopping. E não tem, a periferia é pequena. Lá não, é tudo arrodado de bairros grandes. Cohatrac praticamente tem vida própria.⁵

No ponto de vista de Emanuel e Raimundo, além dos prejuízos causados pelos episódios de violência entendidos como consequências da presença da Ilhinha, o São Francisco estagnou pois não lhe resta mais espaço para expansão. O bairro é representado na fala dos dois moradores quase como uma ilha dentro de São Luís, uma 'Upaon-Mirim' dentro da Upaon-Açu, cercada pelas águas do rio e do mar e pelas ocupações do entorno, Ilhinha, Morro e comunidades de palafitas. Para Emanuel, o São Francisco morreu. Ele brinca, dizendo que não entende o porquê de terem celebrado, em outubro, o dia de São Francisco,⁶ quando, naquele ano, deveria ter sido realizado o funeral do bairro.⁷ Mesmo com a diminuição da frequência dos assaltos e roubos, Emanuel e Raimundo, que vivem, um dos alugueis de quitinetes na Rua Coronel Chaves, o outro do comércio, na mesma rua, estão descrentes na recuperação do movimento de pessoas, clientes em potencial.

Um parâmetro usado por Emanuel é a ausência de uma filial da rede de farmácias recém-chegada à São Luís. Essas lojas, assim como as de uma famosa rede maranhense de supermercados, estão em toda a cidade, mas, como explica o morador, não se instalaram no São Francisco, pois não há demanda. A associação imediata é a do comércio e da presença de grandes empreendimentos com o 'crescimento' de determinado lugar. A queixa dos dois homens vem acompanhada de uma crítica aos moradores que não consomem no bairro, mas em shoppings e outros bairros de São Luís, a *elitezinha*. O contrário, segundo eles, acontece com os bairros mais distantes, Cohab, Cohatrac e Cidade Operária, que são citados como espaços de muito

¹ Bairro a cerca de 15km do São Francisco que surgiu a partir do conjunto residencial destinado às classes mais baixas construído pela Companhia de Habitação do Maranhão na década de 1960.

² Bairro próximo à Cohab, que teve origem por iniciativa da Cooperativa Habitacional dos Trabalhadores do Comércio no final da década de 1970.

³ Bairro do município de Paço do Lumiar a cerca de 20km do São Francisco.

⁴ Um dos bairros mais populosos de São Luís, fundado na década de 1980 pela Companhia de Habitação do Maranhão.

⁵ Entrevista número 14, concedida em 12 de dezembro de 2019, na Rua Coronel Chaves, próximo à Igreja do São Francisco.

⁶ Todo ano, no dia quatro de outubro, é realizado o festejo em homenagem ao santo, pela igreja do bairro.

⁷ Entrevista número 14, concedida em 12 de dezembro de 2019, na Rua Coronel Chaves, próximo à Igreja do São Francisco.

crescimento, com grande público consumidor e muita perspectiva de desenvolvimento, pela presença de bairros de classe média mais populosos no entorno próximo.

O São Francisco, como o Centro Histórico nas décadas de 1930 a 1970, é descrito atualmente pelos moradores como limitado, inadequado, anacrônico. O espaço que deveria superar todas essas características, antes representadas pelo Centro, é agora descrito mais ou menos nos mesmos termos.

Se já em 1986, pouco mais de quinze anos desde a inauguração da ‘Ponte da Esperança’, havia uma clara segregação sócio-espacial, e boa parte do bairro encontrava-se nas piores condições de infraestrutura, como descrito no artigo do jornal *Diário do Norte* intitulado “São Francisco dos Pobres”,⁸ vê-se que os ideais de progresso e modernidade não firmaram bases sólidas naquele espaço. A aspiração de inaugurar uma nova cidade, na qual o problemas que afligiam o Centro — pobreza, insalubridade, falta de infraestrutura — seriam contornados, não foi atendida. O mesmo acontece com a Ponta D’Areia. Também em 1986, o jornal *Diário do Norte* descreve o bairro como “o sonho que acabou”. A legenda de uma das fotos da reportagem diz: “uma aldeia? Não, a Ponta D’Areia” e o texto denuncia:

[...] outrora centro de modismo regional [...] hoje um grande destaque da praia com seu lençol de areia (já não tão branca) é uma grande quantidade de pedras e lixo, restos dos condomínios fechados que já estão sendo construídos ao longo de sua extensão de quase três quilômetros. [...] Os pequenos bares que se instalaram à beira-praia vão abandonando seus espaços e deixando a Ponta D’Areia mais vazia – alguns comerciantes foram expulsos pela especulação imobiliária.⁹

A ponte-símbolo do progresso e do moderno, como uma ponte pênsil cujas extremidades são atadas, uma ao que deve ser superado, a outra ao que deve ser alcançado, teve seus rumos reorientados. Desde 1970, o crescimento da cidade orientado ao longo de largas e extensas avenidas, nas margens das quais se distribuíam os núcleos residenciais, conformou parte de São Luís no padrão de uma cidade dispersa.¹⁰ Em 1991, por exemplo, o crescimento de São Luís, segundo o então secretário de urbanismo do município, deveria “priorizar a ocupação dos grandes vazios urbanos na cidade”, pois, àquela época, São Luís era tida como uma das cidades “mais espalhadas do país”.¹¹ Nessa cidade, o crescimento e o dito progresso se materializavam na forma de conjuntos habitacionais, a maioria financiada pelo Banco nacional de Habitação (BNH), e dos projetos e obras de infraestrutura, frequentemente superdimensionados, que consideravam a ocupação futura das áreas no entorno próximo. “A cidade resultante foi uma reunião de pedaços de cidade”, “fragmentos” isolados entre si por grandes distâncias ou pelo seu desenho, que impedia a comunicação direta entre os espaços.¹²

Recentemente, voltaram-se os interesses das grandes construtoras e da iniciativa pública — como representado pela obra do Espigão Costeiro inaugurada em 2014 e a recuperação do Forte de Santo Antônio, finalizada em 2017 — para a Ponta D’Areia, agora rebatizada de ‘península’,

⁸ DIÁRIO DO NORTE, São Francisco dos pobres, 07/10/1986, Sessão Bairro, p. 16. Capítulo “Rumos embaixo de caminhos”, pp. 74, 75.

⁹ DIÁRIO DO NORTE, Ponta D’Areia: o sonho que acabou, 10/12/1986, Sessão Cidade, p. 12.

¹⁰ VENANCIO, A cidade dispersa no Brasil. O caso de São Luís, Maranhão, 2017, p. 5.

¹¹ O ESTADO DO MARANHÃO, SL deve crescer ocupando vazios urbanos, 07/07/1991, s.p.

¹² VENANCIO, A cidade dispersa no Brasil. O caso de São Luís, Maranhão, 2017, p. 6.

símbolo de distinção que aparece no marketing das imobiliárias e construtoras, como um espaço onde se contemplam as origens, se reverencia a história e se vivencia o luxo.¹³

Em comparação com os bairros próximos, Renascença e Ponta D'Areia, o São Francisco torna a não se enquadrar na ideia que seus moradores fazem de cidade. Antes, na década de 1960, por ser considerado um povoado ou uma aldeia em relação ao Centro, em 2019, pelo fato de que o parâmetro de cidade agora se relaciona com a verticalização e se desloca para as comparações com outras capitais. [...] *a gente chega bem ali no Renascença e tem a impressão de que está em outra capital. Você olha e é só prédio. [...] Você vê, de frente ao shopping Tropical, se você ficar no meio ali, no centro da avenida, você olha pros lados, pensa que está em outra capital. [...] uma capital desenvolvida.*¹⁴

É importante destacar que, junto com a imagem de cidade feia e estagnada associada ao São Francisco pela presença das moradias dos mais pobres, o senso-comum atribui quase exclusivamente às ditas 'invasões' os danos causados às águas e à vegetação dos lugares que ocupam. Como no caso da Ilhinha, da Portelinha, das vilas Maruim e Jumento e das palafitas da lagoa nos anos 1990, que aparecem na mídia e nas palavras dos técnicos e do poder público como grandes responsáveis pelo assoreamento dos cursos d'água, pela devastação dos manguezais e pela poluição por resíduos sólidos e esgoto doméstico. Contudo, o que se entende quando se conhece a trajetória da produção dos espaços do São Francisco, da Ponta D'Areia e da Lagoa da Jansen no que diz respeito às obras públicas é que os primeiros grandes prejuízos ambientais foram causados por essas intervenções.

Mesmo as propostas de 'recuperação', 'revitalização' e 'contenção de danos', como o Espigão Costeiro e as obras de saneamento da lagoa em 1991 e 1992, têm, na verdade, um caráter maior de conformação, de acomodação do espaço para os usos que interessam aos grandes investidores e ao mercado imobiliário, que de fato um comprometimento com as questões de responsabilidade ambiental e social.

O exemplo perfeito dessa lógica é a obra do Espigão a qual é justificada como sendo necessária para conter um processo que na verdade é natural de áreas com movimento intenso de sedimentos e da maré em função de permitir a continuidade da ocupação da área por condomínios residenciais de luxo. O que muito provavelmente não aconteceria caso o planejamento urbano para aquele espaço tivesse considerado a dinâmica das águas e das dunas em primeiro lugar e ainda a enorme relevância daquele espaço de natureza para o sustento dos seus moradores. Assim São Luís ganhou mais uma área de lazer e turismo em um espaço mais central, como aconteceu com a criação do Parque da Lagoa da Jansen, enquanto periferias e outras áreas da cidade permaneceram por muitos anos ignoradas.

Quanto às péssimas condições da lagoa — o mal cheiro já característico do espaço, a contaminação dos peixes e a morte da vegetação — e a devastação do manguezal entre a Ilhinha e a Ponta D'Areia, no Igarapé da Jansen, suas causas são constantemente associadas à presença das palafitas e casas sobre aterro, sem considerar o impacto da construção das avenidas Ana Jansen e Ferreira Gullar no movimento das águas do mar ao longo do igarapé.

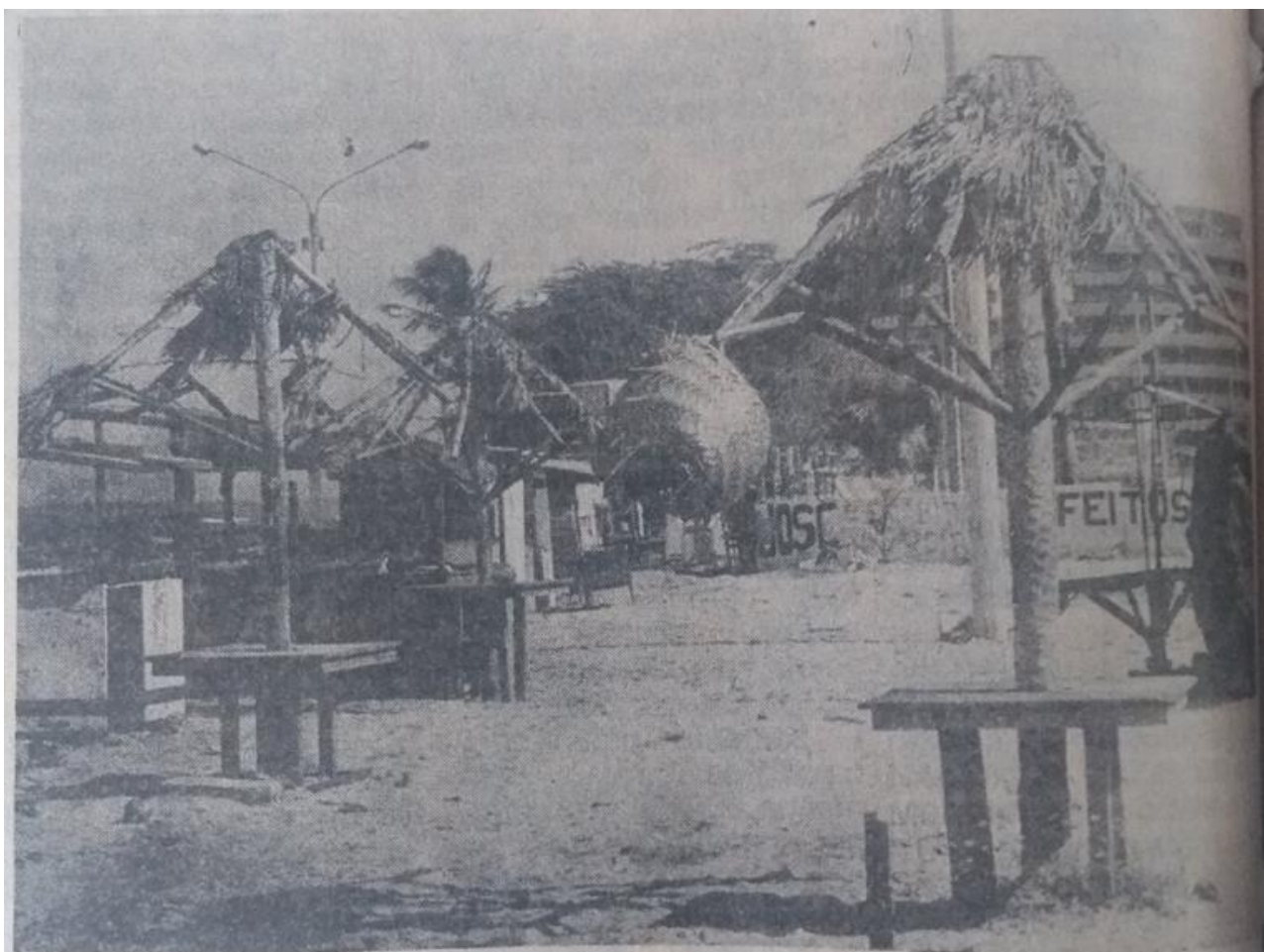
A produção do espaço tido como informal nesse contexto está muito ligada àquela do espaço formal. Como já escrevi, é uma ilusão conceber as *invasões* como empreitadas dos pobres exclusivamente, pois não só a compra e venda de terrenos muitas vezes tem a participação de

¹³ Imagem 44, p. 133.

¹⁴ Entrevista número 1, concedida em 25 de janeiro de 2019, na Rua Seis, próximo ao Morro, no São Francisco.

peessoas de maior poder aquisitivo e maior influência no lugar, como os materiais e as técnicas empregados nas construções das casas têm origem em obras públicas ou empreendimentos privados inseridos no mercado formal da construção civil. No início as casas pé-de-palito eram construídas com madeiras locais e por meio de um trabalho bastante artesanal, muito ligado ao lugar de origem e à história da família daqueles moradores, com o passar do tempo é possível ver essas características mudarem, as casas passam a ser aprimoradas com outros materiais e técnicas diferentes e assim o espaço 'irregular', 'subnormal' é produzido em certa consonância com a cidade formal.

Pontuar essas questões não significa 'absolver' as ocupações sobre o manguezal e às margens do mar da 'culpa' pelos impactos ambientais naquele espaço, nem mesmo propor uma visão que entende como contínuos e harmoniosos entre si os espaços do Basa e da Ilhinha, do Morro e demais ocupações, mas sim suscitar o questionamento acerca da justa atribuição dos pesos de cada uma dessas contribuições à produção do espaço do São Francisco.

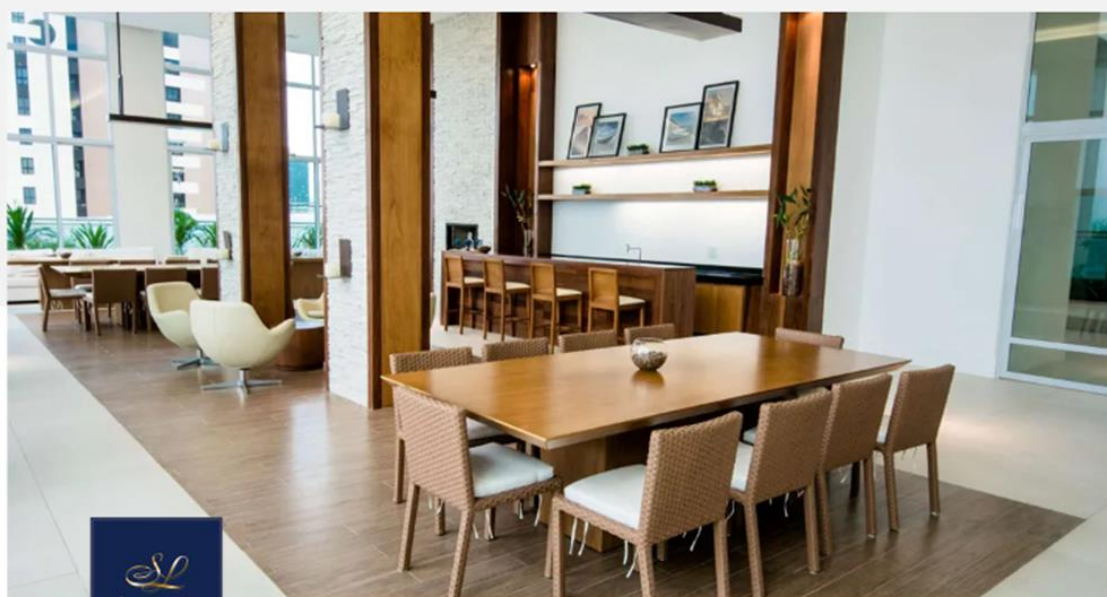


Uma aldeia? Não, a Ponta d'Areia



A praia que já era, vira cratera

Figura 54: Praia da Ponta D'Areia retratada pelo jornal *Diário do Norte*, 10/12/1986. Nas legendas das fotos lê-se: "Uma aldeia? Não, a Ponta D'Areia" e "A praia que já era, vira cratera". Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite, consultado em fevereiro de 2020.



PRONTO

Île Saint Louis

Apartamentos na Ponta D'areia | São Luís - MA

Lazer mais que completo, infraestrutura mais que exclusiva.

Contemplar as origens, reverenciar a história e vivenciar o luxo: foi com base nesses conceitos que nasceu o Île Saint Louis Exclusif Residence. Inspirado na ilha urbana cercada de sofisticação e elegância de Saint Louis, situada no coração de Paris, o empreendimento Île Saint Louis possui estrutura completa, do jeito que você sempre sonhou.

Apartamentos de 4
dorms

3 ou 4 suítes

183 a 305 m² de
área privativa3 ou 4 vagas na
garagemTerreno de 23150
m²

Nosso objetivo é ressignificar seu conceito de viver ▶

Mergulhe no universo da Cyrela e conheça os detalhes do nosso processo de criação

Figura 55: Apresentação de um condomínio de alto padrão na Ponta D'Areia. Fonte: Página da construtora Cyrela na internet. [\[Link\]](#), 02/30/2020

5.1. No São Francisco, de agora em diante

Retomando o que escreve Gilberto Velho, pressupomos familiaridades e exotismos como fonte de conhecimento e desconhecimento, respectivamente. Contudo, é possível experimentar choques culturais mesmo entre realidades próximas, cujos limites e interdições no espaço são evidentes e tratados com naturalidade.¹⁵ A associação imediata entre os moradores do São Francisco *de baixo* e os estereótipos atribuídos a eles, confere, segundo o que escreve Velho, insensibilidade aos estranhamentos e choques culturais no espaço. Contudo, adiciono a isso a participação na perpetuação dos privilégios de classe e na deslegitimação continuada de outros modos de vida.

Como moradora da classe média a minha insensibilidade foi superada pelo trabalho como pesquisadora, que me permitiu tomar conhecimento de um modo de vida quase independente na Ilhinha. Ainda que as relações entre patrões e empregados, muito comuns entre os moradores *de baixo* e os *de cima* principalmente pelo trabalho doméstico, estabeleçam uma conexão entre os dois espaços, as demais práticas — lazer, uso dos espaços públicos, comércio e consumo, relações de vizinhança — permanecem muito diversas e separadas. O Basa mais se relaciona com os bairros vizinhos do que com o São Francisco, enquanto a Ilhinha e o Morro movimentam o cotidiano do bairro.

Não cabe especular se, caso o bairro fosse inteiramente habitado pela classe média, seu cotidiano e os usos dos espaços públicos seriam diferentes, pois mais relevante é o fato de que duas concepções muito diferentes de cidade, frequentemente em conflito, partem de um mesmo contexto. A experiência do São Francisco resulta tanto na concepção do bairro como espaço morto, quanto na narrativa que o representa como espaço dinâmico e em evolução, e essas duas concepções nem sequer têm contato uma com a outra, reafirmando a fratura existente entre os espaços e as pessoas.

Uma observação parte da não abordagem do tema da violência pelos moradores da Ilhinha. A princípio presumi que não o fizessem como forma de ‘defender’ seu espaço de moradia, ou pela busca por alguma sorte de distinção. Afirmar que ‘aqui ninguém mexe com ninguém’ seria uma maneira de rejeitar o estigma daquele espaço. Isso me parece uma conclusão mais próxima da realidade quando lembro do que narraram Rosa e Francisco. São moradores que, numa posição intermediária, poderiam ser considerados parte do São Francisco de baixo por pessoas como Laura, que habitam o Basa, mas que distinguem a si mesmos dos moradores do Morro e Ilhinha pela posição de sua moradia, pelo seu meio de vida, pela trajetória de sua família. Mesmo que não haja uma conclusão quanto a isso, o que sobressai é o domínio que essas pessoas exercem, por meio dos seus relatos, sobre a produção do seu espaço de vida. Suas autoafirmações como participantes ativos desse espaço. Os moradores do Basa, por outro lado, se afirmam como experienciadores passivos das mudanças promovidas pelos demais. De toda forma, as narrativas seguem, assim como o espaço social, objetos de continua negociação.

5.2 Isolamento social

No ano de 2020, com a pandemia causada pelo novo Coronavírus, um contexto atípico se instalou e uma pergunta, antes absurda, pôde ser respondida: como ficaria a cidade se, de repente,

¹⁵ VELHO, *Individualismo e cultura*, [1981] 2004, cap. 9, Observando o familiar, pp. 126–127.

todos fossem recomendados a ficar em suas casas? A resposta para o bairro do São Francisco é, sem dúvidas, a seguinte: não muito diferente.

No dia cinco de maio de 2020, foi decretado pela justiça maranhense o *lockdown*, isolamento social rígido instaurado na ilha de São Luís para conter o avanço da Covid-19, valendo também para os três outros municípios da região, São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar. Durante esse período, dados estatísticos e informações veiculadas nas mídias apontaram a redução significativa na intensidade do fluxo de pessoas e veículos. Noticiários e o Governo do Estado propagandearam os efeitos positivos da medida rigorosa e veicularam imagens da cidade vazia, com ruas e avenidas completamente desertas. Os números apontavam redução de 85% na quantidade de passageiros no sistema de transporte público e 84,4% a menos de circulação de pessoas no perímetro semiurbano,¹⁶ além da redução de 72% no número de casos suspeitos.¹⁷

Nos bairros do São Francisco e da Ilhinha, os doze dias de vigência do *lockdown* foram dias de menor atividade, de mais silêncio. Não se ouvia o tráfego de veículos, nem vozes de pessoas, somente a radiola de reggae já familiar, em algum lugar perto da maré. A música é parte do cotidiano de toda a região. Numa grande área é possível escutar o som trazido pelo vento, oscilando entre maior e menor intensidade, marcando feriados e a chegada dos finais de semana. Nos dias compreendidos entre cinco e dezessete de maio, porém, pude escutar as pedras,¹⁸ carimbós e canções de brega na segunda-feira e nos dias que a sucederam. Essa foi uma marca clara de que as atividades na região do São Francisco não seguiam sua rotina típica. Ouvir aquela sequência numa segunda-feira trouxe a sensação de domingo que permaneceu pelo restante do período de vigência do bloqueio total na Ilha de Upaon-Açu.

Os ouvidos foram a principal ferramenta que usei para medir o impacto da medida do Governo do Estado no cotidiano do meu bairro, já que, respeitando o isolamento rígido, me restringi a ficar em casa durante todo o período de *lockdown*. Da minha casa, minha vista alcança um trecho de pouco menos de cem metros da Rua Coronel Chaves, partindo da esquina com a Rua Tijuca, da qual consigo observar uma porção de cerca de trinta metros. Além das duas ruas, posso ver quase toda a extensão da Praça Botafogo e em terceiro plano um trecho de aproximadamente um quilômetro da Avenida Ferreira Gullar, onde enxergo parte das casas da Vila Jumento.

Nesse período de treze dias, não notei quase nenhum movimento. Era raro ver ou ouvir veículos circulando e a Praça Botafogo permaneceu vazia. A única atividade que pude perceber foi uma partida de futebol sendo disputada na porção da Rua Tijuca mais próxima à Ilhinha. Não os vi, mas pude ouvi-los na rua todas as noites, por volta das dezoito horas, talvez incentivados pela ausência dos carros.

Essa quietude foi realmente marcante. Num contexto normal, as atividades e o trânsito de pessoas raramente cessam nas margens da avenida. Há sempre o movimento dos carroceiros cuidando de seus animais nos currais improvisados junto ao mar, bastantes ciclistas indo e vindo pela avenida, aglomerações de moradores em frente às casas e palafitas no aterro e junto aos mercadinhos e bares, além do tráfego de veículos.

O contraste foi maior em relação ao período imediatamente anterior ao *lockdown*. Nos meses de março e abril, quando já havia a recomendação de manter o isolamento social, as atividades na

¹⁶ AGÊNCIA DE NOTÍCIAS, Movimento no transporte público reduz em 85% e mostra adesão popular às medidas do *lockdown*, 2020.

¹⁷ JORNAL NACIONAL, São Luís registra efeitos positivos do *lockdown* na Região Metropolitana, 2020.

¹⁸ Como são chamadas as canções de reggae mais conhecidas na ilha de São Luís.

Ilhinha, nas imediações da Feira do São Francisco e no entorno próximo, seguiam quase normalmente. As aulas da rede pública estavam suspensas, o comércio não-essencial já havia fechado as portas e muitos trabalhadores já tinham sido liberados de seus empregos, mas as aglomerações no bairro eram visíveis, especialmente para quem circulava pela Avenida Ferreira Gullar. Nos fins de semana, as ruas ficaram ocupadas por garotos jogando futebol e mesmo um torneio do esporte chegou a ocorrer no dia dezoito de abril, numa quadra inaugurada há alguns meses pela Prefeitura de São Luís, reunindo dezenas de pessoas, fato que chegou a ser noticiado nos jornais locais.

Após os treze dias de esvaziamento e silêncio, o fim do *lockdown* trouxe às ruas quase todos os seus ocupantes de volta. Na segunda-feira, dia vinte e cinco de maio, oito dias depois do fim da vigência do decreto, iniciou-se a volta gradual do comércio não essencial em São Luís, restrita aos estabelecimentos familiares de pequeno porte, e o movimento na Avenida Ferreira Gullar, em especial, nas duas praças, era vivo. O fim do isolamento rígido coincidiu com uma boa trégua nas chuvas que vinham caindo sobre a cidade quase todos os dias. Nessa segunda-feira especificamente tivemos um dia ventilado, anunciando o fim do inverno e o início da temporada de ventos do meio do ano e segundo semestre. Menciono essas características do dia vinte e cinco de maio pois pude observar centenas de pessoas ao longo da avenida e nas praças empinando pipa, atividade comum nessa época do ano, num contexto normal.

O conjunto Basa permanece sendo o miolo apático do lugar, enquanto mais embaixo, a atividade de pessoas é intensa. Durante o isolamento social isso pouco se alterou. As imediações da feira do São Francisco continuaram recebendo o maior fluxo de pessoas da região. A maior diferença é a ausência das idas e vindas dos meninos dos colégios, e dos trabalhadores domésticos, vigias, empregadas, jardineiros, cujos trajetos cortam o Basa. Pensei que os garotos com quem conversei nas obras sociais da igreja deviam estar amando essa liberdade reconquistada, as ruas livres de carros para jogar bola. Quando falei com Marcelo pelo telefone, ele me relatou muito pouco sobre como estava sendo o cotidiano nesses tempos, mas garantiu a reclamação: os jovens não fazem por onde resguardarem-se do contágio.

Em outubro de 2020, quando finalizo a escrita desta dissertação, o que ainda faz falta no São Francisco é o movimento dos colégios. No mais, tudo permanece como antes. A praça Botafogo, contudo, nunca recuperou a quantidade de usuários que tinha em comparação com os anos de 2018 e 2019, pois embaixo, em frente ao Residencial José Chagas, cuja inauguração e mudança das famílias se deu entre julho e agosto de 2020, a nova praça com quadra, equipamentos de ginástica e um espaço amplo com bancos recebe todas as atividades. Às segundas-feiras à noite tem roda de capoeira com as crianças e pelo menos duas vezes na semana tem aulas coletivas de dança. Todos os dias a partir das dezessete horas um pequeno parque com escorregadores infláveis, camas elásticas se instala e vendedores de lanches, balões, bebidas se juntam para atender o público. Assim tem sido já há alguns meses, ainda que o vírus continue causando inúmeras mortes no país.

6 REFERÊNCIAS

Bibliografia

- AIRES, Anne; CAROLINE, Lohanne; CORREIA, Paulo Henrique; PANET, Rose; ANDRÉAS, Phelipe. Miséria e maré: estudo sobre as palafitas na comunidade da Portelinha. *Revista do Centro de Estudos em Desenvolvimento Sustentável da UNDB*, n. 3, v. 1, 2015.
- BASTOS, Thiago. “Ponte da Esperança”: o desenvolvimento do outro lado do Rio Anil. *O Estado*, São Luís, Caderno Cidades, 1º e 2/02/2020, p. 1.
- BASTOS, Thiago. Grande festa de inauguração da ponte: acesso à área nobre e problemas atuais. *O Estado*, São Luís, Caderno Cidades, 1º e 2/02/2020, p. 2.
- BOGÉA, Marina Liz Freire. *Habitação de interesse social para a Vila Jumento: proposta de integração social no bairro do São Francisco, São Luís/MA*. Monografia. Or. Raíssa Muniz Pinto. São Luís: Curso de Arquitetura e Urbanismo, Unidade de Ensino Superior Dom Bosco, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado [Espace physique, espace social et espace physique approprié]. Trad. Ana Cristina Arantes Nasser. *Estudos Avançados*, n. 79, v. 27, [1991] 2013, pp. 133–144.
- BRASIL. *Atlas da violência*. Brasília: Ministério da Economia. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer [L’invention du quotidien: 1. Arts de faire]*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, [1980] 2003.
- COSTA, Marcelo Lima. José Octacílio Saboya Ribeiro: o saber urbanístico e as propostas de reestruturação de São Luís do Maranhão durante a Era Vargas. *Intellèctus*, ano XIV, n. 2, 2015, pp. 153–168.
- CUNHA, Gaudêncio. *Álbum do Maranhão*. São Luís, 1908.
- DE BIASE, Alessia. Por uma postura antropológica de apreensão da cidade contemporânea: de uma antropologia do espaço à uma antropologia da transformação da cidade. Trad. Paola Berenstein Jacques. *Redobra*, ano 3, n. 10, 2012, pp. 190–206.
- GAMBA, Josiane; CUSTÓDIO, Rafael (coord.). *Violação continuada: dois anos da crise em Pedrinhas*. Relatório. Realização: Conectas; Justiça Global; Ordem dos Advogados do Brasil — secção Maranhão; Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, 2015.
- IBGE. Censo demográfico 2010. Sinopse por setores: São Luís, Maranhão.
- JORGE, Miécio de Miranda (org.). *Álbum do Maranhão*. São Luís, 1950.
- KAPP, Silke & Baltazar, Ana Paula. Metropolitan vernacular: on the history of informal construction in a brazilian city. In: 4th International Congress of Construction History. Paris. *Nuts & Bolts of Construction History: culture, technology and society*, v. 2, 2012, pp. 33–10.

- KAPP, Silke & Silva, Margarete Maria de Araújo. Quem mora nas favelas? *E-Metropolis: Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais*, ano 3, n. 9, 2012, pp. 28–35.
- KAPP, Silke. Entrevistas na pesquisa sócio-espacial. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 22, 2020, pp. 1–32.
- LEFEBVRE, Henri. *The production of space [La production de l'espace]*. Trad. Donald Nicholson-Smith. Oxford: Blackwell, [1974] 1991.
- LIMA, Renato Sérgio de; Bueno, Samira (coords.). Mapa das facções prisionais no Brasil. In: *Anuário brasileiro de segurança pública: 2014 a 2017*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018.
- LOPES, José Antônio Viana. *Capital moderna e cidade colonial: o pensamento preservacionista na história do urbanismo ludovicense*. Dissertação de mestrado. Or. Virgínia Pontual. Recife: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, 2004.
- LOPES, José Antônio Viana. São Luís: história urbana. In: Prefeitura de São Luís et al. *São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem [San Luís Isla de Marañón y Alcántara: guía de arquitectura y paisaje]*. Ed. Bilíngue. Sevilla: Junta de Andalucía. Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008, pp. 10–49.
- MARANHÃO. Câmara Municipal de São Luís. Diretoria Legislativa. Projeto de Lei 256/2017 de 10 de julho de 2018. Altera para Praça Portugal a denominação da Praça do Botafogo e dá outras providências.
- MARANHÃO. *Subsídios para o diagnóstico da segurança pública: dinâmica espacial dos crimes violentos no município de São Luís*. São Luís: Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos 2018.
- MBEMBE, Achille. The power of the archive and its limits. In: Carolyn Hamilton et al. (ed.). *Refiguring the archive*. Cape Town: David Philip Publishers; Dordrecht; Norwell: Kluwer Academic Publishers, 2002, pp. 19–26.
- MESQUITA, Ruy Ribeiro. *Plano de expansão da cidade de São Luís*. São Luís, 1958.
- MOMBAÇA, Jota. Notas estratégicas quanto aos usos políticos do conceito de lugar de fala. *Buala*, 2017, s.p. [[Link](#), 08/10/2019]
- NASCIMENTO, Silvana de Souza. O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima. *Revista de Antropologia*, n. 2, v. 62, 2019, pp. 459–484.
- PORTELA, Thais de Bhanthumchinda. Cartografias da ação e as grafias (im)possíveis no território usado das cidades contemporâneas. Ou: uma pequena conversa com Ana Clara Torres Ribeiro. *Redobra*, ano 5, n. 12, 2014, pp. 25–35.
- RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo Barros. *Formação do espaço urbano de São Luís: 1612–1991*. São Luís: Edições Func, 1999.
- RIO BRANCO, Washington Luís Campos. *Política e gestão ambiental em áreas protegidas em São Luís — Maranhão: o Parque Ecológico da Lagoa da Jansen*. Tese de doutorado. Or. Maria

- Encarnação Beltrão Sposito. Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2012.
- SÃO LUÍS, *Implantação da gestão estratégica orientada para resultados na Prefeitura de São Luís: bloco 1 estratégia de longo prazo 2033*. Volume 1. São Luís: Macroplan, 2013.
- SÃO LUÍS. *Bairros, corredores e zonas urbanas de São Luís do Maranhão* [mapa]. Instituto de Pesquisa e Planejamento do Município, 2003.
- SÃO LUÍS. Câmara Municipal. Mensagem apresentada pelo Prefeito Dr. José Octacílio Saboya Ribeiro. *Diário Oficial do Município*, São Luís, 1937.
- SÃO LUÍS. *Mapa de arruamento e bairros de São Luís*. Instituto da Cidade, 2010.
- SÃO LUÍS. *São Luís em dados: PPA 2014–2017*. Instituto da Cidade, 2013.
- SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento. *Os dados da violência e da criminalidade em São Luís – MA*. São Luís: Departamento da Informação e Inteligência Econômica, 2018.
- SCHMID, Christian. A Teoria da Produção do Espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. Trad. Marta Inez Medeiros Marques; Marcelo Barreto. *Geosp Espaço e Tempo*, n. 32, [2005] 2012, pp. 89–109.
- SILVA, Carlos Benedito Rodrigues da. *Da Terra das Primaveras à Ilha do Amor: reggae, lazer e identidade em São Luís do Maranhão*. Dissertação de mestrado. Or. Vanessa Rosemary Lea. Campinas: Departamento de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1992.
- SOUZA, Jessé. *A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.
- SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora Ufm, [2009] 2011.
- SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Editora Ufm, 2012.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- TAYLOR, Diana. *O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas américas [The archive and the repertoire: performing cultural memory in the americas]*. Trad. Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte: Editora Ufm, 2013.
- URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. *Ponto Urbe*, n. 11, 2012, pp. 1–13.
- VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1981] 2004. pp. 121–132.
- VENANCIO, Marluce Wall de Carvalho. A cidade dispersa no Brasil: o caso de São Luís, Maranhão. *Planun. The Journal of Urbanism*, v. 1, n. 34, 2017, pp. 1–28.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. *Mana*, n. 1, v. 8, 2002, pp. 113–148.

WAISELISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2010: anatomia dos homicídios no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2010.

Jornais do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite

DIÁRIO DO NORTE. São Luís, novembro e dezembro de 1986; fevereiro de 1988.

JORNAL DA CIDADE. São Luís, fevereiro a julho de 1984; julho a dezembro de 1985. [Acervo digital].

JORNAL DO CIDADÃO. São Luís, junho a dezembro de 1994; janeiro e abril de 1995. [Acervo digital].

JORNAL PEQUENO. São Luís, maio e junho de 1951.

O ESTADO DO MARANHÃO. São Luís, outubro a dezembro de 1974; janeiro a julho de 1976; janeiro a março de 1989.

O IMPARCIAL. São Luís, janeiro e fevereiro de 1950.

Notícias, publicações e artigos on-line

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS. Movimento no transporte público reduz em 85% e mostra adesão popular às medidas do lockdown. 07/05/2020. Governo do Maranhão. [[Link](#), acesso em 28/09/2020].

CARRAMILO, Clarissa. Entenda a sequência de fatos que levou à rebelião em Pedrinhas. G1 Maranhão, 10/10/2013. [[Link](#), acesso em 20/10/2020].

CUNHA, Patrícia. A grande Ilhina: lugar com história e um presente processo de urbanização. 23/05/2018. *O Imparcial*. [[Link](#), acesso em 22/10/2020].

G1 Maranhão. Em resposta às mortes em presídio, facção incendeia sete ônibus no MA. 10/10/2013. [[Link](#), acesso em 20/10/2020].

JORNAL NACIONAL. CNJ constata que são 60 os presos mortos no complexo de Pedrinhas. G1, 28/12/2013. [[Link](#), acesso em 20/10/2020].

JORNAL NACIONAL. São Luís registra efeitos positivos do lockdown na Região Metropolitana. G1, 20/05/2020. [[Link](#), acesso em 28/09/2020]

MELO, Nelson. Imicast: origem e consolidação das facções criminosas no Maranhão. Imirante, 13/12/2019. [[Link](#), acesso em 20/10/2020].

SARNEY, José. Ponte do São Francisco: 43 anos. *A página do Sarney*, 2013, s.p. [[Link](#), acesso em 12/06/2019].

7 LISTA DE ENTREVISTAS

- 1 Concedida por Francisco e Rosa em 25 de janeiro de 2019, na Rua Seis, São Francisco. Sem mediação. Duração da gravação: 37'10''.
- 2 Concedida por Ribamar em 14 de fevereiro de 2019, na Rua da União, Ilhinha. Mediada por Marcelo. Duração da gravação: 15'03''.
- 3 Concedida por Nonato em 14 de fevereiro de 2019, na Rua da União, Ilhinha. Mediada por Marcelo. Duração da gravação: 13'28''
- 4 Concedida por José em 14 de fevereiro de 2019, na Rua da União, Ilhinha. Mediada por Marcelo. Duração da gravação: 18'03''
- 5 Concedida por Faustino em 14 de fevereiro de 2019, na Rua da União, Ilhinha. Mediada por Marcelo. Duração da gravação: 17'40''
- 6 Concedida por Luís em 14 de fevereiro de 2019, na Rua da União, Ilhinha. Mediada por Marcelo. Duração da gravação: 09'46''
- 7 Realizada em 20 de fevereiro de 2019, na Rua Dez / Rua Vila Izabel, São Francisco. Grupo 1: dez crianças dos seis aos oito anos de idade. Sem mediação. Duração da gravação: 29'55''
- 8 Realizada em 20 de fevereiro de 2019, na Rua Dez / Rua Vila Izabel, São Francisco. Grupo 2: nove crianças de nove e dez anos de idade. Sem mediação. Duração da gravação: 40'09''
- 9 Realizada em 21 de fevereiro de 2019, na Rua Dez / Rua Vila Izabel, São Francisco. Grupo 3: dez crianças entre dez e doze anos de idade. Sem mediação. Duração da gravação: 39'53''
- 10 Realizada em 21 de fevereiro de 2019, na Rua Dez / Rua Vila Izabel, São Francisco. Grupo 4: onze crianças entre onze e treze anos de idade. Sem mediação. Duração da gravação: 47'07''
- 11 Concedida por Laura em 11 de dezembro de 2019, na Rua Maria Firmina dos Reis, Conjunto Basa, São Francisco. Mediada por Graça. Duração da gravação: 24'14''.
- 12 Concedida por Maria em 11 de dezembro de 2019, na Rua Maria Firmina dos Reis, Conjunto Basa, São Francisco. Mediada por Graça. Duração da gravação: 20'40''.
- 13 Concedida por Bento em 12 de dezembro de 2019, na Rua Coronel Chaves, São Francisco. Mediada por Graça. Duração da gravação: 34'05''.
- 14 Concedida por Raimundo e Emanuel em 12 de dezembro de 2019, na Rua Coronel Chaves, São Francisco. Mediada por Graça. Duração da gravação: 47'37''.
- 15 Concedida por Elias em 13 de fevereiro de 2020, na Biblioteca Pública Benedito Leite, Praça Deodoro, Centro. Sem mediação. Duração da gravação: 21'10''.
- 16 Concedida por Fernanda, moradora do Conjunto Basa, São Francisco, em 11 de junho de 2020, por meio de áudios e textos em aplicativo de mensagens. Duração total dos áudios: 9'36''.